



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

Ano XCVII – Nº 820 – 2º e 3º quadrimestres de 2012



CONTRATERRORISMO CONTEMPORÂNEO: A EXPERIÊNCIA COLOMBIANA p.4

ALVARO DE SOUZA PINHEIRO

RIO BRANCO E A DIPLOMACIA p.55

MARCOS HENRIQUE CAMILLO CÔRTEZ

EDITORIAL

“Em qualquer tempo, a Nação precisa encontrar homens como José Maria da Silva Paranhos.” Com essas palavras, nove anos atrás, *A Defesa Nacional* dava contornos finais ao seu editorial.

Neste 2012, ano em que se completam cem anos da morte daquele insigne brasileiro, com rara felicidade, o embaixador **Marques Henrique Camilo Cortes** encontra, nos idos do nosso passado histórico, os embasamentos da diplomacia brasileira — desde as complicadas negociações para o reconhecimento da independência nacional perante o governo de Lisboa até a extraordinária obra de Rio Branco — no estabelecimento das fronteiras do país.

O presidente da Colômbia, Alvaro Uribe Vélez, como se sabe, vem obtendo sucesso no combate às FARC. A Conferência Contraterrorismo Contemporâneo – La Experiencia Colombiana teve exatamente o objetivo de divulgar os ensinamentos colhidos no combate ao principal grupo narcoterrorista em atividade naquele país. O general **Alvaro de Souza Pinheiro**, analista militar especializado em guerra irregular e combate ao terrorismo, comenta os aspectos mais relevantes do evento e discute as conclusões a que chegaram os debatedores.

Ao se preparar para a guerra, povos antigos estocavam armas e víveres e recrutavam homens. Há quem defina isso como mobilização. O capitão de mar e guerra **João Fernando Gueschi** apresenta um histórico dessa atividade no Brasil e as premissas que embasaram a criação do Sistema Nacional de Mobilização, concluindo sobre os desafios para que a Lei de Mobilização adquira a desejada eficácia.

Após a consolidação das fronteiras brasileiras, no início do séc. XX, ocorreram algumas tentativas de criação de grupos de na-

ções, que não chegaram a se efetivar. Hoje, a América do Sul vive um período de evolução na sua geopolítica. O major **Luciano Larri Chamorra Quevedo** questiona a possibilidade de integração dos países da América do Sul, considerando a existência da ALBA como uma subdivisão do pensamento de defesa.

No artigo sobre a atuação da Força de Pacificação no Rio de Janeiro, o tenente-coronel **Carlos Klinguelfus** aborda o emprego do Exército Brasileiro em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), quando da ocupação dos complexos do Alemão e da Penha, trazendo importante contribuição para o entendimento de todo o processo.

As profundas transformações no sistema global de segurança, que caracterizaram o período Pós-Guerra Fria, conduziram ao estreitamento dos laços de confiança em assuntos de defesa e desenvolvimento. Os movimentos de integração regional ganharam força. Foi nesse contexto que se criaram o Conselho Energético da América do Sul (2007) e o Conselho Sul-Americano de Defesa (2008). O major **Francisco Nixon Lopes Frota** e o doutor **Nivalde J. de Castro** analisam a função da defesa e do setor elétrico na integração do subcontinente e destacam aspectos de sua inter-relação.

Diplomacia brasileira, narcoterrorismo, mobilização, integração regional, segurança pública e geopolítica. Com esses temas, esperamos que todos apreciem esta edição de *A Defesa Nacional* e tenham uma ótima leitura.

SUMÁRIO

| | |
|---|----------|
| CONTRATERRORISMO CONTEMPORÂNEO: A EXPERIÊNCIA COLOMBIANA | 4 |
|---|----------|

Alvaro de Souza Pinheiro

| | |
|---|-----------|
| MOBILIZAÇÃO NACIONAL: A CRIAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO | 16 |
|---|-----------|

João Fernando Guereschi

| | |
|--|-----------|
| UNASUL X ALBA: UMA COMPARAÇÃO DAS PROPOSTAS DE DEFESA | 33 |
|--|-----------|

Luciano Larri Chamorra Quevedo

| | |
|---|-----------|
| CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORÇA DE PACIFICAÇÃO EMPREGADA NO RIO DE JANEIRO | 42 |
|---|-----------|

Carlos Alberto Klinguelfus Mendes

| | |
|--|-----------|
| RIO BRANCO E A DIPLOMACIA | 55 |
|--|-----------|

Marcos Henrique Camillo Côrtes

| | |
|--|-----------|
| A GEOPOLÍTICA DA AMÉRICA DO SUL: O PAPEL DETERMINANTE DA DEFESA NA INTEGRAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO | 71 |
|--|-----------|

Francisco Nixon Lopes Frota

Nivalde J. de Castro

Contraterrorismo contemporâneo

A experiência colombiana¹

Alvaro de Souza Pinheiro²

A organização marxista-leninista colombiana “Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia” (FARC) está enfrentando a mais severa crise dos seus 44 anos de história, consequente das recentes perdas sofridas dentre alguns de seus mais importantes líderes e do resgate, pelas forças de segurança colombianas, de seus mais relevantes prisioneiros mantidos como reféns.

(O AUTOR)

RESUMO

Após sofrer uma série de derrotas recentemente impostas pelas forças de segurança colombianas, o grupo marxista-leninista Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) está vivenciando a mais severa crise dos seus 44 anos de história, devido à perda de alguns de seus líderes e de reféns mais importantes. Enquanto a organização revolucionária se nega a entrar em negociações de paz com o Governo, é totalmente improvável que recupere a posição de controle territorial que desfrutava antes de 2002. A Política de Consolidação da Segurança Democrática, do presidente Alvaro Uribe Vélez, tem demonstrado ser eficiente e eficaz nos aspectos diretamente relacionados com a segurança e, também, na reconstrução da infraestrutura básica das regiões recém-conquistadas das FARC. Entretanto, o grupo narcoterrorista permanece fortemente estabelecido em algumas áreas, e pode buscar planejar e executar ataques de alto perfil, visando demonstrar seu poder de combate remanescente. Este artigo descreve o desenvolvimento da Conferência *Contraterrorismo contemporâneo – La experiencia Colombiana*, cujo maior objetivo foi divulgar os ensinamentos colhidos na atual administração colombiana.

PALAVRAS-CHAVE: Política de Consolidação. Segurança Democrática. Contrainsurreição. Contraterrorismo.

ABSTRACT

After suffering a series of defeats recently imposed by the Colombian security forces, the Marxist Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) is living the most severe crisis in its 44-year history be-

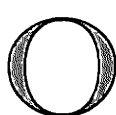
¹ Este artigo descreve o desenvolvimento da Conferência *Contraterrorismo contemporâneo – La experiencia colombiana*.

² General de brigada na reserva, analista militar especialista em operações especiais, guerra irregular e combate ao terrorismo.

cause of the loss of some of its main leaders and hostages. While the revolutionary organization refuses itself entering peace negotiations with the government, it is unlikely to return to the position of territorial control it enjoyed prior to 2002. La Política de Consolidación de la Seguridad Democrática del presidente Alvaro Uribe Vélez, has demonstrated being efficient and effective in aspects right related with security and also to the reconstruction of the basic infra-structure of the regions recently conquered from FARC. However, the narcoterrorist group remains strongly entrenched in some areas and may seek to plan and execute high-profile attacks to demonstrate its remaining military strength. This article describes the development of the Conference “Contraterrorismo Contemporáneo – La Experiencia Colombiana”, which major aim was to spread the lessons learned in the current administration.

KEY WORDS: *Democratic Security Consolidation Policy. Counterinsurgency. Counterterrorism.*

Introdução

 O Ministério da Defesa da República da Colômbia e o Comando Sul dos Estados Unidos da América (US-SOUTHCOM) realizaram, em Bogotá, de 30 de março a três de abril de 2009, a Conferência “Contraterrorismo Contemporâneo – A Experiência Colombiana”.

Por mais de quatro décadas, a Colômbia tem sido ameaçada pela violência e pelo terrorismo de organizações armadas ilegais. Durante os últimos seis anos, o Governo do presidente Álvaro Uribe Vélez, e, especificamente, suas forças armadas e a Polícia Nacional da Colômbia estão realizando um esforço extraordinário contra esses grupos, obtendo resultados históricos, nunca dantes alcançados.

Segundo fontes governamentais, na Colômbia, a segurança não é um fim em si mesma, mas, sim, um meio para promover o estado de direito e impulsionar a prosperidade econômica e o desenvolvimento social.

O êxito da experiência colombiana está baseado na interação de cinco elementos fundamentais:

- o apoio popular, com uma forte vontade e liderança política;
- o fortalecimento e a modernização das Forças Armadas e da Polícia Nacional;
- uma política de segurança integrada e estratégia inter-agências;
- a legitimidade como centro de gravidade para as Forças Armadas; e
- o apoio político e a cooperação da comunidade internacional.

Na visão colombiana, essa experiência não recebeu suficiente atenção da comunidade especializada em eventos de segurança, como um caso de estudo relevante. A realidade é que a Colômbia é um dos poucos casos contemporâneos de sucesso, e como tal, merece ser entendido e estudado com profundidade.

Esse foi o principal motivo pelo qual essa conferência foi organizada, visando apresentar e debater os aspectos principais da experiência colombiana, examinando o modelo de cooperação EUA-Colômbia, aproveitando a reunião de reconhecidos especialistas internacionais, tudo com a finalidade de trocar idéias e perspectivas sobre as melhores práticas e o futuro das estratégias, frente a esse tipo de confrontação.

Fuerza de Tarea Conjunta Omega

A primeira atividade da conferência foi uma visita à zona de ação (ZAc) da Força Tarefa Combinada OMEGA (FTCbn OMEGA), a fim de receber, no campo, *briefings* operacionais a respeito do planejamento e da execução de operações na região onde, atualmente, desenvolve-se o maior esforço de contrainsurreição das Forças Armadas Colombianas. Logo ao início da primeira jornada, uma aeronave C-130 da Força Aérea Colombiana aerotransportou os participantes da conferência até a base militar localizada no município de La Macarena, departamento de Meta, a cerca de 100km de Bogotá, na região sudeste do país, na base da Cordilheira Oriental dos Andes Colombianos. Nessa localidade, está desdobrado o posto de comando (PC) da FT, a cargo de um general de divisão. O terreno nessa grande ZAc era, tradicionalmente, ocupado por pontos fortes das FARC, e, ainda hoje, existem cerca de 4.000 militantes, 52% das forças irregulares ainda remanescentes no território nacional colombiano.

Ativada em 2003, a FT OMEGA possui três componentes: terrestre, fluvial e aéreo, respectivamente integrados por meios do Exército, da Marinha e da Força Aérea. O componente terrestre é constituído pela Fuerza de Despliegue Rápido (FUDRA), valor divisão, que enquadra três brigadas de infantaria móveis (Bda 1, 2 e 3) e que tem o seu PC junto ao PC da FT OMEGA, em La Macarena; e por mais cinco brigadas móveis (Bda 9, 6, 7, 22 e 10), cujos PC estão, respectivamente desdobrados em: San Vicente del Caguán, Cartagena del Chairá, Peñas Colo-

radas, Calamar e Miraflores. O componente fluvial, valor brigada, é constituído pelos meios flutuantes de dois batalhões de tarefa fluvial e um batalhão de assalto, de fuzileiros navais. O componente aéreo é constituído por meios aéreos de asa rotativa (helicópteros do Exército e da Força Aérea) e, quando necessário, por meios da aviação de reconhecimento e ataque da Força Aérea, sediados fora da ZAc da FT OMEGA. Elementos de apoio ao combate, apoio logístico e da Polícia Nacional complementam a estrutura da FT. Quando necessário, também operam na ZAc da FT OMEGA, elementos das Forças de Operações Especiais, subordinados à Jefatura de Operaciones Especiales Conjuntas (JOEC).

No conceito operacional planejado, os objetivos da FT OMEGA são: assegurar a região; neutralizar os grupos irregulares armados; e incrementar a justiça social e a confiança nas instituições públicas. No cumprimento da missão, são desencadeadas operações ofensivas, operações especiais (especificamente, contra lideranças das FARC, identificadas como *blancos de alto valor estrategico* – BAVE), operações de controle da população e recursos, e operações de estabilidade; tudo, no contexto de quatro fases: Fase I – Isolamento; Fase II – Desdobramento; Fase III – Neutralização e Fase IV – Consolidação.

Desde 2004, a FT OMEGA tem alcançado resultados altamente positivos, destacando-se um significativo contingente de irregulares capturados, eliminados e desmobilizados; grande quantidade de armamento e munição apreendida; 104 toneladas de explosivos; 2.703 acampamentos e 510 labora-

tórios de drogas destruídos. Na atualidade, as FARC têm evitado, a todo custo, qualquer tipo de confrontação com as forças de segurança (em vez disso, passaram a implementar o emprego de minas antipessoal).

Paralelamente ao esforço de combate, no contexto do que está sendo identificado como “Doutrina da Ação Integrada”, foram estabelecidos na ZAc da FT OMEGA, Centros de Coordinación de Acción Integrada (CCAI). Os participantes da conferência foram helitransportados de La Macarena ao Município de Vista Hermosa, onde tiveram oportunidade de visitar um dos mais bem-sucedidos desses centros, cujo objetivo é o desenvolvimento econômico, social e institucional. As operações de estabilidade desenvolvidas por esses CCAI são conduzidas, conjuntamente, por um coordenador militar, um coordenador civil de gerenciamento econômico, social e institucional, e por um coordenador policial. O maior esforço está na erradicação da plantação das folhas de coca, algo que, além de uma mudança radical de comportamento, demanda a criação de culturas alternativas, o que envolve: melhoria das vias de acesso, energia, água, saneamento básico e desenvolvimento da cidadania com direitos humanos e justiça social.

Segundo o Comando da FT OMEGA, os efeitos imediatamente ressentidos pelas FARC, em função de todas essas bem-sucedidas atividades interagências, são: sensível perda da iniciativa, perda do controle do território, significativa redução do apoio da população local, enfraquecimento irreversível das estruturas de comando e controle das FARC, perda dos centros de narcotráfico e significativa perda no moral.

Política de consolidación de la seguridad democrática (PCSD)

Em seus pronunciamentos formais, durante a conferência, as autoridades de mais alto nível presentes — incluindo o presidente Uribe, o ministro da Defesa, Juan Manuel Santos Calderon, o vice-ministro da Defesa para Planejamento Estratégico, Juan Carlos Pinzon, e o comandante geral das Forças Armadas, general Fredy Padilla de Leon — enfatizaram que as FARC, o Exército de Libertação Nacional, ELN (praticamente extinto) e as Forças de Autodefesa Unidas da Colômbia (*AUC* – grupo paramilitar de extrema direita, praticamente desmobilizado) estão cerradamente conectadas com os cartéis de narcotráfico. A cada dia que passa, fica mais evidente que a sustentação econômico-financeira dessas organizações está fundamentada nas atividades do crime organizado, sobretudo, nos rendimentos propiciados pelo comércio clandestino de cocaína refinada e pela indústria de sequestros, o que caracteriza as FARC como uma organização tipicamente narcoterrorista.

Nesse contexto, todas aquelas autoridades e o próprio almirante James Stavridis, comandante do *USSOUTHCOM*, referiram-se à Política de Consolidação de Segurança Democrática como o grande instrumento responsável pela bem-sucedida radical transformação verificada naquele longo, complexo e controvertido conflito irregular assimétrico.

A PCSD foi elaborada pelo Ministério da Defesa (com a participação das Forças Armadas e da Polícia Nacional), como parte do Plano de Desenvolvimento Nacional

Fuerza de Tarea Conjunta Omega

A primeira atividade da conferência foi uma visita à zona de ação (ZAc) da Força Tarefa Combinada OMEGA (FTCbn OMEGA), a fim de receber, no campo, *briefings* operacionais a respeito do planejamento e da execução de operações na região onde, atualmente, desenvolve-se o maior esforço de contrainsurreição das Forças Armadas Colombianas. Logo ao início da primeira jornada, uma aeronave C-130 da Força Aérea Colombiana aerotransportou os participantes da conferência até a base militar localizada no município de La Macarena, departamento de Meta, a cerca de 100km de Bogotá, na região sudeste do país, na base da Cordilheira Oriental dos Andes Colombianos. Nessa localidade, está desdobrado o posto de comando (PC) da FT, a cargo de um general de divisão. O terreno nessa grande ZAc era, tradicionalmente, ocupado por pontos fortes das FARC, e, ainda hoje, existem cerca de 4.000 militantes, 52% das forças irregulares ainda remanescentes no território nacional colombiano.

Ativada em 2003, a FT OMEGA possui três componentes: terrestre, fluvial e aéreo, respectivamente integrados por meios do Exército, da Marinha e da Força Aérea. O componente terrestre é constituído pela Fuerza de Despliegue Rápido (FUDRA), valor divisão, que enquadra três brigadas de infantaria móveis (Bda 1,2 e 3) e que tem o seu PC junto ao PC da FT OMEGA, em La Macarena; e por mais cinco brigadas móveis (Bda 9, 6, 7, 22 e 10), cujos PC estão, respectivamente desdobrados em: San Vicente del Caguán, Cartagena del Chairá, Peñas Colo-

radas, Calamar e Miraflores. O componente fluvial, valor brigada, é constituído pelos meios flutuantes de dois batalhões de tarefa fluvial e um batalhão de assalto, de fuzileiros navais. O componente aéreo é constituído por meios aéreos de asa rotativa (helicópteros do Exército e da Força Aérea) e, quando necessário, por meios da aviação de reconhecimento e ataque da Força Aérea, sediados fora da ZAc da FT OMEGA. Elementos de apoio ao combate, apoio logístico e da Polícia Nacional complementam a estrutura da FT. Quando necessário, também operam na ZAc da FT OMEGA, elementos das Forças de Operações Especiais, subordinados à Jefatura de Operaciones Especiales Conjuntas (JOEC).

No conceito operacional planejado, os objetivos da FT OMEGA são: assegurar a região; neutralizar os grupos irregulares armados; e incrementar a justiça social e a confiança nas instituições públicas. No cumprimento da missão, são desencadeadas operações ofensivas, operações especiais (especificamente, contra lideranças das FARC, identificadas como *blancos de alto valor estrategico* – BAVE), operações de controle da população e recursos, e operações de estabilidade; tudo, no contexto de quatro fases: Fase I – Isolamento; Fase II – Desdobramento; Fase III – Neutralização e Fase IV – Consolidação.

Desde 2004, a FT OMEGA tem alcançado resultados altamente positivos, destacando-se um significativo contingente de irregulares capturados, eliminados e desmobilizados; grande quantidade de armamento e munição apreendida; 104 toneladas de explosivos; 2.703 acampamentos e 510 labora-

tórios de drogas destruídos. Na atualidade, as FARC têm evitado, a todo custo, qualquer tipo de confrontação com as forças de segurança (em vez disso, passaram a implementar o emprego de minas antipessoal).

Paralelamente ao esforço de combate, no contexto do que está sendo identificado como “Doutrina da Ação Integrada”, foram estabelecidos na ZAc da FT OMEGA, Centros de Coordinación de Acción Integrada (CCAI). Os participantes da conferência foram helitransportados de La Macarena ao Município de Vista Hermosa, onde tiveram oportunidade de visitar um dos mais bem-sucedidos desses centros, cujo objetivo é o desenvolvimento econômico, social e institucional. As operações de estabilidade desenvolvidas por esses CCAI são conduzidas, conjuntamente, por um coordenador militar, um coordenador civil de gerenciamento econômico, social e institucional, e por um coordenador policial. O maior esforço está na erradicação da plantação das folhas de coca, algo que, além de uma mudança radical de comportamento, demanda a criação de culturas alternativas, o que envolve: melhoria das vias de acesso, energia, água, saneamento básico e desenvolvimento da cidadania com direitos humanos e justiça social.

Segundo o Comando da FT OMEGA, os efeitos imediatamente ressentidos pelas FARC, em função de todas essas bem-sucedidas atividades interagências, são: sensível perda da iniciativa, perda do controle do território, significativa redução do apoio da população local, enfraquecimento irreversível das estruturas de comando e controle das FARC, perda dos centros de narcotráfico e significativa perda no moral.

Política de consolidación de la seguridad democrática (PCSD)

Em seus pronunciamentos formais, durante a conferência, as autoridades de mais alto nível presentes — incluindo o presidente Uribe, o ministro da Defesa, Juan Manuel Santos Calderon, o vice-ministro da Defesa para Planejamento Estratégico, Juan Carlos Pinzon, e o comandante geral das Forças Armadas, general Fredy Padilla de Leon — enfatizaram que as FARC, o Exército de Libertação Nacional, ELN (praticamente extinto) e as Forças de Autodefesa Unidas da Colômbia (*AUC* – grupo paramilitar de extrema direita, praticamente desmobilizado) estão cerradamente conectadas com os cartéis de narcotráfico. A cada dia que passa, fica mais evidente que a sustentação econômico-financeira dessas organizações está fundamentada nas atividades do crime organizado, sobretudo, nos rendimentos propiciados pelo comércio clandestino de cocaína refinada e pela indústria de sequestros, o que caracteriza as FARC como uma organização tipicamente narcoterrorista.

Nesse contexto, todas aquelas autoridades e o próprio almirante James Stavridis, comandante do *USSOUTHCOM*, referiram-se à Política de Consolidação de Segurança Democrática como o grande instrumento responsável pela bem-sucedida radical transformação verificada naquele longo, complexo e controvertido conflito irregular assimétrico.

A PCSD foi elaborada pelo Ministério da Defesa (com a participação das Forças Armadas e da Polícia Nacional), como parte do Plano de Desenvolvimento Nacional

2006-2010 “Estado Comunitário: Desenvolvimento para Todos”. O principal objetivo da presente política é a recuperação do controle do estado sobre a maioria do território nacional, particularmente, das áreas mais afetadas pelas atividades das forças irregulares e de seus aliados, traficantes de drogas ilícitas.

Os resultados, ainda no primeiro mandato do Governo Uribe, de 2002 a 2006, foram decisivos, com os colombianos desfrutando de um significativo incremento na segurança, o que motivou uma crescente confiança nos organismos institucionais e a implementação da qualidade de vida da população. Dentre os indicadores demonstrativos dessa sensível reversão, há que se destacar: redução no número de homicídios, em 40%; no número de sequestros para extorsão, em 83%; no número de sequestros em bloqueios ilegais em estradas, em 99%; no número de vítimas de homicídios coletivos, em 72%; e no número de atentados terroristas, em 61 %.

Quando do início do segundo mandato, em sete de agosto de 2007, os diferentes atores que se constituem em ameaça à sociedade começaram a adaptar-se às novas circunstâncias, tornando necessário que o Governo respondesse com mudanças na ênfase e nos parâmetros com que vinha operando. Por exemplo, com a plena desmobilização dos grupos ilegais de autodefesa das FAD e o início da aplicação da Lei de Justiça e Paz, o fenômeno paramilitar colombiano chegou ao fim. Entretanto, tão logo ocorreu a desmobilização de cerca de 32 000 membros dos grupos paramilitares e de seus líderes, quadrilhas criminosas cerradamente ligadas

ao narcotráfico emergiram em algumas das antigas áreas de influência, demandando uma nova estratégia.

Os narcotraficantes mudaram de grandes plantações de coca para uma grande quantidade de pequenos sítios de pequenas plantações, em áreas de difícil acesso, com as folhas de coca ocultas em meio a plantações legais. Enquanto isso, as FARC reconheceram que não podiam engajar-se em uma confrontação de movimento, sendo obrigadas a retornar às táticas de guerrilha, do passado, com ênfase nas emboscadas esporádicas e na realização de atentados terroristas de oportunidade.

O que se pretende, atualmente, é adaptar a PCSD a um novo cenário. Após ganhar o controle da maioria do território nacional, torna-se impositiva a consolidação desse controle, o que significa que, ao lado das forças de segurança, faz-se impositiva a presença das diversas instituições e agências governamentais responsáveis pela reconstituição da infraestrutura de serviços públicos essenciais e consequente desenvolvimento econômico-social.

É importante ressaltar que o Ministério da Defesa desenvolveu uma criteriosa análise do novo cenário e das medidas consequentes, contando com uma ativa participação do Comando Geral das Forças Armadas, dos comandos das forças singulares e da Direção-Geral da Polícia Nacional. Os recursos do Plano Colômbia, fornecidos pelo Governo dos EUA, se fazem imprescindíveis para a consecução das atuais demandas da PCSD. Inclusive, as Forças Armadas e a Polícia Nacional necessitam manter a implementação da sua mobilidade tática e estratégica

e da sua capacitação de inteligência contra o crime organizado. Nesse contexto, avulta a necessidade de uma inteligência tecnologicamente moderna (sinais e imagens) e a manutenção da excepcional inteligência humana, para que os órgãos de segurança possam continuar bem-sucedidos na repressão ao narcoterrorismo.

Há que se destacar, também, que, além das preocupações operacionais, o Ministério da Defesa, o Alto-Comando das Forças Armadas da Colômbia e a Direção-Geral da Polícia Nacional estão engajados em uma intensa campanha pela condução de operações que mantenham invioláveis, em qualquer situação, os direitos humanos e a Lei Humanitária Internacional. Nesse contexto, de um processo de transformação sistemático e de longo prazo, identifica-se que essa moeda possui duas faces: uma delas é a educação e o adestramento e a outra é a disciplina operacional. Por outro lado, a Lei Humanitária Internacional foi definitivamente incorporada ao Sistema Legal Colombiano.

É importante ressaltar que, na atualidade, a Polícia Nacional, totalmente militarizada e profundamente integrada com as Forças Armadas, desempenha suas atividades específicas na segurança pública, operando como mais uma das forças singulares (o Exército Colombiano tem um efetivo atual de 230.000, enquanto que a Polícia Nacional tem 147.000). Seu atual conceito, tanto nacional quanto internacional, a destaca como uma das melhores do mundo e a mais bem selecionada, equipada e adestrada da América Latina, tendo como rival apenas os Carabineiros, do Chile.

Inteligência e operações

A conferência teve, no seu Painel de Inteligência e Operações, um de seus pontos altos. Um dos mais relevantes fatos ressaltados foi a significativa mudança de paradigmas desencadeada com a ativação da Jefatura de Operaciones Especiales Conjuntas (JOEC), sob o comando de um general de divisão, e enquadrando, sob comando único, as Forças de Operações Especiais (FOpEsp) do Exército, da Marinha, da Força Aérea, e da Polícia Nacional. Dentre os aspectos positivos emergentes da criação dessa nova estrutura, destacam-se: estabelecimento criterioso de prioridades (sobretudo, na definição dos alvos de alto valor estratégico); inteligência precisa; operações subsequentes desencadeadas com maior agilidade; criação de oportunidades para resultados estratégicos; comando e controle unificado; tecnologia de ponta; e importância da obtenção de inteligência em tempo real.

A centralização das operações de inteligência na Dirección de Inteligencia de la Policía Nacional (DIPOL) possibilitou um significativo incremento no desencadeamento, tanto das atividades de inteligência humana (com destaque para as ações de infiltração), quanto nas de sinais e imagens (estas duas últimas significativamente apoiadas pelo Governo dos EUA). Sobretudo, agilizou-se, sobremaneira, o processo de aproveitamento imediato dos dados colhidos com a incorporação das equipes de inteligência aos escalões de assalto das FOpEsp, quando da neutralização dos diversos objetivos levantados.

Em setembro de 2007, durante incursão aérea da FAe Colombiana, em região

próxima à fronteira com a Venezuela, foi morto um dos mais famosos comandantes táticos das FARC, Tomás Medina Caracas, codinome “Negro Acacio”³, líder da Frente 16, reconhecida como a grande unidade mais envolvida com o narcotráfico, o que determinou que sua morte acarretasse um problema da maior gravidade na obtenção de recursos econômico-financeiros, a curto e a médio prazos.

Um mês após, em outubro de 2007, foi a vez de Gustavo Rueda Diaz, codinome “Martin Caballero”, comandante do Bloco Caribenho das FARC, morto em uma operação de cerco e busca das FOpEsp do Exército Colombiano.

A 1ª de março de 2008, em uma operação especial liderada pela DIPOL, Forças Especiais colombianas eliminaram o segundo mais importante líder das FARC, Luis Edgar Devia Silva, codinome “Raúl Reyes”, e outros 24 militantes. A Operação FÉNIX foi o ponto culminante de meses de trabalho, na sua maior parte, inteligência humana, mas, também, com componentes de inteligência de sinais e de imagens, tudo desenvolvido, prioritariamente, no território equatoriano. Um dos aspectos essenciais ao êxito foi a instalação no acampamento-alvo de um global positioning system (GPS) beacon, que possibilitou que as inteligências colombiana e norte-americana pudessem localizar com

precisão as coordenadas do objetivo. Subsequentemente, aeronaves Super Tucano (fabricadas no Brasil, pela EMBRAER) da Força Aérea Colombiana — decolaram da Base Aérea de Tres Esquinas, no sul da Colômbia — efetuaram um apoio aéreo aproximado, extremamente preciso e eficaz, a que se seguiu um assalto terrestre.

Essa incursão audaciosa e muito bem-sucedida alcançou dois objetivos estratégicos da maior relevância.

O primeiro é que, pela primeira vez, um dos sete líderes do “Secretariado” foi eliminado por forças de segurança governamentais, desde a criação desse comando de alto nível, em 1964. Uma demonstração inequívoca de que mesmo os integrantes da cúpula do movimento estavam ao alcance das competentes e aplicadas forças de segurança colombianas.

O segundo, é que o escalão de assalto das Forças Especiais que investiu a área do objetivo apreendeu inúmeros *hard drives* e *memory sticks* de computadores que continham uma quantidade inédita de informações de alto valor estratégico (não menos de 609 *gigabytes* de dados), que propiciaram ações posteriores altamente lucrativas. Realmente, uma magnífica demonstração de competência técnico-profissional.

Segundo depoimento do próprio Diretor-Geral da Polícia Nacional, general de brigada Oscar Adolfo Naranjo Trujillo, a

3 O maior narcotraficante do Brasil, Luís Fernando da Costa, vulgo “Fernandinho Beira-Mar”, líder da facção criminosa Comando Vermelho, foi capturado por uma patrulha do Exército Colombiano, em 21 de abril de 2001, quando negociava a troca com o “Negro Acacio”, de fuzis russos Kalashnikov, AK-47, por cocaína refinada, nas proximidades da pequena localidade de Barrancominas, Departamento de Vichada, na região leste da Colômbia, próxima à fronteira com a Venezuela e pouco distante da fronteira com o Brasil.

Operação FÉNIX demandou, entre outras quatro, 184 interferências rádio HF, 20 voos de reconhecimento, 39 operações de infiltração, e 74.250 atividades especializadas de inteligência.

Ainda no mês de março de 2008, ocorreu a morte de outro membro do “Secretariado”, Manuel Jesús Muñoz, codinome “Ivan Ríos”, morto por um de seus guarda-costas. Logo em seguida, em 26 de março de 2008, no momento em que a FAe Colombiana efetuava uma série de ataques em sítios onde havia indícios de sua presença, Pedro Antonio Marin, 78 anos, codinome “Manuel Marulanda Vélez”, pioneiro fundador e líder maior das FARC, foi morto, fulminado por um ataque do coração. A morte de “Marulanda”, figura carismática, também conhecido como “Tiro Fijo”, desencadeou sérios problemas de comando e controle na cúpula do movimento. Como consequência da traumática perda, em maio de 2008, Nelly Avila Moreno, codinome “Karina”, líder da Frente 47 das FARC e a mulher de maior hierarquia na estrutura do movimento, entregou-se, voluntariamente, às autoridades colombianas. Nos seus depoimentos pós-rendição, declarou que as forças sob seu comando permaneceram isoladas, sem qualquer tipo de contato, tanto com o “Secretariado” quanto com qualquer outra unidade, por mais de dois anos. Uma significativa evidência dos graves problemas de comunicações que debilitaram, sobremaneira, o sistema de comando e controle revolucionário.

Segundo fontes oficiais do Ministério da Defesa, foi em um clima de aproveitamento dessa grave perturbação interna no seio das FARC que foi concebida a mais

impressionante de todas essas operações, a Operação JAQUE.

Operación Jaque

Aos dois de julho 2008, uma equipe de Forças Especiais do Exército Colombiano, disfarçada como um grupo de uma organização internacional humanitária, infiltrou-se na transferência de 15 prisioneiros, selecionados dentre os mais valiosos para as FARC, para um novo acampamento. Dentre eles, estavam a famosa política franco-colombiana Ingrid Bettancourt, três civis norte-americanos, contratados para serviços logísticos, e os demais, oficiais e graduados da Polícia Nacional. O sucesso desse resgate, verdadeiramente hollywoodiano, no qual nem um só tiro foi disparado, possibilitou que o presidente Uribe e os mais graduados militares da Colômbia clamassem, nacional e internacionalmente, por crédito político e técnico-profissional em função dessa memorável operação de resgate de reféns, comparável àquela realizada pelos israelenses no aeroporto de Entebbe, em 1976; e o resgate dos membros do corpo diplomático pelos peruanos, na residência do embaixador japonês, em Lima, em 1996.

Os detalhes dessa operação ainda são sigilosos. Tem-se, porém, notícia de que o planejamento foi baseado no envio eletrônico de informações falsas ao “Secretariado”, simulando-se que partiam de Guillermo León Sáenz Vargas, codinome “Alfonso Cano”, que assumiu o comando supremo da organização, após a morte de “Tiro Fijo”; e, também, de Victor Júlío Suárez Rojas, codinome “Mono Jojoy”, outro membro do

“Secretariado”. Tais mensagens fizeram os comandos subordinados crerem que deveriam separar os prisioneiros selecionados em três grupos distintos, trazendo-os a um sítio isolado, no Departamento de Guaviare, a sudeste de Bogotá, onde seriam apanhados por dois helicópteros de uma organização humanitária simpática ao movimento, para serem levados ao encontro de Alfonso Cano, em local secreto.

Os operadores de forças especiais selecionados para essa missão foram submetidos a intensos adestramentos na Base Militar de Tolemaida, a maior das bases do Exército Colombiano, a sudoeste de Bogotá. Esse adestramento incluiu treinamento de teatro para que pudessem passar por membros dessa falsa organização humanitária européia. Segundo militares colombianos de hierarquia superior, os assessores norte-americanos foram avisados do desencadeamento da Operação JAQUE apenas uma semana antes de seu desencadeamento, mas, embora dando pleno apoio, não tiveram qualquer participação, nem no adestramento, nem na sua execução.

Alguns dos integrantes do destacamento de operações especiais colombiano estavam desarmados, trajando camisetas *t-shirt* estampando o rosto de Che Guevara. Dois outros faziam o papel de repórteres da TV venezuelana Telesur. Pelo menos um trajava uma camiseta exibindo o símbolo da Cruz Vermelha Internacional, o que, posteriormente, levou o Comitê Internacional dessa organização a protestar, pelo que chamou de uso indevido.

Ao pousarem a bordo de um dos dois helicópteros russos Mi-17, do Exército Co-

lombiano, descaracterizados na sua parte externa, cujas cores verde oliva foram substituídas por vermelho e branco, em uma clareira próxima à pequena localidade de Tomachipán, ao sul do Departamento de Guaviare, os operadores especiais algemaram os 15 reféns e persuadiram os dois comandantes táticos das FARC, ali presentes, Antonio Aguillar, codinome “César”, e Alexander Farfán, codinome, “Gafas”, que também embarcassem. Assim que o helicóptero decolou e nivelou o seu voo, os militares subjugaram os dois irregulares e liberaram os reféns, informando-os de que estavam se dirigindo para um pouso em local seguro. Toda a operação especial durou 22 minutos, tempo superior em oito minutos ao verificado nos ensaios. Porém constituiu-se, indiscutivelmente, em retumbante sucesso, de repercussões extremamente gratificantes para o Governo Uribe, tanto no ambiente interno quanto no externo.

Conforme declarações do ministro da Defesa Juan Manuel Santos, o principal aspecto que tornou a Operação JAQUE extremamente atrativa para as autoridades de mais alto nível foi a possibilidade mínima de que algo pudesse agredir os reféns. Embora o ministro Santos declare que não houve participação militar externa no planejamento e na execução da operação, agentes governamentais reconhecem que antigos militares israelenses estão, nos últimos dois anos, assessorando o Ministério da Defesa nas questões de inteligência. Essa assessoria israelense estaria sendo fornecida mediante contrato no valor de 10 milhões de dólares por uma empresa de consultoria identificada como Global CST, dirigida pelo general de divisão, na

reserva, Israel Ziv, antigo chefe de Operações no Exército Israelense e pelo general de brigada, também na reserva, Yossi Kuperwasser, antigo chefe de Análises na Inteligência Militar israelense.

Por outro lado, desde os primeiros dias do Governo Uribe, o MI6, Serviço Secreto para assuntos externos da Grã-Bretanha (SIS), também estabeleceu ligações cooperativas com as autoridades colombianas, especialmente, mas não exclusivamente, nas operações contranarcóticos. Tal cooperação foi levada às autoridades militares colombianas no que se refere aos ensinamentos colhidos na campanha britânica contra o grupo terrorista Irish Republican Army (IRA), na Irlanda do Norte.

Essas profícuas cooperações com Israel e com o Reino Unido, tendo como base depoimentos de fontes militares, foram reportadas na edição de setembro de 2008, da *Jane's Intelligence Review*, sem contestações por parte do Governo Colombiano.

Um modelo para o Afeganistão?

Em diferentes oportunidades na conferência, o ministro Santos e alguns conceituados analistas internacionais presentes, tais como, o norte-americano David Killcullen, (antigo assessor especial em Contrainsurreição para o secretário de Defesa dos EUA) e os britânicos general (res) John Kiszely (antigo diretor da Academia de Defesa do Reino Unido), coronel (res) Gordon Brett (atual analista da Divisão de Operações da OTAN), e o coronel Alex Aldersen (chefe da Divisão de Contrainsurreição do Estado-Maior do Exército do Reino Unido),

declararam que a experiência colombiana na retomada do controle do território e na repressão à produção e consumo de drogas ilícitas pode ser muito útil no Teatro do Afeganistão.

Houve um entendimento mútuo de que, embora geograficamente muito diferenciados, é na dificuldade de acesso a inúmeras regiões do território e no desdobramento de forças irregulares, incluindo terroristas e narcotraficantes, nessas regiões, que se faz o início das similitudes entre os dois países. O ministro Santos enfatizou que, embora ainda em curso de operações, o processo de consolidação da segurança democrática e do controle do território já apresenta significativos ensinamentos, úteis não apenas para a Colômbia, mas, também, para outros países, como é o caso do Afeganistão.

Fricção

A Colômbia enfrentou críticas fricções na coordenação interagências, tanto entre agências civis e militares quanto entre diferentes agências civis. Na prática, a imprescindível coordenação foi desenvolvida por um processo contínuo de negociação interagências, em que a tentativa de cada uma em manter um nível de independência cada vez maior deve ser controlada.

O critério militar deve continuar a ser a gênese da consolidação

Encontrar o exato equilíbrio entre os esforços militar e social permanece muito difícil. A experiência colombiana está demonstrando que, sem condições mínimas de segurança, o esforço social é absolutamente infrutífero. Por essa razão, há que se privile-

giar, inicialmente, o esforço militar. Da mesma forma, a seleção de regiões para o processo de consolidação deve estar baseada na ação estratégica militar que desestabilize o inimigo. Somente após restabelecido o controle da segurança é que será possível o desenvolvimento dos projetos sociais.

Alinhar os esforços com a cooperação internacional

Na Colômbia, diferentes agências de cooperação internacional estão apoiando o esforço da consolidação. Na prática, nem sempre estas agências atuam com os mesmos interesses. Assim, é essencial coordenar e alinhar as atividades das agências locais com as das agências internacionais; sobretudo, torna-se fundamental manter o apoio político e econômico para o processo de consolidação.

Destruir o ciclo da desconfiança

Nas regiões onde as forças irregulares, tradicionalmente, exerceram influência, a chegada das organizações estatais é, frequentemente, recebida com uma profunda desconfiança pela população local. Essa receptividade pode gerar desconfiança por parte do estado, o que acarreta que a fase inicial da consolidação seja vivenciada em um ambiente de grande suspeição. Nesse contexto, a tarefa prioritária do esforço da consolidação deve ser de destruir esse ciclo de desconfiança, o que pode ser eficazmente realizado por meio do estabelecimento de medidas diversificadas de construção da confiança. Isso fica perfeitamente evidenciado nas medidas tomadas na substituição do cultivo das plantações de coca por outras culturas legais alternativas.

Ficou claro que os estados envolvidos em complexos processos de consolidação de retomada de controle do território e de desenvolvimento socioeconômico, tais como a Colômbia e o Afeganistão, devem compartilhar experiências e *expertises*, em uma base regular, sob pena de continuarem a conviver com ameaças, tais como o terrorismo e o crime.

Princípio do fim para as FARC?

As conclusões da conferência foram sintetizadas por Richard Downie, diretor do Center for Hemispheric Defense Studies / National Defense University (Washington D.C.), cujos representantes foram responsáveis pela condução dos debates na maioria dos painéis. Está muito claro que, desde o início de 2008 até a atualidade, as FARC sofreram as suas mais relevantes derrotas nos seus 44 anos de história. No contexto da arena política, hoje, as FARC não possuem as mínimas condições para produzir qualquer tipo de apoio popular. Muito pelo contrário, a opinião pública colombiana lhe é amplamente desfavorável. Na arena militar, suas vulnerabilidades estão mais evidentes do que nunca: significativa perda da liderança; significativa perda da presença e da influência territorial; sensíveis perdas no sistema de comando e controle; sensíveis reduções na obtenção de recursos econômico-financeiros; incremento de restrições logísticas; sensível perda do poder relativo de combate; significativa perda no moral; e um expressivo crescimento da desmobilização em suas fileiras. Na arena internacional, a existência das FARC como movimento revolucio-

nário armado, profundamente envolvido nas atividades criminosas de narcotráfico e sequestro como sua principal fonte de recursos, não tem mais qualquer tipo de apoio (pelo menos, ostensivamente), mesmo por parte das lideranças políticas de Cuba, Venezuela e Equador.

Assim, segundo as autoridades colombianas, só restam às FARC três alternativas: a negociação política, que seria estabelecida em termos absolutamente ditados por normas governamentais; a fragmentação interna, que levaria à sua dissolução a curto prazo; e a conservação de forças e a tentativa de recuperação a médio prazo, o que as autoridades colombianas enfatizam não ter mais retorno.

Entretanto, há alguns aspectos adicionais a serem impositivamente considerados. Historicamente, as FARC sempre demonstraram sua habilidade em sobreviver. Seu efetivo atual, da ordem de 7.000, embora seja o menor de sua história, ainda fundamenta uma ameaça de peso, até porque ainda dispõe de uma poderosa cobertura financeira por parte do crime organizado. Apesar de seu inquestionável sucesso na repressão, o Governo Uribe não reduziu o significativo volume de cocaína refinada exportada pela Colômbia, que continua sendo o maior produtor do

mundo. Segundo relatórios do Escritório de Drogas e Crime da Organização das Nações Unidas, a área de cultivo de coca, ao final de 2007, permaneceu 99.000 hectares, 27% maior do que no ano anterior. Por outro lado, embora se resguardando da confrontação direta com as forças governamentais, a possibilidade da realização de atentados terroristas — seletivos e indiscriminados — sobretudo, nos grandes centros urbanos, como uma forma de marcar a sua presença, reafirmando a percepção de que ainda é poderosa, ainda que totalmente impopular, existe e surge como o cenário mais provável.

Nesse contexto, há que se considerar que, apesar do inquestionável esforço, inegavelmente bem-sucedido, do atual Governo Colombiano, as FARC ainda estão longe da sua extinção; e surge uma ameaça de que as táticas, técnicas e procedimentos a serem empregados no futuro, em curto prazo, sejam de conotação profundamente narcoterroristas, como jamais se presenciou anteriormente. A consecução desse cenário pode provocar significativas repercussões em todos os países do hemisfério ocidental, em função do potencial incremento das já existentes conexões das FARC com organizações do crime organizado da maioria desses países, inclusive, do Brasil.

Mobilização nacional

A criação do Sistema Nacional de Mobilização

*João Fernando Guereschi*¹

Introdução

Para a manutenção e o alcance de interesses, os povos antigos preparavam armas, estocavam alimentos e recrutavam homens. Essas atividades confundem-se com uma logística distante, efetuada nos primórdios das artes militares e que alguns autores definem como mobilização. Ainda no início do século passado, as nações atentaram para a importância das atividades de mobilização decorrentes dos reveses sofridos por um conflito armado de longa duração, que identificou as fragilidades dos sistemas de segurança e da ausência de políticas de defesa adequadas.

Deflagrada a Segunda Guerra Mundial, os países que aprenderam com os ensinamentos do conflito anterior puderam edificar as principais diretrizes para o trato da mobilização. Atualmente, mesmo sem a declaração formal de guerra, as nações com expressivo poder nacional se beneficiam desse privilégio para atuar, dissuasoriamente, no gerenciamento de crises.

As relações internacionais, notadamente, no campo da defesa, modificaram-se a partir do término da bipolaridade mundial e da inclusão de ameaças difusas, marcadas

pelo 11 de Setembro de 2001. O cenário vivenciado pela globalização e pela planificação do mundo tornou anacrônicos alguns princípios oriundos da primeira metade do século XX. Em adição a esse ambiente, as revoluções tecnológica e da informação demandam ações de preparo que, na eventual concretização de uma hipótese de emprego, possibilitem a resposta adequada, de modo a minimizar os efeitos negativos na sociedade.

Nesse contexto, o caso brasileiro pauta-se num olhar ao futuro e adequado à sua realidade presente. A base legal e as orientações atuais estão consoantes com a aspiração política de inserção no cenário internacional de um país que possui o potencial a ser transformado com o objetivo de alcançar os patamares de desenvolvimento econômico e social vividos atualmente pelas grandes potências. A mobilização nacional, intimamente relacionada com a defesa nacional, apresenta tais características oriundas de lições aprendidas da realidade brasileira e contemporânea, bem como da evolução mundial.

Assim, em dezembro de 2007, foi sancionada a Lei nº 11.631 – Lei de Mobilização Nacional — que criou o Sistema Nacional de Mobilização, preenchendo uma lacuna jurídica vivenciada por mais de cinco décadas.

¹ O autor é capitão de mar e guerra e exerce o cargo de gerente do Programa de Mobilização para Defesa Nacional do Ministério da Defesa.



Fig. 1 – Capa do Jornal O GLOBO, de 16 de setembro de 1942

Fonte: o autor

Dados históricos

Com os ensinamentos da Primeira Guerra Mundial, especificamente no campo da mobilização de recursos humanos, o Brasil adotou o conceito das polícias militares como reserva do exército e instituiu o serviço militar obrigatório. Em 22 de abril de 1927, foi criado o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro (CPOR/RJ), com a visão de formar uma reserva de alto nível para o Exército, valendo-se de universitários, funcionando durante os recessos escolares e aos finais de semana. Anos mais tarde, durante a Segunda Guerra Mundial, cerca de metade dos tenentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que combateram na Europa era constituída por oficiais oriundos desses órgãos, convocados para o serviço ativo no *front* italiano.

As experiências mais significativas remontam à Revolução Constitucionalista de 1932 e, notadamente, às atividades decorrentes da decretação da mobilização nacional por ocasião da Segunda Grande Guerra, quando foi ordenada a mobilização geral, por meio do Decreto

nº 10.451, de 16 de setembro de 1942, em face do estado de beligerância declarado pelo Decreto nº 10.358, de 31 de agosto de 1942.

Em 28 de setembro de 1942, por meio do Decreto nº 4.750, foi criada a Coordenadoria da Mobilização Econômica, subordinada diretamente ao presidente da República, que implementou diversas medidas de caráter nitidamente de mobilização. Nessa situação, foram tabelados preços de produtos e serviços, foi criado o “pão de guerra” — que se assemelhava ao pão integral de hoje —, foram requisitadas mercadorias e serviços, constituíram-se estoques reguladores e conduziu-se a interferência do Estado nas indústrias, em particular, na têxtil paulista. Em virtude da dificuldade de importação de combustíveis, dentre as atividades de pesquisa, desenvolveram-se motores movidos a gasôgeno.

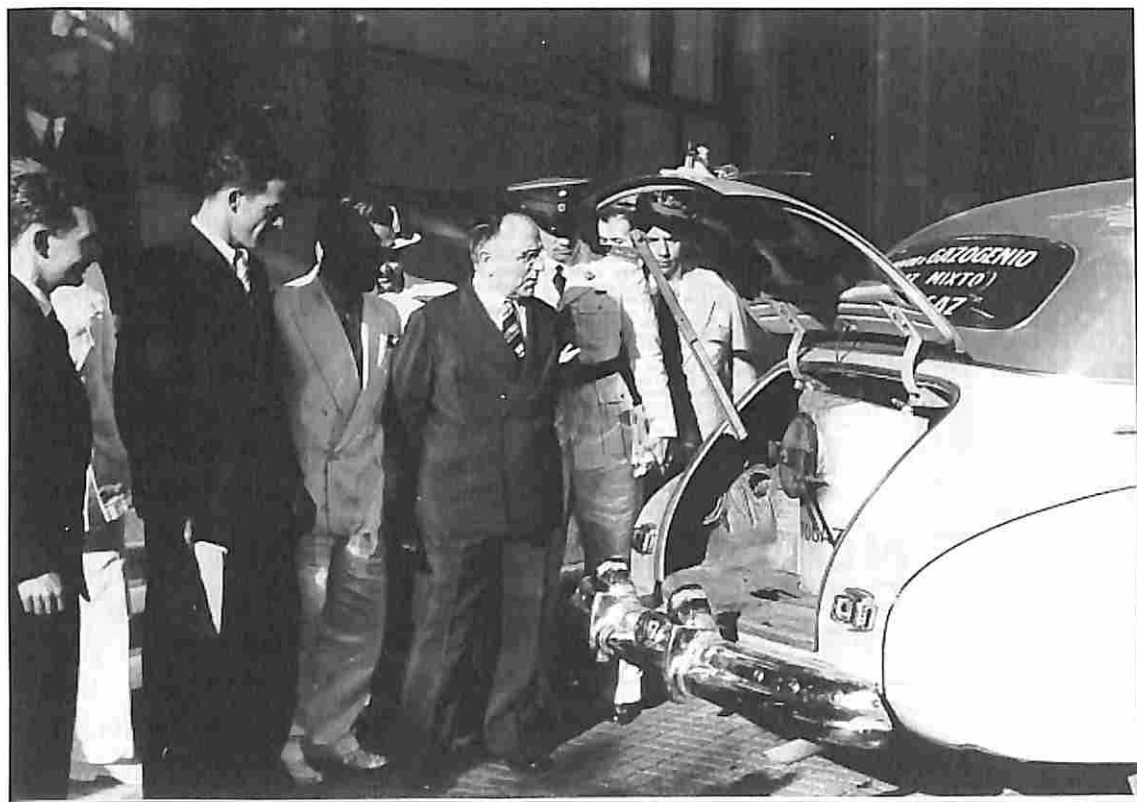


Fig. 2 – Presidente Getúlio Vargas ao lado de veículo adaptado com motor a gasogênio
Fonte: o autor

Essa Coordenadoria controlou e supervisionou diversas empresas privadas e públicas, conforme a prática dominante, à sua época, de intervenção estatal na economia e no mercado. Foi extinta em dezembro de 1945, sendo a quase totalidade dos seus 83 órgãos componentes absorvidos pelo Estado, como no caso do Serviço de Defesa Passiva Antiaérea, que viria a se transformar na Defesa Civil brasileira.

Além das forças combatentes, vale mencionar a constituição de um grupo de 73 enfermeiras brasileiras enviado à Itália, em 1944, junto à Força Expedicionária Brasileira (FEB) e à Força Aérea Brasileira (FAB), como exemplo de mobilização de civis. Essa ação proporcionou a ampliação de perspectivas de trabalho à mulher brasileira.

A partir da desmobilização ocorrida ao término da Segunda Guerra Mundial, o tema passou a ser tratado em diferentes setores do Governo Federal:

- De 1946 até 1988: Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN).
- De 1988 até 1990: Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (SADEN).
- De 1990 até 1º de janeiro de 1999: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR).
- De 1º de janeiro até 10 de junho de 1999: Ministério Extraordinário de Projetos Especiais (MEPE).
- A partir de 10 de junho de 1999: Mi-

nistério da Defesa (MD), conforme estabelecido no Decreto nº 3.080, de 10 de junho de 1999, responsável tanto pela mobilização militar (recebida do EMFA) como pela mobilização nacional (recebida do MEPE).

Durante o período em que permaneceram esses órgãos, foram expedidos alguns documentos orientadores:

- Política Governamental de Mobilização Nacional e Diretrizes Governamentais de Mobilização Nacional (Res), da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional da Presidência da República (1989).
- Doutrina Básica de Mobilização Nacional, da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional da Presidência da República (1987).
- Manual Básico de Mobilização Nacional (Res), da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional da Presidência da República (1988).

Apesar de a mobilização nacional possuir previsão legal desde a Carta Magna de

1934, somente com a Lei nº 11.631, de 27 de dezembro de 2007, foi que se dispôs sobre a matéria, inclusive com a criação (de direito) de um sistema pátrio para planejar e realizar todas as fases da mobilização e da desmobilização Nacionais.

A mobilização nacional

É corriqueiro o emprego do vernáculo “mobilização” mais no sentido popular, ao se qualificar a movimentação, especificamente, de pessoas na busca de um objetivo comum, transpassando a ideia de mutirão ou de ações reivindicatórias. Apenas como ilustração, dos cerca de três milhões de resultados nos mecanismos de busca na *Internet*, 10%, aproximadamente, referem-se a medidas governamentais de complemento à logística.

Assim, define-se **mobilização nacional** como o conjunto de atividades planejadas, orientadas e empreendidas pelo Estado, complementando a logística Nacional, destinadas a capacitar o país a realizar ações estratégicas, no campo da defesa nacional,

DIRETORIA REGIONAL DE SERVIÇO DE DEFESA PASSIVA

CONDUTA DA FAMÍLIA

EM CASO DE ESCURECIMENTO. (Black-out)

- 1º.—Proteger com quebra-luzes de papelão opaco todas as lampadas da casa.
- 2º.—Reduzir ao mínimo as luzes da casa.
- 3º.—Proteger com papelão opaco as vidraças externas.
- 4º.—Retirar as lampadas externas (varandas, jardins, quintais, etc.)
- 5º.—Não abrir porta ou janela externa de compartimento iluminado.

Fig. 3 – Panfleto distribuído em Natal-RN, durante a Segunda Guerra Mundial.

Fonte: o autor

diante de agressão estrangeira, conforme previsão constitucional:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

XXVIII - defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e **mobilização nacional**; (grifo do autor)

É possível imaginar-se a insegurança política e econômica caso não houvesse a previsão legal de competência exclusiva da União no trato dessa matéria. Ainda:

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

XIX - declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a **mobilização nacional**; (grifo do autor)

Devemos observar que a Constituinte de 1988 condicionou a decretação da mobilização — fase de **execução** — a duas circunstâncias:

- Ato exclusivo do presidente da República mediante autorização do Congresso Nacional ou referendado por este, em caso de sua ocorrência durante intervalo das sessões.
- Mediante agressão estrangeira.

É evidente que o ato de exceção deva ser conduzido pelo Poder Executivo, porém autorizado pelos representantes do povo, uma vez que a interferência do Poder Público sobre a vida da nação será revestida de ações compulsórias e que incidirão nalguns princípios de liberdade consagrados, carac-

terizando a supremacia do interesse público sobre o privado. Não basta a legalidade do ato; é imprescindível a sua legitimação. Essa fase — **execução** — é marcada pela celeridade e compulsoriedade, com o objetivo de alcançar os recursos necessários e não disponíveis.

Já a **agressão estrangeira** constitui termo amplo e indefinido. Não se restringe às situações que envolvam conflito armado e apresenta a possibilidade de ocorrência fora do território nacional. Parece que o legislador resolveu alinhá-lo aos atos que ferem os objetivos fundamentais, princípios constitucionais e interesses nacionais, demonstrando que os problemas derivados não são, exclusivamente, militares ou para o emprego do poder militar.

Por meio da decretação da mobilização, parcial ou total, serão definidos a sua abrangência territorial e os campos do poder nacional nos quais ocorrerão sua incidência.

A Lei de Mobilização estabeleceu um rol de medidas que poderão ser adotadas para a sua consecução:

Art. 4º. A **execução** da Mobilização Nacional, caracterizada pela celeridade e compulsoriedade das ações a serem implementadas, com vistas em propiciar ao País condições para enfrentar o fato que a motivou, será decretada por ato do Poder Executivo autorizado pelo Congresso Nacional, ou referendado por ele, quando no intervalo das sessões legislativas.

Parágrafo único – Na decretação da Mobilização Nacional, o Poder Executivo especificará o espaço geográfico do território nacional em que será realizada e as medidas necessárias à sua execução, dentre elas:

I - a convocação dos entes federados para integrar o esforço da Mobilização Nacional;

- II - a reorientação da produção, da comercialização, da distribuição e do consumo de bens e da utilização de serviços;
- III - a intervenção nos fatores de produção públicos e privados;
- IV - a requisição e a ocupação de bens e serviços; e
- V - a convocação de civis e militares. **(grifo do autor)**

Apesar de considerar-se a requisição como previsão legal de medida a ser empregada na execução da mobilização, é preciso breve esclarecimento. O conceito de requisição detém, também, particularidades presentes na mobilização: compulsoriedade, prevalência do interesse público sobre o privado e constitui-se ato de exceção. Vejamos o que a Lei Fundamental estabelece:

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXV - no caso de **iminente perigo público**, a autoridade competente poderá usar de **propriedade particular**, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

III - **requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra**;

XXVIII - defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e **mobilização nacional**;

Art. 139. Na vigência do **estado de sítio** decretado com fundamento no art. 137, I, só poderão ser tomadas contra as pessoas as seguintes medidas:

VII - **requisição de bens.** **(grifo do autor)**

Porém, cabe mencionar que a requisição aludida à mobilização somente será de possível adoção no caso da respectiva decretação, subordinada às condicionantes: ocorrência de agressão estrangeira, aprovação pelo Congresso Nacional e pertinente regulamentação. A Lei de Mobilização Nacional, por si só, não regulamenta a requisição aludida.

O inciso III, do art. 22, da Constituição de 1988 demanda difícil interpretação. As propostas apresentadas à Assembleia Constituinte pareciam mais objetivas, porém restritas:

Art. 8. Compete à União

XIX – legislar sobre

a) requisição de bens e serviços civis, em caso de perigo iminente, e militares, em tempo de guerra

Ou:

c) requisição de bens e serviços civis e militares em caso de perigo iminente ou em tempo de guerra.

Assim, uma interpretação possível é baseada na vontade do legislador, que demonstra diferentes finalidades para a requisição: para fins civis e para fins militares — pensamento adotado, atualmente, na União Europeia. Para o primeiro, é necessário o iminente perigo — também não definido —, mas que podemos inferir presente nas calamidades, vastos danos ambientais, epidemias, acidentes radiológicos de grandes proporções e, obviamente, em conflitos armados; no segundo, exclusivamente, em tempo de guerra.

Outros entendimentos consideram as requisições efetuadas por órgãos civis ou por

órgãos militares. As condicionantes para a aplicação podem, também, alternar-se em situações complementares — iminente perigo e em tempo de guerra —, ou singulares — iminente perigo ou em tempo de guerra. Alia-se a essa imprecisão a inexistência atual de declarações formais de guerra, caracterizadas pelo estado de beligerância.

A solução não é de fácil elucidação, cuja regulamentação poderá ensejar questionamentos de inconstitucionalidade e demandas judiciais.

Observemos como a Constituinte rascunhou sobre o direito à propriedade privada:

Art. 2º. É garantido o direito de propriedade.

I - A propriedade é pública ou privada.

§3º O Poder Público assegura a livre apropriação dos bens necessários à manutenção de uma vida digna e sóbria, para os indivíduos e os familiares que dele dependem; a desapropriação desses bens somente poderá fazer-se em caso de evidente necessidade pública reconhecida em juízo, e mediante integral e prévia indenização em dinheiro, vedada a imissão liminar de posse; a requisição destes mesmos bens pelo Poder Público é admitida apenas em razão de guerra ou calamidade pública, assegurada, em qualquer caso, a integral indenização dos prejuízos sofridos pelo proprietário; a liberdade assegurada neste item não se suspende durante vigência do estado de sítio.

Além disso, parece-nos que as requisições estão mais próximas às atividades logísticas, em face da disponibilidade dos bens ou serviços visados, criando uma “logística

compulsória”, cuja forma de obtenção é diferenciada e a contrapartida — o ressarcimento —, de difícil composição: precatórios, bônus de guerra, ou outros.

Não será por meio da decretação da mobilização ou com o emprego de requisições que haverá solução de **todas as** carências logísticas. Veremos que é preciso fortificar a logística nacional concomitantemente ao **preparo** da mobilização.

A **logística nacional**, por sua vez, compreende o conjunto de atividades relativas à previsão e provisão dos recursos e meios necessários à realização das ações decorrentes da estratégia nacional. De forma simplificada, a **logística** apresenta as seguintes fases:

- Identificação das necessidades
- Obtenção
- Distribuição, **no tempo oportuno**

Caso não sejam atendidas as necessidades requeridas diante das disponibilidades contempladas pela logística nacional, tomando-se em conta, inclusive, o princípio da oportunidade, essas necessidades tornar-se-ão objetos de estudo da mobilização, passando a ser consideradas como **carências logísticas**.

Fora do âmbito da defesa, alguns problemas regionais brasileiros atuais podem indicar-nos a presença de carências em alguns setores, tais como o emprego de hospitais de campanha no combate à dengue no Rio de Janeiro; e de recursos militares durante a seca da Amazônia em 2006 e nas inundações no Nordeste em 2008.

Com base nas carências logísticas, desenvolvem-se os estudos e planejamentos de mobilização em todos os campos do po-

der nacional, com o propósito de identificar ações que venham a transformar o potencial existente em “poder”, com vista ao emprego no caso de agressão estrangeira. A implementação de ações devidamente planejadas promoverá o incremento da logística nacional e a consequente redução do hiato econômico-social.

No **preparo** da mobilização, é possível alinhar as políticas de desenvolvimento com as de defesa. As atividades são desenvolvidas durante a situação de normalidade, de maneira a minimizar os impactos na sociedade por ocasião da **execução** da Mobilização.

Citamos, a seguir, alguns pensamentos pertinentes.

Nas palavras do senhor Geraldo Magela da Cruz Quintão, em 2002, como ministro de estado da Defesa:

Como instrumento constitucional (a mobilização), serve ao país para, por meio do investimento nas áreas econômicas e sociais, garantir o desenvolvimento e a soberania nacionais.

Tal como externado pelo senhor ministro de estado Mangabeira Unger, em 2008: “Não há Estratégia de Desenvolvimento Nacional sem Estratégia Nacional de Defesa”.

Conforme reiteradas manifestações do senhor ministro de estado da Defesa Nelson Jobim, referindo-se à inclusão da defesa na Agenda Nacional e aos estudos desenvolvidos na elaboração do Plano Estratégico de Defesa Nacional: “Temos que pensar grande”.

Nesse sentido, pode-se afirmar que os Estados Unidos da América (EUA) procuram

conduzir suas ações de estado em consonância com o desenvolvimento da defesa. Em face do elevado nível do seu poder nacional, reflete uma logística na qual, raramente, são identificadas carências. Assim, as necessidades da defesa são prontamente atendidas pela Logística Nacional, que apoia, inclusive, as deficiências de seus parceiros em organizações internacionais, como no caso das necessidades de transporte aéreo estratégico da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Em alguns países, as ações estratégicas para o desenvolvimento e integração estiveram perfeitamente alinhadas com as de mobilização. Na área de transportes podemos citar as *Autobahn* alemãs e as *Freeways* norte-americanas, concebidas para proporcionar maior mobilidade interna às tropas e melhorias logísticas, que contribuem com a integração nacional e promovem desenvolvimento. Da mesma forma, mencionamos as grandes ferrovias, como a Trans-Siberiana, que hoje suporta 30% do transporte de carga das exportações russas. No Brasil, um bom exemplo é o complexo ferroviário gaúcho, de mesma concepção, instalado a partir do início do século passado pela Missão Francesa.

Portanto, a mobilização atua sobre a logística nacional de forma eficaz, contribuindo para a consecução de seus planos com a formulação de bases normativas.

Essa visão está inserida em todos os campos do poder nacional. Como referência, podemos relacionar as necessidades da mobilização no estabelecimento de uma Indústria de defesa pautada em desenvolvimento de tecnologia autóctone, mediante

critérios claros de catalogação e, especialmente, de certificação, de modo a propiciar o crescimento desse setor com possibilidades de expansão regional e mundial.

Outro aspecto relevante é a identificação de produtos estratégicos e de defesa que, ao serem nomeados, contribuirão na formação de dados de interesse tanto à logística quanto à mobilização. Neste ponto, convém salientar que o sistema de mobilização deverá possuir uma ferramenta capaz de gerenciar informações estratégicas de bens e serviços para auxílio ao planejamento e à decisão.

No aspecto recursos humanos, ainda há grandes discussões quanto à convocação de civis, especialmente, quanto à qualidade desses recursos disponíveis. No campo militar, o serviço militar é a ferramenta adequada para a formação de uma reserva, cuja qualidade é objeto de estudos atuais.

Alguns estudiosos consideram as atividades desse serviço ligadas à logística. Independentemente de posicionamentos radicais, devemos mencionar que a logística e a mobilização interagem constantemente, ora decorrente dos resultados dos processos desenvolvidos pela mobilização durante a situação de normalidade, ora nas de execução.

No cenário atual, as relações políticas, econômicas e sociais se tornam cada vez mais complexas e enredadas.

Enfim, nas palavras do general de divisão Luiz Adolfo Sodré de Castro:

A grande vantagem no **preparo** da mobilização dos recursos nacionais disponíveis é a de proporcionar ao Estado a prontidão necessária para preservar a sociedade nas melhores condições, não só em guerras, mas em qualquer situação de crise ou emergência.

A criação do Sistema Nacional de Mobilização

Os primeiros estudos para a criação de uma lei sobre o tema mobilização nacional remontam à década de 1960.

O afastamento da sociedade na discussão da defesa nacional, na qual a mobilização nacional está inserida, remonta às falhas cometidas durante a mobilização brasileira ocorrida na Segunda Guerra e ao período de 1970 até meados da década de 1990.

A falta de um sistema nacional dedicado ao preparo das ações de mobilização implica perda de poder dissuasório.

Contudo, o poder militar nunca deixou de atribuir importância ao assunto, em face de seus pressupostos, e fornecer orientações com vista a identificar possíveis soluções ao complemento de sua logística. É com esta visão que foram conduzidas atividades no âmbito das Forças Singulares e adotado um sistema, ainda que com maior ênfase à sua forma doutrinária.

Não obstante, a Lei nº 11.631/07 começou a ganhar molde em 1999, e sua minuta, concluída em 2001. Diversas organizações participaram dos debates ocorridos no âmbito do Ministério da Defesa. As Forças Armadas e a Escola Superior de Guerra (ESG) colaboraram significativamente. Os ensinamentos colhidos nos simpósios de mobilização nacional e de mobilização militar renderam, também, boas ideias. Entre 2001 e 2003, o assunto foi discutido com os demais órgãos que viriam a compor o referido sistema.

Pela Exposição de Motivos Interministerial E.M.I. nº 472, de dois de outubro de 2003, foi encaminhada a proposta, na forma

de projeto de lei, ao Exmo. Sr. presidente da República. Em seis de outubro, por meio da Mensagem nº 507, o projeto foi encaminhado ao Congresso Nacional.

A tramitação do projeto de lei (PL) na Câmara dos Deputados iniciou-se em nove de outubro, recebendo a denominação PL nº 2.272/2003. Foi encaminhado ao Senado Federal em 29 de março de 2007. Durante as apreciações nas comissões daquela casa legislativa, não sofreu qualquer alteração e as aprovações transcorreram de forma unânime.

Em primeiro de agosto de 2007, foi recebido no Senado Federal. Tal como na Câmara dos Deputados, houve aprovação. Em cinco de dezembro, o texto, nomeado PLC nº 25/2007, foi aprovado. Em 27 de dezembro, o Exmo. Sr. presidente da República sancionou a Lei de Mobilização, publicada no Diário Oficial no dia seguinte.

Na época de tramitação do PL, argumentava-se o crescimento das ações terroristas no mundo, notadamente, as ações de 11 de setembro de 2001 e as investigações decorrentes, tais como na região de triplíce fronteira Brasil-Argentina-Paraguai. Além disso, as atividades de grupos como as FARC e as tecnologias empregadas pelos cartéis colombianos no transporte de drogas contribuíram para despertar, no parlamento, a necessidade de fortalecimento de bases legais relacionadas à defesa.

Dessa época, ocorreu a atualização da Política de Defesa Nacional de 2005, que consigna a necessidade de constituir um sistema de mobilização, a fim de construir um poder dissuasório pautado em capacitações e potencialidades, poder e mobilização:

Política de Defesa Nacional

6. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

*6.2 A vertente preventiva da Defesa Nacional reside na valorização da ação diplomática como instrumento primeiro de solução de conflitos e em postura estratégica baseada na existência de **capacidade militar** com credibilidade, apta a gerar efeito dissuasório.*

Baseia-se, para tanto, nos seguintes pressupostos básicos:

VII - capacidade de mobilização nacional.

*6.6 A expressão militar do País fundamenta-se na capacidade das Forças Armadas e no **potencial dos recursos nacionais mobilizáveis**.*

6.9 O fortalecimento da capacitação do País no campo da defesa é essencial e deve ser obtido com o envolvimento permanente dos setores governamental, industrial e acadêmico, voltados à produção científica e tecnológica e para a inovação. O desenvolvimento da indústria de defesa, incluindo o domínio de tecnologias de uso dual, é fundamental para alcançar o abastecimento seguro e previsível de materiais e serviços de defesa.

7. DIRETRIZES

7.1 As políticas e ações definidas pelos diversos setores do Estado brasileiro deverão contribuir para a consecução dos objetivos da Defesa Nacional. Para alcançá-los, devem-se observar as seguintes diretrizes estratégicas:

IX - implantar o Sistema Nacional de Mobilização e aprimorar a logística militar.
(grifo do autor)

A Lei de Mobilização criou, de direito, o SINAMOB, que compreende um conjunto de órgãos federais, representantes do poder nacional na forma de sistema, cujo órgão central é o Ministério da Defesa, no qual seus componentes atuam de modo ordenado e integrado, a fim de planejar e realizar todas as fases da mobilização e da desmobilização nacionais.

Fazem parte do SINAMOB os órgãos constantes da **Tabela 1**.

| ÓRGÃO DE DIREÇÃO | SUBSISTEMA SETORIAL | OUTROS ÓRGÃOS COMPONENTES (A SER REGULAMENTADO) |
|---|----------------------------|--|
| Ministério da Defesa | MILITAR | |
| Ministério da Justiça | SEGURANÇA | |
| Ministério das Relações Exteriores | POLÍTICA EXTERNA | |
| Casa Civil da PR | POLÍTICA INTERNA | |
| Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | SOCIAL | a) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome b) Ministério das Cidades c) Ministério da Cultura d) Ministério da Educação e) Ministério do Esporte f) Ministério do Meio Ambiente g) Ministério da Previdência Social h) Ministério da Saúde i) Ministério do Trabalho e Emprego j) Ministério do Turismo |
| Ministério da Ciência e Tecnologia | CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO | |
| Ministério da Fazenda | ECONÔMICO | a) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento b) Ministério das Comunicações c) Ministério do Desenvolvimento Agrário d) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e) Ministério de Minas e Energia f) Ministério dos Transportes |
| Ministério da Integração Nacional | DEFESA CIVIL | |
| Gabinete de Segurança Institucional da PR | INTELIGÊNCIA | |
| Secretaria de Comunicação de Social da PR | PSICOLÓGICO | |

Tabela 1 – Órgãos do SINAMOB

Fonte: o autor

A referida Lei estabeleceu, ainda, competências para o SINAMOB, conforme a seguir:

Art. 7º Compete ao Sinamob:

I - prestar assessoramento direto e imediato ao Presidente da República na definição das medidas necessárias à Mobilização Nacional, bem como aquelas relativas à Desmobilização Nacional;

II - formular a Política de Mobilização Nacional;

III - elaborar o Plano Nacional de Mobilização e os demais documentos relacionados com a Mobilização Nacional;

IV - elaborar propostas de atos normativos e conduzir a atividade de Mobilização Nacional;

V - consolidar os planos setoriais de Mobilização Nacional;

VI - articular o esforço de Mobilização Nacional com as demais atividades essenciais à vida da Nação; e

VII - exercer outras competências e atribuições que lhe forem cometidas por regulamento.

No campo militar, o Ministério da Defesa emitiu suas diretrizes setoriais, mas é preciso formular os caminhos dos demais subsistemas.

O Sistema de Mobilização Militar – SIS-MOMIL está inserido no SINAMOB e é composto pelos respectivos sistemas das Forças Singulares em conformidade com as normas constantes na Lei Complementar nº 97/99:

Lei Complementar nº 97

Art. 8º A Marinha, o Exército e a Aeronáutica dispõem de efetivos de pessoal militar e civil, fixados em lei, e dos meios orgânicos necessários ao cumprimento de sua destinação constitucional e atribuições subsidiárias.

Parágrafo único. Constituem reserva das For-

ças Armadas o pessoal sujeito a incorporação, mediante mobilização ou convocação, pelo Ministério da Defesa, por intermédio da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, bem como as organizações assim definidas em lei.

Art. 13. Para o cumprimento da destinação constitucional das Forças Armadas, cabe aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica o preparo de seus órgãos operativos e de apoio, obedecidas as políticas estabelecidas pelo Ministro da Defesa.

§ 1º O preparo compreende, entre outras, as atividades permanentes de planejamento, organização e articulação, instrução e adestramento, desenvolvimento de doutrina e pesquisas específicas, inteligência e estruturação das Forças Armadas, de sua logística e mobilização.

Art. 14. O preparo das Forças Armadas é orientado pelos seguintes parâmetros básicos:

III - correta utilização do potencial nacional, mediante mobilização criteriosamente planejada.

As Forças Armadas dispõem dos seus sistemas da seguinte maneira:

- a. Na Marinha do Brasil (MB): SIMOMAR – Sistema de Mobilização Marítima. Aborda o Poder Marítimo, no qual o Poder Naval (militar) está inserido. O Manual de Mobilização Marítima, do Estado-Maior da Armada (EMA), foi revisado em 2004. Atualmente, a MB dedica-se à criação de estrutura organizacional necessária para o aprimoramento do trato ao assunto.
- b. No Exército Brasileiro (EB): O SIMOBE – Sistema de Mobilização do Exército. Está relacionado às atividades de Mobilização para a Força Terrestre e apresenta como documentação básica a Política de Mobilização do Exército, que foi elaborada em 1974 pelo Estado-Maior do Exército (EME) e es-

tabeleceu como um dos seus objetivos a implantação do SIMOBE. O sistema foi implantado em 1976, reformulado em 1980 e encontra-se em fase final de reestruturação, com instruções gerais e reguladoras em vigor, com base numa visão sistêmica, abordando duas áreas: material e recursos humanos. Corresponde ao sistema mais desenvolvimento, em face das peculiaridades das atividades desenvolvidas pela Força e do baixo custo das ações de implementação.

- c. Na Força Aérea Brasileira (FAB): O SISMAERO - Sistema de Mobilização Aeroespacial. Foi criado em 1985 e sua documentação, revisada em 2002.

No Ministério da Defesa, além dos estudos e da elaboração de propostas de normas relacionadas ao assunto, são conduzidas atividades mediante planejamento estabelecido no Plano de Gestão da Secretaria de Ensino, Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia (SELOM), suportadas pelo Programa 8026 – Mobilização para a Defesa Nacional, do Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal. Esse programa comporta três ações governamentais, utilizando recursos do Tesouro Nacional e do Fundo do Serviço Militar.

- Ação 4427 – Exercícios de Mobilização para Defesa Nacional. Os recursos disponibilizados nesta ação permitem a divulgação do tema à sociedade brasileira e capacitação de pessoal dos órgãos componentes mediante a realização dos Estágios Intensivos de Mobilização Nacional (EIMN), ocorridos de 2001 a 2007, e dos Estágios de Mobili-

zação Nacional - Práticos, envolvendo parceria com instituição notoriamente reconhecida na área de capacitação de recursos humanos.

- Ação 5136 – Implantação do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB). Nesta ação está prevista a reestruturação da Divisão de Coordenação da Mobilização Nacional, subordinada ao Departamento de Mobilização – MD, para atuar como Secretaria-Executiva do Comitê do SINAMOB; para aquisição de equipamentos adequados à implantação de uma rede de comunicação no âmbito dos Comandos Militares; e para o desenvolvimento de um sistema de gerenciamento de informações da Mobilização Nacional.
- Ação 2872 – Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório. Os recursos desta ação destinam-se ao desenvolvimento das atividades ligadas ao serviço militar, tais como alistamento, seleção, incorporação e apresentação de reservistas.

Para os demais ministérios, cada órgão do SINAMOB deverá considerar previsões orçamentárias próprias.

Perspectivas de atuação do Sistema Nacional de Mobilização

Com o início das atividades do SINAMOB, devidamente regulamentadas, vislumbramos que os demais órgãos componentes comecem a adquirir capacidade de execução e planejamento, necessidade fundamental para o perfeito funcionamento do sistema.

A proposta de regulamento da Lei de Mobilização foi elaborada em 2007 e contou com assessoria das Forças Singulares e da ESG. Atualmente, encontra-se em apreciação na Casa Civil da Presidência da República.

O regulamento prevê a formação de um comitê para o sistema, a fim de legitimar e viabilizar a execução das atividades de funcionamento do sistema. Esse comitê contará com um plenário composto pelos ministros de estado dos órgãos de direção dos respectivos subsistemas, com câmaras técnicas e grupos de trabalho para assessoria especializada. Esperamos que, muito brevemente, ocorra a realização da 1ª reunião do Comitê do SINAMOB.

Para curto prazo, é necessária a atualização da documentação existente: Política de Mobilização Nacional, Diretrizes Governamentais de Mobilização Nacional, Doutrina de Mobilização Nacional e Manual Básico de Mobilização Nacional, que deverá conter orientações para a padronização do planejamento da mobilização.

As atividades realizadas e o material produzido não devem ser desprezados, mas adaptados à base legal ora em formação. É o caminho natural, haja vista que alguns conceitos existentes se encontram em evolução e devem seguir as modificações impostas pelas relações entre os diversos atores.

A mobilização existe para a guerra. Durante o planejamento para atender a essa situação crítica, são considerados potenciais, estruturas e capacidades nacionais que poderão identificar soluções para conjunturas de menor complexidade. A estrutura do sistema poderá ser empregada para apoio às

atividades decorrentes do gerenciamento dessas crises de menor intensidade.

Resumidamente, conforme a visão do general de divisão Luiz Adolfo Sodré de Castro: “Quem pode mais, pode menos”.

Conclusão

Identificamos, na criação do SINAMOB e na consequente implantação do sistema, uma ferramenta robusta, que permitirá, se devidamente trabalhada, contribuir para a elevação das capacitações militares, bem como para o crescimento econômico-social. O investimento em Defesa acarreta, invariavelmente, avanço científico e tecnológico.

A estrutura do SINAMOB, voltada para o conflito armado, poderá atender a situações de menor complexidade, como nos casos de epidemias e calamidades, em face da composição e da natureza do sistema.

As atividades de preparo da mobilização nacional, como complemento da logística e na execução de ações conjuntas, também exercem estreita cooperação com a integração nacional.

Como vimos, o preparo da mobilização não demanda significativo volume de recursos. As ações necessárias para a sua implantação e funcionamento não reclamam somas expressivas, bastando vontade e empenho dos setores responsáveis em cada área de atuação.

Eis o grande desafio para que a Lei de Mobilização adquira eficácia. É preciso que haja continuadas discussões e entendimentos que compatibilizem as inúmeras e intrincadas interações nacionais e internacionais, mediante uma visão prospectiva.

Entretanto, na eventualidade da decretação da mobilização nacional, condicionada às premissas constitucionais — agressão estrangeira e aprovação

do parlamento —, as requisições militares não serão suficientes para sanar todas as carências logísticas vislumbradas, no tempo oportuno.

Referências

AMARANTE, José Albano. **As Forças Armadas e o desenvolvimento científico e tecnológico do país**. Brasília: Ministério da Defesa, 2005. (Pensamento brasileiro sobre Defesa e Segurança, v. 3).

BRASIL. Constituição Federal de 1988, 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

BRASIL. Lei nº 11.631, de 27 de dezembro de 2007. Dispõe sobre a Mobilização Nacional e cria o Sistema Nacional de Mobilização - SINAMOB. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11631.htm>.

BRASIL, Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2008/2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 abr. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Lei/L11653.htm>.

BRASIL. Decreto nº 6.223, de 4 de outubro de 2007. Regimento Interno do Ministério da Defesa. Revogado pelo Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 abr. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7974.htm#art8>.

BRASIL. Exposição de Motivos nº 264/MD, de 16 de junho de 2008, do Ministério da Defesa. Encaminha a Proposta de regulamentação da Lei nº 11.631/07.

CADERNOS DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO NACIONAIS. Seção de Assuntos de Logística e Mobilização da Escola Superior de Guerra (Brasil). Rio de Janeiro: ESG, v.1, n. 1, mar. 2007.

COSTA, Nadin Ferreira da. A Indústria Brasileira de Material de Defesa: principais óbices. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, n. 37, p. 160-201, 1998.

COSTA, Soraia. Governo tenta se precaver contra ameaça estrangeira. Preparando-se para a guerra: Decreto que regulamenta nova lei definirá como o país irá reagir a agressões externas, guerras e situações emergenciais. **Jornal Congresso em Foco**, Brasília, 14 jan. 2008.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Efeitos e imagens da mobilização civil na cidade de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. Disponível em: http://www.tau.ac.il/eial/XII_1/cytry.html. Acesso em: 11 jun. 2008.

CYTRYNOWICZ, Roney. **A Serviço da Pátria: a mobilização das enfermeiras no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702000000200004>. Acesso em: 11 jun. 2008.

DIRETRIZES do Estado Novo: O Brasil na Guerra: Coordenação da Mobilização Econômica. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos37-45/ev_brnaguerra_coordenacao.htm. Acesso em: 11 de junho de 2007;

DIRETRIZES do Estado Novo: O Brasil na Guerra: Cotidiano da guerra. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos37-45/ev_guerranobr_cotidiano.htm. Acesso em 11 de junho de 2008;

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Manual básico da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro: ESG, 2006. (volume I - Elementos Doutrinários).

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Manual Básico da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro: ESG, 2006. (volume II – Assuntos Específicos).

FEROLLA, Sérgio Xavier. O Fomento da indústria de Defesa como Fator de Preparo da Mobilização Nacional. **Revista Idéias em Destaque**, n. 20, jan./abr. 2006.

FRIEDMAN, Thomas L. **O mundo é plano: uma breve história do século XXI**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

GOBATA, Marsiléia. Estratégia: plano devolve soberania ao Brasil. **Jornal do Brasil**, 25 fev. 2008.

GOMES, Gerson Pinheiro. A Logística aplicada ao programa federal de segurança alimentar “Fome Zero” e sua contribuição a uma mobilização nacional. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 42, jan./dez. 2003.

JOBIM, Nelson. **Discurso em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em 9 de abril de 2008.** Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/imprensa/index.php?page=pronunciamento_discursos>. Acesso em: 11 jun. 2008.

JOBIM, Nelson. **Discurso em Comemoração aos 9 anos de criação do Ministério da Defesa.** Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/imprensa/index.php?page=noticias_anteriores>. Acesso em: 11 jun. 2008a.

JOBIM, Nelson. A Defesa na Agenda Nacional: o Plano Estratégico de Defesa. **Revista Interesse Nacional**, jul./set. 2008b.

LEI permite convocar civis e tomar fábricas em caráter de emergência. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 dez. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2912200716.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2008.

MATOS, Marcos Oliveira. Ingresso do Brasil no Sistema OTAN de Catalogação: perspectivas de desenvolvimento da indústria bélica brasileira. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 1-80, dez. 2007.

MERGULHÃO. **Aniversário do CPOR/RJ**. Disponível em: <http://www.sangueverdeoliva.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=277&Itemid=29>. Acesso em: 11 jun. 2008.

MOBILIZAÇÃO Nacional. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/mobilizacao/index.php>>. Acesso em: 11 de jun. 2008.

OSTROWIECKI, Alexandre; FEDER, Renato. **Carregando o elefante**: Como transformar o Brasil no país mais rico do mundo. 2. ed. São Paulo: HEMUS, 2007.

PORTO DA LUZ, Sérgio. Sobre a Mobilização de Interesse da Marinha: Breve formulação de uma Política. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 105, n. 1/3, jan./mar. 1985.

PROJETO Brasil 3 tempos: 2007, 2015 e 2022. **Cadernos NAE**: Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Brasília, DF, n. 1, jul. 2004.

QUINTÃO, Geraldo Magela da Cruz. **Discurso proferido na sessão de abertura do III Simpósio de Mobilização Nacional no Colégio Militar de Brasília**: A Política de Mobilização Nacional. Brasília, 17 de setembro de 2002.

SADEMBERG, Ronaldo. **As Forças Armadas e o desenvolvimento científico e tecnológico do país**. Brasília: Ministério da Defesa, 2005. (Pensamento brasileiro sobre Defesa e Segurança, v. 3)

SAMPAIO, Consuelo Novais. A Bahia na Segunda Guerra Mundial. **Olho da História**, n. 1. Disponível em: <<http://www.oohodahistoria.ufba.br/sumario1.HTML>>. Acesso em: 11 jun. 2008.

SILVA, Benedicto. **A administração civil na mobilização bélica**. Rio de Janeiro: FGV, 1958.

SIQUEIRA, Cláudio Dantas. Superpoderes aos Militares. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, 12 fev. 2006, p. 10. (Caderno de Política)

SODRÉ DE CASTRO, Luiz Adolfo. **A Lei de Mobilização Nacional e suas implicações**. Brasília: Ministério da Defesa, jun. 2008. (Palestra)

UNGER, Mangabeira. Entrevista no programa Conexão Roberto d'Ávila. **TVE Brasil**, 20 abr. 2008.

VIDEIRA, Antonio Celente. Simulação de Transporte de Carga: um olhar integrado para a logística e a mobilização empresarial. **Idéias em Destaque**, Rio de Janeiro: Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, n. 22, set./dez. 2006.

VIDEIRA, Antonio Celente. A Função Logística Engenharia e a Mobilização Nacional. **Idéias em Destaque**, Rio de Janeiro: Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, n. 25, set./dez. 2007.

VIDIGAL, Armando Amorim. Mobilização Industrial e Economia de Guerra. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, n. 1, dez. 1983.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. A Importância da Indústria Bélica para a Segurança Nacional. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 108, n. 10/12, p. 25-44, out./dez. 1988.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **Desafios na atuação das Forças Armadas**. Brasília: Ministério da Defesa, 2005. (Pensamento brasileiro sobre Defesa e Segurança, v. 4)

UNASUL x ALBA

Uma comparação das propostas de defesa

Luciano Larri Chamorra Quevedo¹

Introdução

A colonização das Américas, realizada por espanhóis e portugueses, trouxe à América do Sul um período de disputas pelas riquezas naturais, territórios, fronteiras e imposições culturais, que se arrastaram até os dias atuais com pendências fronteiriças que ainda perduram entre alguns países sul-americanos. Além disso, o processo de expansão da colônia portuguesa para além da linha do Tratado de Tordesilhas, aliado ao fato de o Brasil ter mantido o regime monárquico até 1889, alimentou uma desconfiança nos vizinhos de origem espanhola.

Após a consolidação das fronteiras brasileiras, no início do séc. XX, ocorreram algumas tentativas de criação de grupos de nações, como o Pacto ABC (Argentina, Brasil e Chile). No entanto, tais pactos nunca foram efetivados.

A Segunda Guerra Mundial trouxe uma nova ideia de pactos no campo da defesa. Em 1942, foi criada a Junta Interamericana de Defesa (JID), que antecedeu a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, e da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948, culminando com a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR).

Com a Guerra das Malvinas em 1982, a América vivenciou o problema de ver os Estados Unidos apoiarem a Inglaterra, sua tradicional parceira da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em detrimento do TIAR. A partir desse momento, os países da América do Sul perceberam a fragilidade de seu principal mecanismo de defesa e passaram a acelerar o processo de aproximação regional.

Com a chegada de Hugo Chávez ao governo da Venezuela, a América do Sul ganhou um novo ator e um novo rumo no assunto da integração da defesa. A ideologia, até pouco combatida na Guerra Fria, volta ao subcontinente e rapidamente se alastra em países sob influência venezuelana, com a criação da Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (ALBA) em 2004, sem, contudo, falar conselho de defesa até o momento.

Em 2008, com a assinatura do Tratado Constitutivo da UNASUL, o então ministro da Defesa do Brasil, Nelson Jobim, deu início à criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), aproveitando os fortes laços regionais criados com o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), com a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), com o Tratado da Bacia do Prata, com a Comunidade Andina de Nações (CAN) e com a própria ALBA.

¹ O autor é major da arma de Cavalaria e aluno da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Esses dois principais blocos regionais, ALBA e UNASUL, apresentam propostas de defesa com consideráveis divergências, bem como países signatários de ambos. Nesse contexto, o problema ocorrido com o TIAR em 1982 pode-se repetir em caso de disputas sul-americanas ou agressões extrarregionais, em que os membros que participam dos dois tratados podem ser levados a escolher qual alinhamento deverão apoiar.

O presente trabalho tem por objetivo comparar as propostas de defesa da ALBA e da UNASUL e concluir sobre as suas diferenças, bem como o seu potencial em criar óbices ao processo de integração regional, assim como suas inferências para a política externa brasileira. Sua importância é ressaltada em face das alterações decorrentes do crescimento geopolítico do continente sul-americano, da maior necessidade de uma estrutura de defesa e do aumento da influência brasileira nos assuntos internacionais.

Material e método

A pesquisa foi do tipo documental e bibliográfica, utilizando o método comparativo com um tipo de análise teórica.

Inicialmente, foi feita uma extensa pesquisa, buscando compreender a formação política da América do Sul e a origem das suas divergências e potenciais atritos. Posteriormente, pesquisou-se a evolução dos mecanismos de defesa do continente americano, procurando entender os motivos que levaram a seus sequentes insucessos.

Em um segundo instante, pesquisou-se o momento político vivido pelos países integrantes dos blocos, na tentativa

de compreender seus atuais interesses e o rumo dado, pelos seus líderes, às suas políticas externas.

Por fim, procuraram-se informações referentes às propostas para a área da defesa de cada bloco. Os dados referentes à ALBA necessitaram bastante análise por se tratar de trabalhos difusos e abordando temas pontuais: foi necessário juntar fragmentos de informações disponibilizados em diversas fontes, a fim de poder chegar a ideias conclusivas. Quanto à UNASUL, não houve problema na coleta, por se tratar de assunto bastante discutido e pesquisado, havendo uma quantidade suficiente de literatura disponível.

Para manter organizados os dados obtidos, foram utilizadas as fichas registro e a catalogação das informações encontradas, o que facilitou consultas posteriores. Foi dada grande ênfase à busca de informações na Internet devido à falta de livros e obras que discutam os assuntos relativos à defesa. Livros e revistas afetas às ciências sociais também foram utilizados.

A coleta de dados se deu através da pesquisa em *sites* especializados no assunto defesa, artigos científicos em *sites* de universidades e centros de estudos estratégicos e de relações internacionais do Brasil e do exterior.

Discussões

A busca pela consolidação de um mecanismo de defesa na América do Sul é um sonho antigo de seus integrantes. Durante séculos, as tentativas foram infrutíferas por causa de diferentes interesses, alinhamentos

políticos divergentes, desigualdade econômica, questões de limites, interesses estrangeiros, desconfianças mútuas e, principalmente, falta de países com liderança e poder nacional suficientes para aglutinar os demais em torno desse projeto.

O fato de os Estados Unidos da América negarem apoio à Argentina durante a Guerra das Malvinas, descreditando o TIAR, fez com que os países sul-americanos percebessem que deveriam criar mecanismos regionais de proteção contra os interesses dos países desenvolvidos. Disso, surgiu a aproximação entre Argentina e Brasil, que deixaram de lado as controvérsias hegemônicas, passando para uma relação de aproximação e de confiança mútuas, incluindo as áreas de segurança e defesa, até os dias atuais.

Com a ascensão de Hugo Chaves ao governo da Venezuela, esse país começou uma política externa centrada no “bolivarianismo” e em uma proposta de união entre os países da antiga Grã-Colômbia. Nesse contexto, e como reação à influência dos Estados Unidos na região, foi criada a ALBA.

Com a maior inserção do Brasil na governança mundial, o então ministro da Defesa Nelson Jobim propôs, em 2008, a criação da UNASUL, unindo países da ALBA e do MERCOSUL em uma nova comunidade sul-americana.

A UNASUL foi criada com a finalidade de gerar maior integração e apoio entre os seus países membros em diversas áreas de interesse, entre elas a defesa, com a criação, no mesmo ano, do Conselho de Segurança Sul-americano (CDS). No mesmo caminho, a ALBA iniciou seus trabalhos no sentido de criar mecanismos de segurança

entre os seus signatários.

Durante a pesquisa chegou-se à conclusão de que os mecanismos de integração criados representam, em primeira instância, uma expansão da política externa de dois países — Brasil e Venezuela —, que procuraram expandir sua influência pelos países do subcontinente.

A ALBA representa, além de uma reação à influência norte-americana, uma tentativa de expansão da Venezuela impulsionada, pela valorização do petróleo no mercado internacional. Segundo PÁDUA (2010), em seu artigo denominado *Por una política de defensa común latinoamericana: la propuesta venezolana*, o projeto venezuelano de defesa comum começou a ser exposto pelo presidente Hugo Chávez em 2000, durante a I Reunião de Cúpula dos Presidentes da América do Sul. O projeto constava de uma proposta para a integração das Forças Armadas dos países da região.

O processo de cooperação militar entre seus países membros começou em maio de 2006, com a assinatura de um pacto entre Bolívia e Venezuela, que previa a construção de um porto e de uma base militar em território boliviano. O acordo também incluiu a colaboração na gestão de crises, abrindo espaço para o envio de soldados venezuelanos em casos de conflito interno no país aliado.

En su programa dominical Aló Presidente, acompañado de su homólogo nicaragüense, Daniel Ortega, Chávez declaró públicamente la necesidad de formar una estrategia de defensa conjunta, con la articulación entre las Fuerzas Armadas terrestres, aéreas, marítimas, Guardia Nacional, fuerzas de cooperación y cuerpos de inteligencia porque el enemigo [sería] el mis-

mo, el 'Imperio', refiriéndose claramente a Estados Unidos. Añadió además que, si alguien atacase a cualquier integrante del bloque estaría atacando a todos, porque el bloque respondería como uno solo. (PADUA, 2010)

Em 2006, foi realizado em Caracas o seminário Seguridad Regional, Integración y Fuerzas Armadas. O evento contou com a presença de várias autoridades civis e militares da venezuelana. Nele, se discutiu a possibilidade de alcançar uma integração militar com o objetivo de formar uma Força Armada Regional. Do seminário resultaram, entre outras, algumas propostas:

- criação de uma Força Militar Sul-Americana que servisse de apoio aos interesses políticos e militares dos países da região com a finalidade de defender sua soberania, liberdade e recursos naturais;
- analisar a possibilidade de criar uma Força de Reserva Regional, que permitisse atender todas as ameaças dirigidas à segurança de Estado de cada país;
- estimular o desenvolvimento científico e tecnológico no âmbito militar, que permitisse o crescimento de uma indústria bélica regional moderna; e
- propor a desintegração da Junta Interamericana de Defesa.

O assunto voltou a ser tratado na VII Cúpula, em Cochabamba, na Bolívia, no ano de 2009, onde se resolveu criar um Comitê Permanente de Soberania e Defesa da ALBA, que teria como objetivos principais a definição de uma “Estratégia de Defesa Integral Popular Conjunta” e a constituição de uma

Escola de Dignidade e Soberania das Forças Armadas dos países membros.

¿Porqué no, quién nos puede prohibir a países soberanos hacer una alianza militar defensiva, y cruzar soldados y oficiales y entrenamiento y logística?...¿Cómo es que nosotros no nos atrevemos a crear una alianza militar, porqué, qué miedo hay, hay miedo o qué? (Hugo Chavez, 2009)

Em 31 de maio de 2011, na localidade de Warnes, em Santa Cruz, a 800km de La Paz, foi inaugurado o centro de operações da Escola de Defesa da ALBA. No dia 9 de junho do mesmo ano, em Cuba, Hugo Chávez e Raul Castro assinaram os termos de criação da Escola de Formação das Forças Armadas da ALBA.

Durante a XI Cúpula de Presidentes e Chefes de Governo, que se realizou em Caracas em fevereiro de 2012, o presidente da Bolívia, Evo Morales, propôs a criação de um Conselho de Defesa dos países membros, orientado a “reconstruir a doutrina militar”. Evo, na oportunidade, expressou sua preocupação com a importação da doutrina dos EUA pelos países sul-americanos. Ainda nessa cúpula, manifestou que, assim como os governos, as Forças Armadas da ALBA “devem ser anticapitalistas e anti-imperialistas” e assim recuperar a luta de seus povos.

As propostas da ALBA com relação à defesa parecem ser carregadas de interesses e ideologias venezuelanos. A busca do aumento da influência do governo de Chávez na América Latina fez da aliança um instrumento de expansão do pensamento bolivariano. Nessa linha de pensamento, uma futura estrutura de defesa comum

entre seus países membros poderia ser carregada de radicalismo e neopopulismo, como a criação de guardas milicianas, ingerência nos assuntos internos de outros países e influência na condução das relações internacionais do bloco.

Por outro lado, a UNASUL foi criada com o objetivo de contribuir para o fortalecimento da unidade da América Latina e Caribe, complementando as integrações políticas, econômicas, psicossociais e conferindo personalidade jurídica internacional ao subcontinente.

Segundo MOREIRA (2009), a União criou uma nova geopolítica em uma parte do mundo onde existem grandes reservas de recursos naturais como minérios, águas, terras cultiváveis e energia. Nesse caminho, buscando a continuidade da integração, a criação de um Conselho de Defesa Sul-Americano foi proposta pelo Brasil e apresentada pela primeira vez em reunião de cúpula dos presidentes sul-americanos, em abril de 2008. O projeto foi amplamente discutido e aprovado em 15 de dezembro de 2008 na cúpula extraordinária da UNASUL.

Segundo AMORIM (2008), o Conselho não foi criado para ser uma aliança militar, e sim para fazer a articulação e coordenação de estratégias de defesa do subcontinente, bem como a articulação da elaboração de políticas de defesa, ajudar na confiança mútua. Sua ênfase é no aspecto de cooperação, treinamento, equipamentos e uma base industrial comum na área de equipamento de defesa. Além disso, o Conselho tem como objetivos a coordenação de ações para o enfrentamento de riscos e ameaças à segurança dos Estados, a realização de exercícios militares e a par-

ticipação conjunta em operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU).

Conclusão

A proposta deste artigo foi a de apresentar uma base de conhecimentos, de modo a verificar a possibilidade de integração dos países da América do Sul, levando em conta a existência da ALBA como uma subdivisão do pensamento de defesa.

Nesse contexto, percebe-se que a América do Sul vive um período de evolução na sua geopolítica, marcado pela tentativa de maior inserção na governança global e por uma postura independente nos fóruns internacionais. Na intenção de criar um bloco com força e representatividade, foram estabelecidos alguns mecanismos de aproximação entre os Estados, como a ALBA e a UNASUL, que também representam a intenção de expansão da influência da política externa de Venezuela e Brasil, respectivamente.

Tais blocos iniciaram como uma maneira de facilitar as relações econômicas, mas rapidamente passaram a atuar em outros campos, chegando aos assuntos de defesa. Fruto da diversidade dos países envolvidos, surgiram diferenças quanto à maneira e ao objetivo dos projetos nessa área.

A UNASUL foi criada, não para ser uma aliança militar e sim uma articulação e coordenação de estratégias de defesa do subcontinente. Não pretende, até o momento, unificar forças militares ou até mesmo criar forças de defesa combinadas entre os países membros. Seu foco está na aproximação entre os membros, na tentativa de dirimir receios e aumentar a confiança entre as na-

ções. Ao mesmo tempo, estimula a transparência nos assuntos de defesa.

Em contrapartida, a ALBA propõe, através da Venezuela, a criação de uma força armada regional, com a fusão das forças armadas dos países membros, que responderia a um organismo supranacional civil. Tal projeto é deveras ambicioso e temerário, pois reduz a subordinação das forças aos seus comandantes supremos e cria dupla subordinação, causando potenciais motivos de problemas e disputas pelo comando das mesmas, por motivo de a região ser, ainda, foco de problemas fronteiriços e de relacionamento entre os estados. Como exemplo, existe a cooperação bilateral entre Bolívia e Venezuela, que autoriza o emprego de tropas da segunda em território da primeira, abrindo um precedente para uma possível fusão de comando das Forças Armadas.

Outro aspecto é a importância dada pela UNASUL para a participação nas operações de paz coordenadas pela ONU, fato que é repudiado pela ALBA, por considerar a política externa norte-americana imperialista, sendo as missões uma maneira de subjugar as nações mais fracas. Para a primeira, as operações são excelentes oportunidades de afirmar sua crescente participação nos assuntos mundiais e projetar poder através da utilização de tropas em outras partes do mundo.

A ALBA apresenta discussões em torno da criação de milícias populares, como as já criadas na Venezuela, que geram uma desvalorização das Forças Armadas regulares, ao mesmo tempo em que cria uma divisão dos recursos aplicados na área de defesa. A UNASUL adota políticas de valorização das

forças armadas regulares através de programas de reaparelhamento e treinamento de profissionais através de intercâmbios escolares.

No campo do desenvolvimento tecnológico, a ALBA vem priorizando a aquisição de equipamentos de defesa de origem russa e chinesa, sem apresentar uma preocupação ou programa destinado ao desenvolvimento de um parque industrial que possibilite a autossuficiência na área da defesa. Por outro lado, a UNASUL vem priorizando, como um dos seus principais objetivos, a procura do intercâmbio de conhecimentos para o desenvolvimento de uma indústria de defesa que seja capaz de produzir o que a região necessita, adquirindo *know-how* e desenvolvendo capacidade fabril.

Ao final desse trabalho, percebe-se que as diferenças apresentadas entre os blocos tratados — sobretudo nos aspectos da aproximação com o governo norte-americano, desenvolvimento industrial, atuação em conjunto e ingerência nos assuntos internos de outro membro — são de vulto considerável. As mesmas devem ser tratadas de forma direta entre os governos envolvidos para que possa ocorrer uma perfeita sintonia no aspecto da defesa no subcontinente sul-americano, evitando-se uma postura dual por parte de algum membro, que poderia vir a comprometer a consolidação da UNASUL.

Cabe salientar que a ALBA é um esforço da política internacional venezuelana, que pode estar alicerçada em uma política de governo atual, baseada na sua abundância de recursos energéticos. A força desse mecanismo e a sua longevidade são incógnitas que dependem, e muito, dos rumos da nação venezuelana.

Percebe-se que as diferenças existentes podem gerar dificuldades que tornem insustentável uma verdadeira e profunda integração no campo da defesa na América do Sul. Visões, por vezes, antagônicas sempre serão motivo de desconfiança e atraso do processo de interação.

Cabe ao Brasil e à UNASUL o acompanhamento e o fortalecimento de suas políticas de cooperação e integração para que a política externa brasileira prevaleça no subcontinente e represente, no campo da defesa, a pujança econômica brasileira e a atual estatura geopolítica do país. Esse momento

pode ser crucial para a definição do rumo a seguir por todas as nações, sendo de extrema importância a colimação dos esforços de todos os setores do Poder Nacional brasileiro na consecução de seus objetivos.

O presente artigo não pretende esgotar o assunto acerca da necessidade de estudar a política de defesa da América do Sul, em um momento de intensa interação entre seus países e também de reorganização da governança global. Antes, busca evidenciar a necessidade de profundas discussões a respeito das alianças que estão sendo realizadas pela política externa brasileira.

Referências

AMARAL, Douglas Fernandes de Oliveira. **Formação do Conselho de Defesa Sul-Americano**: reflexos políticos e militares para o Brasil. 2009. 153 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Comando e Estado Maior do Exército) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2009.

AMORIM, Celso. Cúpula aprova criação do Conselho de Defesa Sul-Americano. **JusBrasil**. Disponível em: <<http://agencia-brasil.jusbrasil.com.br/noticias/413902/cupula-aprova-criacao-do-conselho-de-defesa-sul-americano>>. Acesso em: 08 mar. 2012.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Tratado interamericano de assistência recíproca**: promulgado em 13 de outubro de 1948. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/tiar.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa (2008)**: promulgada em 18 de dezembro de 2008. Disponível em: <https://www1.defesa.gov.br/eventos_temporarios/2009/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2011.

CHÁVEZ cria milícia bolivariana, com treino de civis. **Folha Online**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u550231.shtml>>. Acesso em: 24 mar. 2012.

CHAVES, Hugo. **Relações Internacionais da América Latina**: velhos e novos paradigmas. 2. ed. Saraiva: São Paulo, 2007.

_____. **Discurso do presidente da Venezuela, Hugo Chaves Frias, na III Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Associação de Estados do Caribe**. Disponível em: <<http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=2080>>. Acesso em: 25 maio 2011.

_____. Discurso do presidente da Venezuela, Hugo Chaves Frias. In: CUMBRE DE LA ALTERNATIVA BOLIVARIANA PARA LAS AMÉRICAS, 7. Disponível em: <http://www.la-razon.com/versiones/20091018_006884/rrdd.asp?c=249&id=896403>. Acesso em: 30 nov. 2011.

COLÉGIO INTERAMERICANO DE DEFESA. **O sistema interamericano**. EUA, 2006.

DUARTE, Paulo de Queiroz. **Conflito das Malvinas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986. 2 v.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

MALVEIRA, Nirlande Vieira. **O papel do Brasil na integração da América do Sul**: análise da postura do Estado brasileiro perante o recém criado Conselho de Defesa Sul-Americano. 2010. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Comando e Estado Maior do Exército) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2011.

MONTEIRO, Paulo Vítor Cabral. **A interação entre as dinâmicas de integração e a dissuasão no continente sul americano**: a orientação político-estratégica da Venezuela e seus reflexos na integração política do Equador, da Colômbia e da Venezuela. 2009. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Comando e Estado Maior do Exército) – Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2009.

MORALES, Evo. Declaração. In: CUMBRE DE PRESIDENTES Y JEFES DE GOBIERNO DEL ALBA, 11. Disponível em: <http://www.rree.gob.bo/webmre/principal.aspx?pagina=np04.htm&ruta=notasprensa/2012/2012_febrero/>. Acesso em: 15 dez. 2011.

MOREIRA, Heleno. **Integração sul-americana**: situação atual e perspectivas: Laboratório de estudos do tempo presente. Disponível em: <http://tempo.tempopresente.org/index.php?option=com_content&view=article&id=4473:integracao-sul-americana-atual-e-perspectiva&catid=207&lang=es&Itemid=>>. Acesso em: 20 fev 2012.

OLIVEIRA, Andréa Carvalho Benetti de; BECARD, Danielly Silva Ramos. Comunidade de Segurança na América do Sul?: A UNASUL. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, 5. **Anais...** Disponível em: <http://ufpr.academia.edu/Andr%C3%A0BenettiCarvalhodeOliveira/Papers/1385605/Comunidade_de_Seguran%C3%A7a_na_America_do_Sul_A_UNASUL> . Acesso em: 10 mar. 2012.

PADUA, Adriana Susart de. Milícia nacional bolivariana: o povo em armas para a defesa e segurança da Venezuela. p. 1-12. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA E LIBERDADE – ANPUH, 20., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/ADRIANA%20SUZART%20DE%20P%C1DUA.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

PADUA, Adriana Susart de. Por una política de defensa común latinoamericana: la propuesta venezolana. **ICONOS**: Revista de Ciencias Sociales, n. 38, sep. 2010. Disponível em: <<http://www.flasco.org.ec/docs/i38mathias.pdf>> . Acesso em: 08 mar. 2011.

PARDO, Víctor Suanzes. **La evolución de la seguridad y defensa en la comunidad iberoamericana**. Disponível em: <http://www.defensa.gob.es/ceseden/Galerias/destacados/publicaciones/monografias/ficheros/101_LA_EVOLUCION_DE_LA_SEGURIDAD_Y_DEFENSA_EN_LA_COMMUNIDAD_IBEROAMERICANA..pdf>. Acesso em: 20 fev. 2012.

UNASUL. **Declaración de Santiago de Chile marzo 2009**: promulgada em 10 de março de 2009. Disponível em: <http://www.unasurcds.org/images/stories/Creacion%20CDS/Declaracion_Santiago_%20Chile_2009.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **O posicionamento do Governo brasileiro na Guerra das Malvinas**. Rio de Janeiro: Laboratório de Estudos do tempo presente. Disponível em: <<http://www.tempopresente.org/nossa-producao/artigos/35-america-do-sul/5302-o-posicionamento-do-governo-brasileiro-na-guerra-das-malvinas>>. Acesso em: 30 jan. 2012.

VENEZUELA. Constituição (1999). **Constitución de la República Bolivariana de Venezuela**. Promulgada em 30 de dezembro de 1999. Disponível em: <<http://www.gobiernoenlinea.ve/docMGr/sharedfiles/ConstitucionRBV1999.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2011.

VENEZUELA. **Ley orgánica de la fuerza armada nacional de Venezuela**. Promulgada em 26 de setembro de 2005. Disponível em: <<http://www.globovision.com/news.php?nid=10129>>. Acesso em: 18 out. 2011.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

Considerações sobre a Força de Pacificação empregada no Rio de Janeiro

Carlos Alberto Klinguelfus Mendes¹

Quer queiram, quer não.

Quer atinja nosso orgulho profissional militar, ou não.

É inevitável. Mais dia, menos dia, as Forças Armadas vão ser empregadas de forma mais contundente; não digo

permanente, mas semipermanente, na garantia da lei e da ordem, particularmente, no que diz respeito à segurança pública.

Por isso, eu acho que temos de nos habituar com essa situação e, mais do que nos habituar, prepararmo-nos.

(GEN EX CARDOSO, 2003)²

Introdução

Os antecedentes

O emprego do Exército Brasileiro em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) se faz constante ao longo da história. Todas as constituições brasileiras legitimaram em seu bojo a atuação das Forças Armadas em situação de excepcionalidade e, por ordem direta do presidente da República, para o pronto restabelecimento da ordem pública.

Nas duas últimas décadas do século XX e no início do século XXI, o problema da violência urbana nas grandes cidades brasileiras tomou uma nova dimensão. Agentes

do crime, antes presentes, mas mantidos, até então, sob certo nível de controle, despertaram para uma exploração sistemática dos pontos de tensão. Verificou-se um aumento acentuado do índice de criminalidade, resultando em insatisfação da sociedade.

No Estado do Rio de Janeiro, especificamente na cidade do Rio de Janeiro, o agente indutor do aumento indiscriminado da violência foi o tráfico de drogas, que, até o início dos anos 1970, se restringia, em um esquema amador, à venda de maconha. Durante a década de 1970, houve a entrada da cocaína proveniente da Colômbia com preços baixos, possibilitando altos lucros.

A inserção da cocaína levou as quadrilhas, em particular o Comando Vermelho

¹ O autor é tenente-coronel de Cavalaria, instrutor-chefe da Seção de Operações de Garantia da Lei e da Ordem da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Nessa condição, participou da Op ARCANJO, no período de 10 de Fevereiro a 15 de novembro de 2011, exercendo as funções de subcomandante das Forças-Tarefa REI e AVAÍ e chefe da seção de Assuntos Cíveis da Força de Pacificação Arcanjo IV.

² Palestra proferida na ECEME por ocasião do Ciclo de Estudos de Política e Estratégia.

(CV), a se reorganizar com o objetivo de obter maiores lucros, ocasionando uma disputa por territórios entre facções criminosas. Como fator primordial dessa disputa, esses grupos, na tentativa de valorizar suas vendas, buscaram áreas mais próximas de bairros de classe média e alta, ou seja, do consumidor. A ilicitude desse comércio permitiu a adoção de métodos violentos por parte dos traficantes cariocas, tanto para cobrar devedores e intimidar moradores, quanto para proteger as “bocas” (pontos de vendas de drogas) concorrentes.

No início de 1986, atritos internos fragmentaram o Comando Vermelho, em Terceiro Comando (3C) e nos Amigos dos Amigos (ADA), ocasionando mais violência na disputa por novos pontos de venda. Nessa época, essas organizações criminosas passaram a adquirir armamento de grosso calibre a fim de “defender” seus territórios dos rivais e a aliciar “soldados” e “vapores” (vendedores de drogas) dentro das favelas.

Em face do recrudescimento das ações do crime organizado no Estado do Rio de Janeiro nos últimos dois anos, o Programa de Gestão para a área de segurança pública, aprovado pelo governo, começou um projeto de instalação de Unidades da Polícia Militar no interior das comunidades carentes. São as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). A implantação das primeiras UPP apresentou resultados imediatos na redução dos índices de criminalidade nos locais circunvizinhos às áreas dos complexos da Penha e do Alemão, motivando a ampliação do programa a outras regiões mais pobres do Município.

O modelo adotado se baseou no exemplo bem-sucedido do emprego do Exército

Brasileiro, a partir de 2004, na pacificação de territórios dominados por gangues criminosas nos bairros pobres do Haiti durante as operações de Paz das Organizações das Nações Unidas.

Como os complexos do Alemão e da Penha se tornaram um refúgio seguro para traficantes de outras comunidades, a forte ação repressora por parte dos Órgãos de Segurança Pública (OSP/RJ) resultou, no início do mês de novembro de 2010, no desencadeamento de uma série de retaliações por parte do crime organizado, sendo caracterizadas por ataques sistemáticos a veículos particulares, a transportes públicos, a postos policiais e a delegacias, criando um ambiente de terror para os habitantes da cidade do Rio de Janeiro.

Em razão da onda de violência desencadeada pelo crime organizado, o governador do Estado do Rio de Janeiro empregou, a partir de 21 de novembro de 2010, os meios julgados necessários em operações, que, inicialmente, consistiram na invasão da região da Vila Cruzeiro, na comunidade do Complexo da Penha, a fim de controlar esta região de vital importância para as forças de segurança pública. Esta ação contou com o apoio de meios logísticos do Ministério da Defesa (Marinha do Brasil) e resultou na conquista de objetivos limitados.

O Emprego das Forças Armadas

Tendo em vista a necessidade de um planejamento mais detalhado e uma organização de novos meios para uma efetiva pacificação daquelas comunidades, o governador solicitou o apoio do Governo Federal. Em decorrência, o presidente da República

determinou, em 25 de novembro de 2010, o emprego das Forças Armadas para a garantia da lei e da ordem na cidade do Rio de Janeiro. Ato contínuo, no dia 28 de novembro, as forças de segurança invadiram o Complexo do Alemão.

Em 1º de dezembro de 2010, o governador do Estado do Rio de Janeiro solicitou ao Ministério da Defesa que fosse dada continuidade ao processo integrado de pacificação do Estado do Rio de Janeiro com o emprego temporário das Forças Armadas para a preservação da ordem pública nas comunidades do Complexo da Penha e do Complexo do Alemão até, no máximo, 31 de outubro de 2011. Em consequência, o presidente da República autorizou o prosseguimento do emprego temporário de militares das Forças Armadas.

No dia 23 de dezembro de 2010, foi assinado o acordo para o emprego da Força de Pacificação na cidade, realizado entre a União Federal — por intermédio do Ministério da Defesa — e o Estado do Rio de Janeiro. O documento entrou em vigor na data de sua assinatura, ativando a F Pac, delimitando sua área de responsabilidade e autorizando o início de suas operações. Esse acordo para o Emprego da F Pac estabeleceu, ainda, as condições de implementação das ações no cumprimento da Diretriz Ministerial, os fundamentos do emprego, as competências da F Pac, as regras de engajamento e as atribuições específicas dos integrantes da F Pac.

Para dar prosseguimento ao contido na Diretriz Ministerial assinada, coube ao Comando do Exército organizar uma F Pac subordinada ao Comando Militar do Leste (CML),

dotada de recursos operacionais militares necessários (pessoal e material), com funções de patrulhamento, revista e prisão em flagrante, além de contar com meios de segurança pública do Estado, nos termos manifestados pelo governador do Estado do Rio de Janeiro, que estabeleceu os meios de segurança pública do Estado que integraram o comando militar responsável pelas operações. Coube também ao Comando do Exército a designação do comandante da Força de Pacificação (Cmt F Pac).

A F Pac ficou subordinada diretamente ao CML, cabendo a este coordenar as ações daquela, ligar-se com o Governo Estadual e, por intermédio do Comando do Exército, com o Ministério da Defesa. Para o cumprimento da missão de preservação da ordem pública, a Força de Pacificação acordada passou a ter a seguinte constituição:

- a. Comando: um oficial-general do Exército;
- b. Tropas do Exército: duas Forças-Tarefa, valor Batalhão de Infantaria;
- c. Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ): um Comando de Polícia Militar (PM) e dois Batalhões de Campanha de PM;
- d. Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro: uma Delegacia de Polícia Civil;
- e. também foram incorporadas equipes de Inteligência, Comunicação Social, Operações Psicológicas e, na Operação Arcanjo IV, uma Seção de Assuntos Cíveis. A logística inerente às operações ficou com o Destacamento Logístico criado para esse fim.

Em 22 de dezembro de 2010, a Brigada de Infantaria Paraquedista (Bda Inf Pqdt) deu início à operação ARCANJO I para:

- a. instalar e operar postos de bloqueio e controle de vias urbanas (PBCVU) nas principais vias;
- b. ocupar pontos fortes e realizar patrulhamento a pé e motorizado (Mtz);
- c. executar ações de controle de distúrbios, mediante ordem; e
- d. ocupar e garantir o funcionamento dos pontos e instalações sensíveis.

Tais ações se desencadearam em coordenação com os Batalhões de Polícia Militar (BPM) de Campanha, com a Polícia Civil/RJ e demais integrantes da F Pac. A atuação de policiais militares ou civis isoladamente se restringiu, bem como a atuação de não integrantes da F Pac, ao interior da área de pacificação (A Pac), tendo em vista a eventual falta de controle decorrente de atuação descentralizada.

| INDICADOR ESTRATÉGICO | 28 NOV 09 a 27 NOV 10 | 28 NOV 10 a 23 NOV 11 | Diferença | |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------|-------|
| | | | Absoluto | |
| Homicídio doloso | 121 | 110 | -11 | 9,1 |
| Latrocínio | 10 | 6 | -4 | 40,0 |
| Resistência com morte do opositor | 73 | 25 | -48 | 65,8 |
| Lesão corporal seguida de morte | 4 | 0 | -4 | 100,0 |
| Letalidade violenta (homicídio + latrocínio + auto de resistência + lesão seguida de morte) | 208 | 141 | -67 | 32,2 |
| Roubo de veículo | 1.560 | 1.047 | -513 | 32,9 |
| Roubo de aparelho celular | 571 | 367 | -294 | 35,7 |
| Roubo a transeunte | 3.016 | 2.183 | -833 | 27,6 |
| Roubo em ônibus | 411 | 286 | -125 | 30,4 |
| Roubo de rua (transeunte + celular + coletivo) | 3.998 | 2.836 | -1162 | 29,1 |

Quadro 1 – Resumo da queda dos índices de violência durante a Operação Arcanjo IV, de acordo com o Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro

A partir daí, a cada três meses, aproximadamente, passou a ocorrer o rodízio das tropas. Em setembro de 2011, os governos estadual e federal retificaram a data de retirada do Exército e assunção da área pelas forças de segurança do Estado do Rio de Janeiro para junho de 2012.

Amparo legal ao emprego

A atuação do Exército Brasileiro (EB) nos complexos da Penha e do Alemão teve início com o ofício do governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral. Por intermédio desse documento, ele solicitou à Presidência da República o emprego temporário de militares das Forças Armadas para a preservação da ordem pública nas comunidades acima citadas até 31 de outubro de 2011 (ou seja, por um período de onze meses), nos termos da Lei Complementar Nr 97/1999 e do Decreto 3897/2001³.

O ambiente operacional

Características da região

A Área de Pacificação (A Pac) ARCANJO compreende uma região de aglomerado urbano vertical, com uma população na média de 400.000 habitantes. Ela abrange os complexos da Penha e do Alemão, tendo em sua formação, aproximadamente, 22 comunidades.

Caracteriza-se por irregularidade no traçado das vias, construções populares disseminadas nas encostas das elevações e deficiente infraestrutura de serviços públicos.

O terreno proporciona uma grande quantidade de cobertas e abrigos, sendo mais favorável às forças adversas, que o conhecem melhor e o dominam. Cabe ressaltar que, antes da ocupação, as principais vias de acesso eram batidas por fogos através de seiteiras. As construções, em sua maioria, são precárias e não oferecem proteção à população, caso queira utilizar suas residências como abrigo em caso de tiroteio.

A ausência de cobertura vegetal torna o clima mais quente, com temperaturas que atingem 40°C nas regiões de areais. Na Serra da Misericórdia, no Morro da Fé, na Chatuba e no Caracol, há resquícios de Mata Atlântica que restringem o uso do terreno. Desta maneira, o calor intenso, aliado ao terreno acidentado e ao peso do equipamento/armamento individual, impõe um significativo desgaste à tropa.

As ruas existentes são estreitas e normalmente possuem cobertura irregular. No interior das comunidades, a presença de transporte alternativo, como motocicletas e vans (kombis), torna o fluxo de viaturas restrito a um único sentido. Nas áreas dos morros da Chatuba, do Caracol e da Caixa D'água, o terreno íngreme, aliado à pequena largura das vielas, requer um maior nível de adestramento dos condutores de veículos.

Aspectos sociais

A Área de Pacificação caracteriza-se por ter permanecido durante um longo período à margem da presença do Estado. No Complexo da Penha, particularmente, o distanciamento das ações estatais se tornou

³ §§ 2º, 3º e 4º do Art. 15 da Lei Complementar Nr 97/1999 e dos Art. 2º, 3º e 5º do Decreto 3897/2001.

ainda mais crítico, uma vez que, inicialmente, essa região não foi agraciada com obras de grande vulto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal. Isso refletiu diretamente no grau de receptividade da população às atividades da F Pac, que, nitidamente, foi menor do que no Complexo do Alemão. Em ambos os complexos, a carência de infraestrutura de serviços, de transportes públicos, de saneamento básico, de assistência médico-hospitalar, de escolas, de faculdades, de creches e de locais de lazer e cultura proporciona um ambiente receptivo a soluções paliativas de sobrevivência social baseadas na ilegalidade e na informalidade.

Ao longo dos últimos anos, o Complexo do Alemão tem sido contemplado por alguns projetos sociais e obras de infraestrutura financiadas pelas iniciativas pública e privada, como por exemplo, os teleféricos. Entretanto, apenas isso é insuficiente para compensar as grandes mazelas locais existentes, já que o antigo poder presente no cotidiano das comunidades e, até então, ostentado pelo tráfico de drogas, por muitos anos atraiu para o crime organizado uma parcela expressiva dos habitantes, particularmente entre os jovens.

Forças adversas

A capacidade da força adversa (F Adv) de executar ações é limitada. A grande maioria de suas ações encontra-se diretamente relacionada com a prática de tráfico de drogas e de assaltos, sendo a motivação para a realização desses crimes baseada no ganho pecuniário, não havendo indícios de envolvimento ideológicos, políticos ou religiosos.

Ela se constitui por integrantes da facção criminosa Comando Vermelho. A maior parte é de homens jovens, na faixa etária de 15 a 35 anos. Entretanto, há crianças mais novas, pessoas mais velhas e mulheres como olheiros (vigias), mensageiros, fogueteiros (responsáveis pelo alerta) e condutores de droga.

O deslocamento motorizado das F Adv, no interior das comunidades, era feito basicamente por motocicletas, devido à mobilidade. Quando realizavam deslocamentos entre áreas mais distantes da cidade, costumavam fazê-lo à noite, em comboios de veículos roubados, chamados de “bondes”. No interior das comunidades, costumavam utilizar as casas de melhor localização para monitorar e bater com fogos de armas leves as principais vias de acesso. Quando estas casas não eram construídas pelas F Adv, eram tomadas dos moradores coagidos a abandoná-las ou a conviver com criminosos armados dentro delas.

O armamento utilizado se constituía, principalmente, por pistolas semi-automáticas (calibres 9mm, 380, .40, .45 etc.), revólveres (calibres .38, 357 etc.), metralhadoras leves (MP5, Beretta, Uzi, INA etc.), fuzis de assalto (FAL, PARA-FAL, M16, M4, AK 47, Ruger, Beretta etc.), granadas de mão, bombas caseiras e, raramente, armas portáteis anticarro.

O que podemos aprender com as Operações Arcanjo

O emprego do Exército ainda suscita controvérsia em vários segmentos da sociedade. A missão de pacificar uma área im-

plica não somente aplicar o poder militar necessário, mas principalmente, motivar os poderes públicos a participar do processo de pacificação. A aplicação do poder militar não pode ser um fim, mas sim o meio de favorecer a reestruturação da ordem pública, agindo principalmente nas necessidades da população.

A seguir, apresentam-se algumas observações do período em que servi nas Forças de Pacificação Arcanjo II e IV, exercendo as funções de subcomandante das Forças-Tarefa REI e AVAI (nível batalhão de infantaria), respectivamente; e chefe da Seção de Assuntos Cíveis do Comando da Força de Pacificação.

A área pacificada pertence aos moradores

É de vital importância para a missão que o conteúdo do título acima seja compreendido e trabalhado junto aos moradores. Assim, a população dos complexos do Alemão e da Penha, outrora subjugada por criminosos e descrente no poder do estado, passará a confiar nas instituições estatais e principalmente se sentir como parte do processo de pacificação. Por isso, a valorização da população se faz essencial!

Esta valorização ocorre quando a população vê suas denúncias serem atendidas e esclarecidas com presteza, quer seja nos casos voltados à busca de criminosos e/ou aos locais de homizão, quer seja nos momentos de questionamento em relação à atuação da tropa ou mesmo ao incentivo para o aprimoramento das comunidades. Como consequência, comprometem-se com o processo de pacificação.

Sabe-se que, durante anos, estas pessoas viveram onde o poder das armas era soberano e sobre o qual não cabiam questionamentos. Essa força criminosa também se fez presente, em muitas ocasiões, executando um papel de agente social, adquirindo remédios, comida e realizando eventos para os moradores, ante a incapacidade do Estado. Assim, é impensável agir junto à população local com a expectativa de contar com sua boa vontade em curto prazo, apenas porque se tem o poder legal nas mãos. Durante o tempo em que lá permaneci, a pergunta que mais ouvi foi: “e quando o Exército for embora?”. Esta indagação demonstra qual é o pensamento da população sobre o futuro, e é aí que se deve atuar, pois se constata que a maioria da população vê, com esperança, a pacificação, e há um aumento desta visão à medida que se valorizam suas atitudes. Portanto, faz-se fundamental ouvi-la e entendê-la e não tentar doutriná-la.

A formação militar incentiva a iniciativa, mas se deve concitar a população a participar do processo, permitindo a eles: “tomar a frente”. Isso os fará entender que a mudança é lenta, porém permanente e lhes pertence, quer nos aspectos de segurança, quer naqueles que se referem à infraestrutura e condições de vida. Afinal, é a comunidade daquelas pessoas, e elas, melhor do que qualquer outro grupo, a conhecem.

Em um artigo da *Military Review* sobre contrainsurgência, o Gen Petraeus do Exército dos EUA, cita um artigo publicado em agosto de 1917, no *The Arab Bulletin*, de T.E. Lawrence, onde este ofereceu o seguinte conselho:

É melhor que os árabes façam algo tolerável do que você o faça perfeitamente. É a comunidade deles; você deve ajudá-los e não vencê-la para eles. Na verdade, também, sob as condições estranhas na Arábia, seu trabalho prático não será tão bom como talvez você considere. Talvez eles levem mais tempo e não seja tão bom como você pense, mas é melhor que eles o façam.

Em Operações de Garantia da Lei e da Ordem, em que se busca a pacificação, isso também é aplicável.

A aceitação da tropa na área de pacificação

A legislação que regula a atuação em Operações de Garantia da Lei e da Ordem prevê uma ação episódica, ou seja, que a força armada permaneça por um curto período de tempo em emprego. Esse curto período tem por objetivo evitar que ela seja vista como tropa de ocupação e está diretamente ligado às percepções populares do impacto das atividades militares da força de pacificação sobre a vida deles. Desde o momento em que a força entra em uma área a ser pacificada, tem-se que pensar nisso, buscando alcançar as expectativas da população, o que é, sem dúvida, uma corrida contra o tempo.

Após um ano de pacificação dos complexos do Alemão e da Penha, muitas das expectativas dos moradores não se concretizaram, como o alargamento de ruas e saneamento básico, como na comunidade de Matinha. Desde o início das operações, se fez todo o possível para, em conjunto com o Poder Público, responder às necessidades dos moradores. Assim, repararam os prejuízos causados pelas operações militares, acompanharam as obras de infraestrutura e restauração dos ser-

viços básicos, mediado pela Seção de Assuntos Cíveis — tudo com o propósito de estender a visão positiva da força de pacificação. Mesmo com tais ações, mais cedo ou mais tarde, a população tende a ver o Exército como um intruso; afinal, foram-lhes impostas regras às quais muitos são contrários.

Em determinadas ocasiões, os infortúnios, como danos em veículos, telhados e materiais particulares, ação sobre civis sem antecedentes criminais e as ações dos pontos de bloqueio e controle em vias urbanas e outras atividades durante as operações, tornaram-se incômodos de tal monta que, somados às deficiências nas soluções de infraestrutura e necessidades sociais, fizeram com que o Exército fosse considerado menos pacificador, menos mão amiga, e mais como ocupante.

A conclusão é única: é impositivo que o braço forte da força de pacificação e as ações de melhora das condições de vida atuem com brevidade. A aceitação junto às comunidades somente é mantida com o respaldo da parceria Poder Público-Comunidade em toda a área de pacificação e não apenas em um dos complexos.

Recurso financeiro é fundamental

Em uma missão de pacificação, o recurso financeiro afasta mais criminosos do que a munição letal. No Rio de Janeiro, desde o início da operação em novembro de 2010, quando a ação do crime organizado desmoronou, e o enfoque mudou para a reconstrução social, ter recursos para mostrar à população a retomada da área pelo Poder Público se tornou de extrema importância. O desafio é obter recursos e transformá-los em resultados tangíveis.

O governo do Rio de Janeiro planejou obras para os complexos da Penha e do Alemão em um montante a ser desembolsado até 2016, atingindo a cifra de R\$1,3 bilhão, segundo a Secretaria Estadual de Obras. São obras que vão desde o revestimento de vias, empregando concreto projetado; passando por revitalização de escadarias, reflorestamento, construção de passarelas, demolição de casas, retirada de entulhos, contenção/cercado de encostas até o apoio em projetos de moradia. Algumas de pequeno porte, como pintura de escolas, reparos de pequena monta em edificações e cercado de áreas públicas (como parques), são executadas pela tropa de engenharia à disposição das Forças-Tarefa. É importante frisar que esta mudança na estrutura física da área aumentou a credibilidade da força de pacificação.

A atividade de Assuntos Cíveis

Em uma operação de pacificação, isto é um fator ímpar a ser considerado. A ação de pacificar implica, após se ter a atuação do Poder Militar e o restabelecimento da sensação de segurança, que o Poder Público se organize e faça convergir os serviços essenciais e as ações da iniciativa privada, para que, a partir daí, os dois poderes prossigam com a população, buscando o bem-estar da área pacificada. Portanto, é vital que as lideranças, nos níveis político municipal, estadual e federal, se engajem decisivamente, bem como os líderes das comunidades locais.

Este fato se observou algum tempo depois do início da Operação Arcanjo II, quando se começou a notar que se deveriam priorizar os esforços para assegurar que um maior número possível de instituições e de

pessoas tivessem interesses no sucesso dos complexos da Penha e do Alemão. O emprego das operações psicológicas permitiu e permite angariar simpatizantes à causa da pacificação, mostrando aos moradores e à sociedade externa os efeitos benéficos da atuação da F Pac. No entanto, o mais importante foi despertar nos moradores das comunidades o desejo de querer que a pacificação desse certo.

Com isso, percebeu-se que houve um aumento na vontade de “pacificar” da população, acompanhando as novas iniciativas, os novos projetos ou os programas inseridos na área de pacificação e lhes dando retorno. Neste contexto, se incluiu o acompanhamento e apoio às atividades do Programa de Justiça Itinerante, desenvolvido pelo Departamento de Avaliação e Acompanhamento de Projetos Especiais-DEAPE, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, com objetivo de dar amplo acesso à Justiça e fomentar a cidadania, por meio de ações regulares que visam a: levar o Poder Judiciário até o cidadão; contribuir para a universalização e democratização do direito de acesso à Justiça, priorizando o atendimento às comunidades mais carentes; buscar soluções conciliadas como fórmula de pacificação social eficiente; promover a regulamentação documental dos cidadãos e principalmente integrar os juízes às comunidades, promovendo uma mudança de relacionamento entre a sociedade civil e o Poder Judiciário.

Para acompanhar estas ações se criou, em caráter de experimentação doutrinária, uma Seção de Assuntos Cíveis no Estado-Maior da F Pac, a fim de apoiar as duas Forças-Tarefa e a Força de Pacificação como um todo, mantendo a ligação entre os executo-

res desses projetos e programas e as comunidades. É necessário ressaltar que, durante a operação, constatou-se que esta seção não deve ficar sob a chefia do responsável pela Comunicação Social, pois existe uma diversidade de missões que cabe a cada área envolvida. Sem sombra de dúvida, o emprego da Seção de Assuntos Cíveis em parceria com a Seção de Comunicação Social possibilitou melhor levantamento das necessidades da população, redirecionamento dos esforços interagências e, principalmente, difusão das ações da Força de Pacificação à sociedade e ao público-alvo da área de pacificação. O emprego da Seção de Assuntos Cíveis em Operações de GLO se configurou como multiplicador da ação de Pacificar.

Análise dos riscos e Lei do Efeito Reverso

É o que ocorre quando, ao se dedicar intensamente a um objetivo, se obtém o resultado contrário. Isso é passível de ocorrência nas operações da Força de Pacificação. Nas operações desenvolvidas no bojo da missão de pacificar, a análise detalhada sobre os efeitos das atividades desenvolvidas é muito importante. É fundamental ensinar aos comandados que todas as ações realizadas trarão uma consequência, a favor ou contra a missão. E que ações desastradas não recairão somente sobre o executor, mas sobre toda a Força de Pacificação.

A questão não é coibir o arrojo e a iniciativa, tão necessários em operações deste porte, mas fazer com que os militares envolvidos percebam o quanto a avaliação de resultados é inerente à equipe, aos militares envolvidos com planejamento e, óbvio, aos

militares executantes. A ocorrência de um disparo de 7,62mm em um beco, sem um alvo bem definido, tem grande probabilidade de vir a acertar um morador e levar todo o trabalho da Força de Pacificação para ser questionado pela mídia imediatista de forma negativa.

Ao planejador cabe questionar se a realização de determinada operação fará com que se obtenha um maior apoio da população ou se haverá um afastamento ainda maior. É certo que existem ocasiões nas quais se deve estar preparado para assumir os riscos inerentes à operação, mesmo que com uma avaliação adversa. Um exemplo foi quando, após disparos de fuzil contra uma patrulha, ainda na Operação Arcanjo II, o Comando da Força-Tarefa decidiu iniciar uma operação de vasculhamento e controle da área considerada. A necessidade de mostrar à Força Adversa a pronta-resposta da Força-Tarefa sem sombra de dúvida afetou o “ir e vir” da população, como na ação de traficantes que dispararam contra uma patrulha na Vila Cruzeiro e deixaram uma criança ferida pelo disparo criminoso, ou quando não se autorizou a realização de determinados eventos públicos locais.

Outro exemplo seria o das operações de busca e apreensão, que somente ocorriam após uma criteriosa análise da veracidade dos dados, visando, ao máximo, à redução de possíveis ações contra domicílios de inocentes. Sabe-se que as operações sem uma análise criteriosa geram efeitos negativos e enorme desgaste para a Instituição militar. Por isso, as ações da Força de Pacificação buscavam proporcionar segurança à população civil, ao mesmo tempo em que cerceavam a liberdade

de deslocamento e de atuação da força adversa.

Após a conclusão de operações na Vila Cruzeiro/Complexo da Penha, difundia-se às comunidades o que havíamos feito e o porquê, empregando, entre outros meios, os integrantes da Seção de Assuntos Cíveis (pela proximidade que possuíam com os moradores), inserindo-se os agradecimentos pela colaboração.

O trabalho de inteligência

O sucesso das operações se condicionou aos dados fornecidos pelo serviço de inteligência do escalão superior, neste caso, o da Força de Pacificação. As Forças-Tarefa possuíam Seções de Inteligência mobiliadas para difundir conhecimentos e produzi-los, porém não possuíam meios para analisá-los. As companhias de fuzileiros das Forças-Tarefa possuíam células de inteligência, empregando militares dos próprios pelotões de fuzileiros. O fato de estes militares comporem as diferentes frações das companhias e participarem de missões de patrulhamento, diariamente, era limitador do acompanhamento da situação.

O desenvolvimento destas células de inteligência empregando pessoal voltado somente para esta atividade é de vital importância. Desta forma, as companhias têm condições de operar com maior eficiência e eficácia no esforço de busca, não se atendo apenas a manter uma carta de situação onde os eventos fiquem registrados. Elas coletam dados, como fotografias de locais de denúncia, descrevem alvos, direções para a localização dos mesmos, assim como outras informações sobre as comunidades.

A Força de Pacificação possuía, em sua Seção de Inteligência, elementos para análise de dados das fontes humanas, de imagem e de sinais. Essa possibilidade permitia operações

em áreas com maior definição da mancha criminal, evitando os grandes vasculhamentos, que não surtem efeito em áreas densamente povoadas, de construções aglomeradas e com área topográfica verticalizada; como as favelas.

A velocidade de processamento de dados da F Pac foi fator primordial para as ações das Forças-Tarefa, uma vez que a força adversa possuía grande mobilidade e capacidade de se homizar. Esta forma de atuação da Inteligência é fundamental para impedir que as forças adversas — e, em consequência, a mancha criminal — enraizem-se em uma área e comecem o processo de intimidação e reorganização, danoso à Pacificação.

O terreno humano nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem

Estudar e refletir sobre a cultura e o modo de viver da população e depois interagir com ela em uma área de pacificação é fundamental para o sucesso de uma operação de Garantia da Lei e da Ordem. Às vezes, o chamado “terreno humano” possui valor muito maior do que a fisiografia da área de operações. Assim, esta ação de pacificar implica atuar junto à população para que se atinjam os objetivos. E como agir sobre algo que se desconhece — ou se conhece? Afinal, não temos todos a mesma nacionalidade?

Em uma primeira reflexão, parece que o fato de atuar em território nacional não apresenta diferenças; porém, em uma reflexão mais acurada, percebe-se que tais diferenças existem e são inúmeras. Um país de dimensões continentais abriga em sua população grupos humanos com hábitos culturais distintos, desde variações alimentares a comportamentos distintos, que necessitam ser compreendidos pelos mili-

tares que compõem uma força de pacificação.

Estas diferenças culturais tornam a missão de pacificação mais complexa porque inserem a ação do militar em um contexto socioeducacional às vezes divergente daquele de foro íntimo. Durante o período em que se operou, se adotou em todos os níveis de comando o questionamento sobre quais eram os hábitos culturais das comunidades e o uso do bom senso. A ação dos comandantes de fração junto a seus homens para o entendimento do direito ao modo de vida dos moradores reduziu em muito os desgastes envolvendo incidentes entre moradores e tropa.

É fundamental que, no preparo da tropa, se apresente quem compõe a população da área de pacificação e seus valores socioeducacionais. A convivência cultural entre *tropa x moradores* se torna difícil quando não se compreendem os hábitos, o dia a dia, as lideranças comunitárias e a história remota e recente da comunidade. A partir do momento em que a tropa aprendeu a conviver com os hábitos da população, respeitar suas necessidades, sem deixar de cumprir sua missão, a tarefa da Força de Pacificação se tornou mais simples, com a contrapartida de o respeito ao soldado pela comunidade ter crescido. A interação *tropa-moradores* favoreceu a confiança, pois os mesmos não viam o Exército Brasileiro como Força, mas como Protetores.

Após seis meses de operação, é possível afirmar que o conhecimento cultural é tanto uma questão de bom senso, quanto uma necessidade para o sucesso da Força de Pacificação. Admite-se que se aprende por meio de erros e acertos, na fase inicial, sobre estas características culturais; mas, passado o aprendizado inicial, o domínio da cultura local se mos-

trou como um dos mais eficientes meios para a conquista dos objetivos da missão de pacificar.

A liderança nas pequenas frações

Muitos dos nossos comandantes de pelotão e grupos de combate eram militares recém-saídos das escolas de formação e a liderança que lhes foi ensinada foi colocada à prova em situações que não se costumam transmitir em bancos escolares: em vez de lidarem com turbas compostas de indivíduos com mais de 20 anos de idade, na Operação, defrontaram-se com grupos formados também por mulheres e crianças. Ainda assim, agiram com iniciativa, inovação, determinação e coragem; o ingrediente essencial em muitas das situações adversas.

O êxito desses jovens comandantes deveu-se à preocupação em todos os níveis (do comandante da Força-Tarefa aos comandantes de grupo de combate) em se fazer presentes junto à tropa, isto é, participar de patrulhas em becos e ruas, servindo de exemplo; estar com a tropa durante o dia, à noite e de madrugada. Em missões dessa natureza, o comprometimento de todos, o pensamento de que "*a equipe não racha*" deve ficar nítido; postura contrária pode conduzir a missão ao fracasso e a problemas no trato com a população.

Durante a fase da preparação, ministraram-se instruções abordando as situações possíveis e a postura a ser adotada. Essa antevisão das situações permitiu o enfrentamento real das crises com serenidade, minimizando os casos em que esses comandantes de pequenas frações foram surpreendidos ao terem de tomar decisões importantes em curtíssimo tempo.

O entendimento da missão

Nas operações de pacificação, o repasse à tropa do entendimento do que se quer dela é o mais importante. É fundamental que a tropa compreenda qual é sua missão e qual é o entendimento no nível político da situação em que aquela se encontra. Se isso não for feito, surge um descompasso entre as ações da tropa e o que se planejou no mais alto nível decisório, com consequências desastrosas. Para muitos, isso pode parecer óbvio, no entanto, pela sua importância, vale a pena salientar.

Todos devem ter conhecimento e compreensão da missão a ser executada, porque os objetivos do nível tático podem não ser os mesmos do nível político. E, se um comandante entende que deve realizar patrulhas de combate com a agressividade comum às operações convencionais, em vez da energia exigida nas Operações de Manutenção da Lei e da Ordem, seus subordinados poderão fazer o mesmo e incorrer em maus tratos a suspeitos e moradores, resultando em uma indesejável ultrapassagem dos limites de atuação. E nada é mais destrutivo para o trabalho de pacificação do que isso. Portanto, faz-se imprescindível que, desde o início da missão, todos os integrantes da força de pacificação saibam onde devem chegar e qual o caminho a seguir.

Conclusão

A preparação para confrontar o inimigo pressupõe um nível de agressividade; confrontar uma força adversa, outro nível. Essa é a chave para preparo e o cumprimento da missão. Mas, em ambas as situações, quando se

permeiam as operações, tem-se o componente civil (representado por homens, mulheres, crianças e idosos), quer seja na defesa externa ou na situação de não guerra, que deve ser respeitado em seus valores, cultura, cidadania e assistido em suas necessidades, para que se possibilite a consecução última de toda ação militar: a obtenção e a manutenção da paz.

Após um ano de ocupação dos complexos do Alemão e da Penha pelas Forças de Pacificação, os índices de criminalidade apresentaram queda. Segundo os índices fornecidos pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), a partir de uma coleta de dados de delegacias policiais da região (22ª, 38ª e 44ª Delegacias), houve diminuição de 9,1% nos casos de homicídios dolosos (com intenção de matar), os roubos a coletivos decresceram 19,9% e a veículos 44,3%. No entanto, a estatística mais significativa, uma vez que reflete diretamente na sensação de segurança da população, é a de redução de roubo a transeunte. Este número caiu, praticamente, à metade, de 1.380 para 768.⁴

Portanto, a partir dessas estatísticas, comprova-se que a manutenção e a melhoria de tais índices se relacionam com a eficácia das operações atuais e futuras, dependendo não apenas do conhecimento teórico dos integrantes do Exército Brasileiro, mas também do esforço destes em compreender a complexidade do verbo Pacificar em todas as suas vertentes — cultural, política, econômica, forças adversas e população —, bem como, da capacidade de antever e contornar óbices e de sobrepujar possíveis reveses.

4 A análise do Instituto de Segurança Pública (ISP) enfocou dados de três delegacias policiais (22ª, 38ª e 44ª DP) que atendem às comunidades do Alemão e da Vila Cruzeiro e também aos bairros do entorno (Engenho da Rainha, Tomás Coelho, Inhaúma, Del Castilho, Maria da Graça, Olaria, Penha, Penha Circular, Brás de Pina, Cordovil, Parada de Lucas, Vigário Geral e Jardim América). Dados referentes somente à área de Pacificação.

Rio Branco e a Diplomacia¹

Marcos Henrique Camillo Côrtes²

Introdução

*Na história dos povos, seus gigantes
se apoiam nos ombros de grandes homens.*

A Diplomacia é uma arte e, como tal, plena de paradoxos. Os que para ela têm vocação sabem — sem que seja preciso ensinar-lhes — que estarão sempre plantando sementes de árvores cujos frutos jamais verão e nem por isso se empenham menos nessa faina. Aos que é dada a ventura de vê-los incumbe a enorme responsabilidade de avaliar objetivamente se é chegado o momento da colheita e a competência de efetuar-la sem comprometer a qualidade dos frutos. Assim ocorreu com nossas fronteiras...

Os Grandes Homens

Historicamente, a conformação jurídica do que viria a ser o perímetro do Brasil se inicia no século XV, nas sempre difíceis negociações entre Portugal e Espanha. Pode-se

considerar que o primeiro documento internacional relevante nesse contexto foi a bula *Intercoetera*, com a qual o Papa Alexandre VI, em 1493, dividiu entre os dois países o mundo ainda a ser “descoberto” pelos europeus.

Logo se iniciam em Tordesilhas as conversações para definir onde se situaria a linha divisória dessa partilha. Os portugueses, demonstrando dispor de inteligência estratégica e possuir a percepção da assimetria dos espaços geopolítico e geoestratégico (séculos antes de que tais conceitos fossem definidos), conseguiram que se adotasse o meridiano 370 léguas a oeste da ilha de Santo Antão, no arquipélago de Cabo Verde. Por que essa distância? Por que não um número “redondo”, como 350 ou 400? Não cabe aqui debater esse ponto, que fica à curiosidade do leitor.

Ao longo dos séculos XVI e XVII, aproveitando a circunstância da união real de Portugal e Espanha (1580–1640), as entradas e bandeiras organizadas por lusitanos no subcontinente, especialmente a liderada por Antonio Raposo Tavares, foram expandindo a presença portuguesa, sem cometer qualquer ilegalidade, visto que, estando sob

1 Este artigo se baseia na palestra que proferi, em 18 de abril de 2012, na sede do Clube Militar — em evento promovido conjuntamente pelo Clube e pelo Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, em homenagem ao Barão do Rio Branco no centenário de seu falecimento — e foi publicado na Revista do Clube Militar, Nº 445, Mai/Jul 2012

2 O autor é embaixador e membro do Conselho Editorial da Bibliex

o mesmo rei, não havia razão para levar em conta a linha de Tordesilhas. Não obstante, parece-me válido pensar que os portugueses jamais deixaram de ansiar pela restauração de um monarca nativo em Lisboa, e terá sido com esse “objetivo nacional” em mente que Pedro Teixeira, ao empreender em 1616 a missão de explorar a calha do Amazonas, foi dando nomes de cidades portuguesas às povoações que ia fundando nas margens do grande rio.

Com a brilhante negociação do Tratado de Madri, de 1750, o brasileiro Alexandre de Gusmão (*Santos, 1695 – †Lisboa, 1753) consegue a adoção do princípio do *Uti possidetis*, com o que logra a preservação do *status quo* territorial como garantia de paz e a fixação jurídica dos limites entre as terras das duas coroas na América do Sul. É com total justiça que, no Itamaraty, o consideramos o “Avô da Diplomacia brasileira”.

Em uma certa ironia da História, os primeiros passos autônomos dos diplomatas brasileiros se dariam nas complicadas negociações para o reconhecimento da nossa independência nacional, a que se opunham tenazmente os representantes do governo de Lisboa.

Simultaneamente, nossa diplomacia tinha de se empenhar nos meandros perigosos da instabilidade crônica no Prata, com as animosidades herdadas do período colonial e os desígnios de poder de vários caudilhos da região.

No Norte também havia nuvens ominosas, com as ambições territoriais da Grã-Bretanha e da França, que pretendiam estender as fronteiras de suas Guianas até a

margem esquerda do Amazonas. Na metade do século XIX, surgiu ainda a ameaça do projeto norte-americano de colonizar a calha desse rio com os escravos que seriam transplantados do sul dos Estados Unidos (vide adiante).

É nesse período conturbado que se desenvolve o entrosamento entre a Diplomacia brasileira e as nossas Forças Armadas, àquela época constituídas por Exército e Marinha.

Paralelamente a essas tarefas ingentes, o Ministério dos Negócios Estrangeiros trabalhava de forma constante para ir consolidando em acordos bilaterais as sólidas bases jurídicas para a fixação definitiva de nossas fronteiras. Sobressaem nessas décadas as figuras do Barão (Duarte) da Ponte Ribeiro, do Visconde do Uruguai (Paulino José Soares de Souza), de Joaquim Caetano da Silva, do Visconde do Rio Branco e, em especial, do Barão do Rio Branco.

Como é notório, a deposição do Imperador e a proclamação da República tiveram no Brasil características *sui generis* no contexto de mudanças súbitas e radicais de regime político. De todas essas peculiaridades, talvez a mais significativa tenha sido a “permanência” natural do Serviço Diplomático, demonstrando de modo insofismável que, na transição da Monarquia para a República, se reconheceu e preservou o profissionalismo apolítico dos diplomatas brasileiros.³

Culminando a obra secular das gestões para resolver pacificamente as questões de limites com nossos vizinhos, o Barão do Rio Branco irá — ainda antes de ser chance-

3 No período de 15 de novembro de 1889 até a posse do Barão do Rio Branco (03/DEZ/1902), o cargo de Ministro das Relações Exteriores teve onze ocupantes, além de duas interinidades. Esse fato, porém, não contraria a afirmação feita por mim, pois decorreu das circunstâncias políticas do início conturbado da 1ª República.

ler e em seguida já no exercício do cargo — encerrar com maestria inexcusável a fixação jurídica completa de nossas fronteiras.

De forma sintética, relaciono a seguir as questões de limites resolvidas a partir da independência do Brasil:

Império do Brasil

1872 – Paraguai [Barão de Cotegipe (João Maurício Wanderley)]

República dos Estados Unidos do Brasil

(com uma exceção, todas defendidas por Rio Branco)

1895 – Argentina (Questão de Palmas)⁴

1900 – França (Guiana Francesa) (Questão do Oiapoque)⁵

1903 – Bolívia (Questão do Acre)

1904 – Equador

1904 + 09 – Peru

1904 – Grã-Bretanha (Guiana Britânica) (Questão do Pirara)⁶ [Joaquim Nabuco]

1905 – Venezuela

1906 – Holanda (Guiana Holandesa)

1907 – Colômbia

1909 – Uruguai

O Gigante

É amplamente conhecida, documentada e comentada a obra extraordinária de Rio Branco: a conclusão do trabalho secular de fixação jurídica de nossas fronteiras, que acrescentou 900.000 km² ao território pá-

trio sem emprego da força armada. Graças a ele, podemos hoje afirmar que, desde 1909, o Brasil não tem problema algum DE fronteira, mas pode ter — e tem, como é normal no âmbito internacional — problemas NA fronteira.

Esse trabalho hercúleo é bastante conhecido nos seus resultados, embora, a meu ver, mereça atualmente, por parte de professores, historiadores e diplomatas, estudos mais amplos e aprofundados. Rio Branco deixou-nos, porém, todo um riquíssimo manancial de ensinamentos, de conceitos, de exemplos, de princípios e de valores só conhecido das gerações funcionais que serviram no Itamaraty. Esse é o legado intangível do Barão, do qual me ocuparei agora.

O legado intangível do Barão

Apesar de ser um escritor infatigável, Rio Branco não elaborou um “manual de prática diplomática”. O que se segue é, na realidade, uma evocação de fatos concretos para, a partir deles, definir algumas das linhas mestras que balizaram sua atuação como diplomata e como chanceler.

Acatamento erga omnes do Direito Internacional

Rio Branco já havia concluído a negociação com a delegação boliviana que culminaria com o Tratado de Petrópolis, re-

4 Por arbitramento do Presidente dos EUA, Grover Cleveland.

5 Por arbitramento do Presidente da Confederação Helvética (Suíça), Walter Hauser. O convite para que o Barão (ainda não chanceler) fosse o advogado do Brasil nessa importantíssima questão foi feito pelo então presidente da República, Floriano Peixoto.

6 Por arbitramento do Rei da Itália, Vittorio Emanuele III.

solvendo integralmente a Questão do Acre, na qual fizera valer nossos direitos para definir a linha de fronteira. A essa altura, chegou-lhe a informação de que Plácido de Castro e seus valorosos voluntários haviam ido muito além dela, estando portanto em território boliviano. Provavelmente seria fácil deixar que essa situação trouxesse vantagens para os brasileiros. O Barão, entretanto, coerente com seu respeito pelas normas do Direito Internacional, insistiu para que Plácido de Castro retrocedesse até cruzar de volta a nova fronteira. Tendo conseguido o acatamento de sua determinação, Rio Branco foi alvo de algumas críticas nos meios políticos no Rio de Janeiro, as quais, com dignidade e bom senso, absteve-se de refutar.

A legítima “generosidade” na Diplomacia

O diplomata aprende, desde o começo de sua carreira, que “no relacionamento internacional não há amigos nem inimigos. Existem apenas — e sempre — interesses, conflituosos ou convergentes”⁷.

O próprio Barão do Rio Branco enunciou de outra forma a mesma dura realidade: “O sentimento de gratidão raros homens o possuem, e mais raro ainda, ou menos duradouro, é ele nas coletividades humanas que se chamam Nações”.

Por conseguinte, fazer unilateralmente concessão que prejudique algum interesse nacional em nome de uma alegada “generosidade” é um contrassenso em Diplomacia. Pior ainda, se essa concessão for feita diante de ação ilícita da outra parte.

No entanto, há circunstâncias em que um ato de ostensiva generosidade é perfeitamente compatível com os princípios da Diplomacia. Assim ocorreu na negociação do Tratado de Limites com o Uruguai, em 1909. Para surpresa dos negociadores uruguaios, Rio Branco ofereceu estabelecer o condomínio e a livre navegação na Lagoa Mirim e no rio Jaguarão, que até então estavam inteiramente em território brasileiro⁸. Com isso, sem acarretar qualquer prejuízo para o Brasil, o Barão eliminou, através de um gesto nobre, inevitável controvérsia no futuro e prestou um grande serviço a ambos os países.

Na vitória diplomática, o ideal é que o outro lado também ganhe.⁹

De maneira simplista, costuma-se dizer que, “na guerra, o objetivo é a destruição total do inimigo”. Ora, na controvérsia diplomática, ao contrário, busca-se a vitória na negociação, com o cuidado, porém, de que o resultado final represente algum ganho para a outra parte. Isso não decorre de motivação

Essa máxima é uma síntese de discurso pronunciado no Parlamento pelo primeiro-ministro Lorde Palmerston, no século XIX.

A fronteira entre os dois países corria ao longo da margem uruguaia, constituindo portanto uma fronteira seca.

Na Exposição de Motivos com que encaminhou o Tratado de Petrópolis, escreveu o Barão: “As combinações em que nenhuma das partes interessadas perde e, mais ainda, aquelas em que todas ganham, serão sempre as melhores”.

caridosa, mas sim da noção de que a vivência das relações internacionais ensina que a durabilidade e o pleno acatamento de um acordo dependem do grau de satisfação dos seus signatários.

O Barão demonstrou essa preocupação na difícil negociação sobre o Acre. Embora já convencido do êxito próximo e concordando com várias formas de indenização, ele se esforçou para caracterizar a satisfação, mesmo que parcial, de certas reivindicações territoriais da Bolívia, cedendo-lhe pequenos territórios próximos à foz do rio Abunã (em uma região próxima ao Acre) e na bacia do rio Paraguai. Assim é que o popularmente chamado Tratado de Petrópolis tem o título formal de Tratado de **permuta de Territórios** e outras Compensações.¹⁰

***A autêntica vitória diplomática é silenciosa.*¹¹**

O trabalho diplomático competente é primordialmente conduzido em silêncio. No antigo Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro, os jovens ouviam sempre dos diplomatas veteranos que deviam, na medida do possível, evitar a divulgação de seus nomes e fotografias nos jornais. O êxito da atuação diplomática se caracteriza, em boa medida, pelo anonimato dos seus responsáveis fora dos muros da Chancelaria.

Além disso, concluída a negociação, o excesso de louvor a um protagonista inevita-

velmente desagradará ao outro lado, o que pode ser nocivo até mesmo para a implementação do que tiver sido acordado.

Após a assinatura do Tratado de Petrópolis, dentre muitos aplausos — sem qualquer dúvida merecidíssimos — o Barão recebeu entusiásticas felicitações do prestigioso Clube de Engenharia, no Rio de Janeiro. Com muita elegância e sabedoria profissional, Rio Branco fez divulgar a seguinte resposta àquela entidade:

Sumamente penhorado pela nova manifestação de benevolência com que me distingue essa ilustrada Associação, peço, entretanto, licença para discordar quanto à “vitória diplomática” que ela me atribui na conclusão do nosso acordo com a Bolívia em 21 de março. Honroso e satisfatório para ambas as partes, ele é, sobretudo, vantajoso para a Bolívia e novo atestado do tino político e esclarecido patriotismo do seu Ministro das Relações Exteriores, Sr. Eliodoro Villazón.¹²

Audácia calculada: invocar a força armada como meio dissuasório em prol do prosseguimento da negociação

O emprego da dissuasão tem sido analisado por muitos estudiosos de relações internacionais, especialmente no contexto do gerenciamento de crise. Entretanto, não se conhecem trabalhos específicos sobre a dissuasão como um dos recursos que podem ser utilizados num âmbito de negociação diplo-

¹⁰ Concluído na cidade de Petrópolis, onde se realizaram as negociações, em 10 de março de 1904, assinado pelo presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves e pelo chanceler Barão do Rio Branco.

¹¹ “*Aqui não contamos vitória e nada mais ridículo e inconveniente do que andar um diplomata a apregoar vitórias*”. Despacho do Barão do Rio Branco à Legação do Brasil em Lima, julho de 1904.

¹² Em 1909, Eliodoro Villazón Montaña seria eleito presidente da Bolívia.

mática. Neste caso, talvez mais do que o aspecto da credibilidade, o negociador precisa ter a habilidade de impedir que a ameaça, por mais equilibrados que sejam os termos adotados, permita ao interlocutor inverter sua rota de colisão sem se sentir humilhado.

O Barão deixou-nos um claríssimo exemplo da forma ideal de exibir firmeza sem encurralar o oponente. Enquanto prosseguiram as negociações boliviano-brasileiras, em Petrópolis, a propósito da questão do Acre, o presidente da Bolívia, general José Manuel Pando, ordenou o deslocamento para a zona contestada de tropa numerosa¹³, sob seu comando pessoal. Ao ser informado dessa conduta, Rio Branco redigiu de próprio punho um despacho-telegráfico, datado de 03/FEV/1903, ao chefe da Legação do Brasil em La Paz, cujo trecho operacional era o seguinte:

(...) O governo brasileiro não quer romper as suas relações diplomáticas com o da Bolívia, continua pronto para negociar um acordo honroso e satisfatório para as duas partes e deseja mui sinceramente chegar a esse resultado. **O sr. presidente Pando entendeu que é possível negociar marchando ele com tropas para o norte; nós negociaremos também fazendo adiantar forças para o sul, com o fim, já declarado, no interesse das boas relações de amizade que o Brasil deseja ardentemente manter com a Bolívia.** É urgente que os dois governos se entendam para remover rapidamente esta dificuldade do Acre, fonte de complicações e discórdia. Se não for possível um acordo direto, restar-nos-á o recurso do juízo arbitral. (...)

Felizmente, para o restabelecimento do respeito mútuo, necessário ao prosseguimento da negociação, o general Pando optou por retornar com sua tropa para La Paz.

A credibilidade da Ação Diplomática também requer Forças Armadas capacitadas

Na fria realidade do relacionamento internacional, como já advertia Richelieu no século XVII, “quem tem a força, sempre tem razão; quem é fraco talvez consiga não ser culpado”. Há, em Coimbra, uma linda estátua representando a Diplomacia, em que uma figura feminina, com semblante sereno, aponta um pergaminho aberto com a mão direita, enquanto a esquerda segura uma espada com a ponta pousada no chão. O simbolismo é perfeito: a Diplomacia se orienta sempre pelas normas do Direito Internacional e dos acordos, porém não descarta a garantia que provém da força armada para fazer valer a Justiça.

É sabido que o Barão — com invulgar conhecimento da história militar — tinha a mais profunda aversão à guerra e se empenhava pela solução pacífica das controvérsias. Igualmente intensa era sua convicção da justiça das causas brasileiras que lhe coube defender. Entretanto, tinha plena consciência de que os argumentos morais e éticos, os princípios jurídicos e as provas documentais com que alicerçava sua defesa dos direitos do Brasil seriam, em muitos casos, de pouca eficácia se não contassem com o respaldo das

¹³ Não há documento confiável sobre o verdadeiro total desses efetivos, embora a estimativa comumente aceita seja de 1.000 homens.

nossas Forças Armadas. Além disso, nosso próprio passado histórico confirmava o conceito de que a eventual debilidade militar do Brasil estimulava certas ambições ao longo de nossas fronteiras.

Por tudo isso, sobretudo durante a década em que foi chanceler, Rio Branco desenvolveu sistemáticos esforços em prol do reequipamento da Marinha do Brasil e do Exército Brasileiro¹⁴. É muito representativo dessa preocupação o trecho, transcrito a seguir, de discurso que proferiu em 1910 e que, lamentavelmente, continua muito pertinente:

(...) Se hoje procuramos (...) melhorar as condições em que alguns anos de agitações estéreis e consequentes descuidos colocaram nosso Exército e nossa Armada (...), é unicamente porque sentimos a necessidade, que todas as nações previdentes e pundonorosas sentem, de estarmos preparados para a pronta defesa do nosso território, dos nossos direitos e da nossa honra contra possíveis afrontas e agressões. (...) lembrar (...) a necessidade de, após (...) anos de descuido, tratarmos seriamente de reorganizar a defesa nacional (...).

Quadros diplomáticos imunes a partidos e ideologias

Os biógrafos de Juca Paranhos são unânimes em ressaltar sua imensa admiração pelo pai, o extraordinário estadista que foi o Visconde do Rio Branco. Acompanhando de

perto e depois colaborando com a atuação política e diplomática do pai, era natural que ele absorvesse as convicções do modelo paterno como monarquista e unitário convicto. Além disso, fora nomeado pela Regente para o Ministério dos Negócios Estrangeiros¹⁵ e depois agraciado pelo Imperador com o título de Barão. Nos últimos anos do segundo reinado, D. Pedro II estendera a Rio Branco o privilégio de manter correspondência direta com ele, prática que se manteve mesmo no exílio do Imperador deposto.

Apesar de todos esses laços com o regime substituído pela República, o Barão não teve qualquer constrangimento em aceitar defender a causa brasileira na questão das Missões ou de Palmas (contra a Argentina), convidado por Floriano Peixoto, e na questão do Oiapoque (contra a França), instado por Prudente de Moraes, bem como, posteriormente, em ser chanceler sob quatro presidentes (de 1902 a 1912), porque tinha a correta consciência de que servia ao país e não a qualquer governo ou regime.

Nesse contexto, é interessante reproduzir aqui um episódio significativo. Ao final de um despacho no Palácio do Catete, o Presidente Rodrigues Alves disse ao Barão que vinha tendo de enfrentar queixas de que ele desrespeitava ostensivamente a proibição legal do uso de título nobiliárquico, inclusive na assinatura que apunha a documentos

¹⁴ A Força Aérea Brasileira, obviamente, ainda não existia.

¹⁵ É conhecida a relutância de D. Pedro II e da Princesa Isabel em fazer essa nomeação, supostamente pela reputação (de resto, exagerada) de boêmio que se atribuía ao jovem Paranhos. Foi preciso que o Duque de Caxias, como presidente do Conselho, e de Cotegipe, como chanceler, insistissem repetidamente para que a nomeação finalmente se concretizasse.

oficiais. Rio Branco serenamente respondeu: “Presidente, não vejo problema algum: Vossa Excelência tem o Barão do Rio Branco como chanceler ou tem outro chanceler...”¹⁶

Isenção pessoal no interesse da Nação

Um dos grandes objetivos que fixara o Barão à frente do Itamaraty era o reconhecimento, pelas grandes potências da época, da real estatura do Brasil no cenário internacional. Nesse sentido, Rio Branco considerou nossa participação na 2ª Conferência da Paz, que se realizaria em Haia de 15 de junho a 18 de outubro de 1907, como excelente oportunidade para projetar a desejada imagem do nosso país.

Assim sendo, Rio Branco convidou para representar o Brasil nessa grande reunião internacional o atuante político Ruy Barbosa, apesar de, no âmbito da política interna, ter este demonstrado sua desafeição pelo chanceler.

O Barão prestou-lhe todo o apoio do Itamaraty e, além disso, montou um eficaz esquema para projetar a figura de Ruy na imprensa dos EUA e da Europa. Nesse contexto, aliás, atribui-se ao chanceler a criação da alcunha de “Águia de Haia”.

A negação da chamada “Diplomacia presidencial”

Muito antes do surgimento da prática da chamada “Diplomacia presidencial”, Rio Branco deixou-nos uma lição magistral so-

bre a inevitável incompatibilidade dessa forma de atuação do chefe de estado com uma política externa eficiente, capaz de assegurar a obtenção e manutenção dos objetivos nacionais, tanto permanentes como atuais.

Em 1909, exercia ele, havia sete anos, o cargo de chanceler e, por tudo que já fizera pelo Brasil, era aclamado em todo o país. Foi convidado com insistência para candidatar-se à presidência da República. A vitória seria inevitável. Porém, manteve-se firme na recusa, argumentando que aceitar sua eleição

(...) seria faltar eu ao programa de inteira abstenção nas lutas da política interna (...). Estarei sempre pronto para servir a nossa terra na medida das minhas forças, mas sinto que não posso e não devo ser um homem de partido, nem combatente na política interna.

Percepção correta da situação geopolítica

Em um período em que havia na Argentina vociferantes e influentes setores antibrasileiros¹⁷, Rio Branco empenhou-se por promover uma positiva aproximação entre os dois países. Graças a esse paciente e hábil trabalho de persuasão, ocorreram as emblemáticas visitas ao Brasil do ex-presidente Julio Roca e do presidente-eleito Roque Sáenz-Peña. Aliás, este último pronunciou no Rio de Janeiro a famosa frase indicativa do ambiente de amizade que o Barão conseguira criar entre os dois países: “Tudo nos une, nada nos separa”.

16 Depois da proscrição dos títulos nobiliárquicos, o Barão, que já deixara de lado o “Júnior”, acrescentou “Rio Branco” ao sobrenome: José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco.

17 Um dos mais ativos promotores dessa animosidade era Estanislau Zeballos, que fora o defensor das pretensões argentinas na questão de Palmas (que os argentinos denominavam “das Missões”) e guardava profundo ressentimento por ter sido vencido por Rio Branco perante o árbitro norte-americano.

O Barão também propôs a criação do bloco ABC — Argentina, Brasil e Chile —, que operaria como indutor da paz no Cone Sul. As conversações nesse sentido evoluíram lentamente, e o pacto constitutivo só viria a ser firmado em 1915.

Visão geoestratégica

Como sói acontecer no planejamento e execução das ações diplomáticas, certas concepções são postas em prática pelos diplomatas e só muito depois vêm a receber um invólucro acadêmico. Em Tordesilhas, os negociadores lusos orientavam suas proposições com base no que hoje se denominaria de percepção do espaço geoestratégico. Analogamente, o Barão tinha muito nítida a importância geoestratégica dos Estados Unidos da América. Para que se compreenda o ineditismo dessa visão, é necessário recordar que, na época, aquele país era, em geral, considerado pouco relevante no cenário mundial, e a Grã-Bretanha era a grande potência, que podia, inclusive, constituir-se numa ameaça para nossos interesses.

Por outro lado, a nação norte-americana, embora já atuando vigorosamente no Pacífico e na Ásia Oriental, bem como na América Central e no Caribe, ainda se mostrava desinteressada para com o subcontinente sul-americano. Mas o Barão soube persuadir

os dirigentes norte-americanos das vantagens mútuas no estabelecimento com o Brasil de um “relacionamento especial”.

Convém aqui assinalar que isso não implicava para nós qualquer tipo de subserviência, acusação por vezes lançada por alguns adeptos de um certo revisionismo histórico de inspiração esquerdista. Ao contrário, Rio Branco sempre pautara sua atuação pela defesa invariável da dignidade e da soberania do Brasil. Em relação aos Estados Unidos, isso fica claramente demonstrado pela Nota por ele dirigida em 1903 à Legação norte-americana no Rio de Janeiro, em que definia as normas que restabeleceram a plena soberania brasileira nos rios amazônicos.¹⁸ Recorde-se aqui, muito sumariamente, que a partir de 1850, fora desenvolvido o projeto de Matthew Fontaine Maury, brilhante oficial da Marinha norte-americana, de promover a plena internacionalização da navegação no Amazonas-Solimões-Marañon e seus afluentes, juntamente com a colonização da calha do Amazonas, com o traslado dos escravos negros do sul do seu país.¹⁹

Um dos primeiros resultados concretos desse “relacionamento especial” foi o decisivo apoio de Washington para que a III Conferência Pan-Americana, inicialmente prevista para se realizar em Buenos Aires, tivesse lugar no Rio de Janeiro, em 1906,

18 Essas normas eram, resumidamente, as seguintes: as nascentes não determinam a propriedade dos rios, que é determinada pelo seu curso; os Estados têm a propriedade na extensão dos rios que correm em seu território; tal propriedade não está sujeita a servidão alguma, inclusive direito de passagem e trânsito; essa servidão só pode ser estabelecida por convenções especiais.

19 A audaciosa campanha e o ambicioso projeto de Maury são muito pouco conhecidos no Brasil e mereceriam um estudo amplo e profundo. Um possível ponto de partida seria o livro (esgotado) do diplomata Fernando Saboia de Medeiros, intitulado *A liberdade de navegação do Amazonas / Relações entre o Império do Brasil e os Estados Unidos da América (1830-1870)*, publicado em 1938 pela Editora Civilização Brasileira

o que foi inegavelmente fator de prestígio para o Brasil no hemisfério.²⁰

Importância crucial da documentação e do pessoal

O Barão sabidamente não era afeito a questões administrativas, mas pregava a importância para a eficaz Ação Diplomática de sólida fundamentação documental e de quadro de pessoal competente e inovador. Daí — apesar dos embates por diferenças de opinião e estilo — seu respeito pelo lendário Visconde de Cabo Frio (Joaquim Thomaz do Amaral), que exerceu por mais de 20 anos o cargo de diretor-geral da Secretaria de Estado, assegurando com firmeza invariável a organização e a disciplina dos quadros da nossa Diplomacia.

Apesar das queixas do Visconde pelos gastos das obras ordenadas (“Haja tostão, Senhor Barão!”), Rio Branco fez construir as instalações para a guarda e a consulta do arquivo central, da biblioteca e da mapoteca, preservando um acervo riquíssimo posto a serviço do Brasil.

Preocupação com a qualidade dos diplomatas

Desde que assumiu a direção da nossa Chancelaria, Rio Branco procurou atrair

para o Itamaraty jovens dotados de determinadas qualidades.²¹ O Barão tinha perfeita noção dos requisitos que deveriam satisfazer os que fossem ser admitidos no Itamaraty. Por isso, incumbia-se pessoalmente da seleção, não sujeitando sua escolha a recomendações ou pedidos de cunho político.

Esses requisitos — válidos até hoje — podem ser agrupados em três categorias:

I. Vocação:

- Desejar servir à Nação (e não ao Governo, qualquer seja ele), o que, evidentemente, pressupõe uma conduta apolítica e apartidária.
- Entender que o serviço diplomático é uma carreira de estado e estar disposto a acatar as obrigações dela decorrentes.
- Ter como uma de suas metas pessoais na profissão promover a harmonia entre os povos.
- Estar disposto a arcar com os sacrifícios na vida privada que a carreira diplomática inevitavelmente acarreta.

II. Aptidão:

- Ter o domínio operacional de certos idiomas.²²
- Ser capaz de estabelecer empatia, porém sem perder a objetividade.

20 Essa estratégia diplomática de projeção da imagem do Brasil seria ampliada, em escala mundial, com a preparação por Rio Branco da nossa participação na 2ª. Conferência de Paz, em Haia, como já foi mencionado.

21 Convém mencionar que foram muitas as reformas na estrutura regimental do MRE, destacando-se uma, do início dos anos 1930, que “modernizou” o ministério, com ênfase, do ponto de vista funcional, na unificação das carreiras diplomática, consular e da Secretaria de Estado, até então absolutamente separadas.

22 O concurso de admissão ao Instituto Rio Branco exigia, desde sua criação, aprovação em provas escrita e oral de Francês e de Inglês. Em 1996, o Francês foi excluído dessa exigência; a partir de 2003, o Inglês também deixou de ser prova eliminatória naquele concurso.

- Pautar-se por uma conduta pessoal ilibada, tendo sempre em mente que o seu comportamento, sobretudo no Exterior, se reflete sobre a própria imagem do povo brasileiro.
- Respeitar o “anonimato com responsabilidade”. Isso significa não invocar ou divulgar publicamente a autoria de trabalhos, que são impessoalmente atribuídos “ao Itamaraty”, porém tendo a certeza de que, internamente, sabe-se quem fez ou deixou de fazer o quê.

III. Cultura:

- Dispor de conhecimento profundo nas áreas especificamente vinculadas à atividade diplomática.
- Formar e manter atualizada uma ampla gama de informações variadas, sendo uma espécie de “especialista em generalidades”, para estar habilitado a saber onde buscar o assessoramento que eventualmente se faça necessário.
- Possuir ou desenvolver adaptabilidade a diferenças. O diplomata precisa se abster de atribuir ab initio um valor positivo ou negativo ao que lhe apareça como diferente ou incomum.
- Cultuar um nacionalismo firme, porém desprovido de arrogância ou xenofobia. O próprio lema escolhido por ele ao ser feito barão já sintetizava esse sentimento profundo e constante – Ubique Patriae Memor (Em todos os lugares, a lembrança da Pátria).

Serviço da Pátria mesmo com sacrifício pessoal

Em 1911, Rio Branco estava padecendo de graves problemas renais e por isso ofereceu seu afastamento ao presidente Hermes da Fonseca. Este, porém, argumentou que não podia prescindir da sua permanência à frente da diplomacia brasileira. Ante essa recusa, o Barão concordou em permanecer no cargo. Sem esmorecer no trabalho, sua saúde foi-se deteriorando com mais rapidez e, poucos meses mais tarde, após longa agonia no seu gabinete, onde praticamente morava, em 10 de fevereiro de 1912 morreu o grande brasileiro.

A morte de Rio Branco causou a maior consternação popular jamais vista no Brasil. A cidade inteirou parou. Era sábado de Carnaval, que foi adiado. O governo determinou que lhe fossem prestadas honras fúnebres de chefe de estado. Foi instalada no salão nobre do Palácio uma câmara ardente, com permanente guarda de honra por oficiais da Marinha e do Exército. No dia 13, o cortejo fúnebre saiu do Itamaraty para o cemitério de São Francisco Xavier, no bairro do Caju, onde seria sepultado no mausoléu em que estavam os restos mortais do seu pai, o Visconde. Uma multidão estimada em centenas de milhar acompanhou o féretro, fazendo-lhe a escolta o 1º Regimento de Cavalaria (mais tarde designado “Dragões da Independência”). Ao longo de todo o trajeto, foram postados efetivos da Marinha (uma Cia de Marinheiros), do Exército (duas divisões, sob o comando geral do Gen Div José Caetano de Faria, chefe

do Grande Estado-Maior) e da Polícia Militar do Distrito Federal, em um total de três a quatro mil homens.²³ No Caju, uma bateria do 1º Regimento de Artilharia de Campanha disparou as 21 salvas cerimoniais, enquanto, na baía de Guanabara, todas as belonaves também disparavam seus canhões e faziam soar seus apitos incessantemente.

Tempos depois, no roda-teto de mármore escuro que existe naquela dependência do velho Palácio Itamaraty, foi gravada em letras douradas a seguinte inscrição, escandida pelos quatro lados da grande sala:

/ NESTA SALA, QUE FOI, POR MUITOS
ANNOS, O SEU GABINETE /
/ DE TRABALHO, FALLECEU, A 10
FEVEREIRO DE 1912, O GRANDE /
/ MINISTRO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES DOS ESTADOS UNIDOS /
/ DO BRASIL, JOSÉ MARIA DA SILVA
PARANHOS, BARÃO DO RIO-BRANCO /

Ali continuou funcionando o Gabinete do Ministro até a transferência da sede do Ministério das Relações Exteriores para Brasília.²⁴ Também ali se realizava a cerimônia formal de posse dos aprovados nos concursos de provas e, após a criação do Instituto Rio Branco, em 1945,

dos novos servidores que ingressavam no Quadro de Diplomatas.

Continuidade e adaptações

Como muito do que ocorreu na evolução da Diplomacia brasileira, esse “legado intangível” de Rio Branco — por meios informais e espontâneos — veio a constituir o que se poderia considerar a “Doutrina do Itamaraty”. Ela jamais foi escrita, mas, ao longo do século XX, era invariavelmente aprendida, apreendida, admirada e praticada pelas sucessivas gerações dos nossos diplomatas.

Do muito que herdamos do Barão, talvez o principal valor tenha sido a dedicação integral e constante ao serviço da Pátria, imune aos interesses político-partidários e acima das conveniências pessoais. Até mesmo as mais militantes correntes ideológicas do século passado não afetavam a conduta profissional na nossa Casa. Nunca houve naquelas décadas patrulhamento ideológico nem discriminações por supostas simpatias ou antipatias político-partidárias, até porque o distanciamento dessas posturas era uma característica amplamente predominante dos quadros diplomáticos e administrativos do Itamaraty. Nele se sentia, de forma natural, a diretriz única do patriotismo — tão acendrado quanto silencioso.

²³ Do Exército, participaram, com seus respectivos comandantes, as seguintes unidades: 1º RI, 2º RI, 52 BC, 56 BC (Infantaria); 1º RACmp, 20º GO (Artilharia); 1º RC, 13º RC (Cavalaria). Da PMDF participaram 1º RI(PM), 1º RC(PM) e 5º BtlPM. Essas e outras informações detalhadas me foram amavelmente passadas pelo Gen Ex Jonas de Moraes Correa Neto, com quem tive o privilégio de compartilhar a fase de palestras do evento em 18/ABR/2012, realizado conjuntamente pelo Clube Militar e pelo IGHMB, já mencionado.

²⁴ Essa sala continua reservada para o uso do Chanceler quando se encontra no Rio de Janeiro.

No início dos anos 1930 foi-se intensificando no Brasil uma tendência à modernização da administração pública. Evidentemente, várias normas de funcionamento burocrático tinham de ser adaptadas às novas modalidades de organização instituídas no âmbito federal. Não obstante, em decorrência das peculiaridades da atividade diplomática, mesmo isso tinha de ser feito à maneira do Itamaraty.

A imensa reforma empreendida pelo poderoso Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP (criado em 1938) afetou todo o serviço público civil da União — do qual os diplomatas na realidade jamais se sentiram parte comum. Na prática, porém, no Itamaraty certas mudanças só existiam, por assim dizer, dos portões para fora. Por exemplo: em um documento oficial, alguém apareceria como “Diplomata Classe K”, mas no seu cartão de visita continuava a constar o título de Terceiro Secretário.

Convém aqui fazer algumas especificações terminológicas extremamente relevantes:

- O Itamaraty, muitas vezes chamado entre os diplomatas de “A Casa”, é a instituição nacional dedicada ao exercício da atividade diplomática, guiada exclusivamente pelos Objetivos Nacionais (tanto os permanentes como os atuais).

- O Serviço Exterior Brasileiro (SEB)²⁵ é a estrutura orgânica *sui generis* destinada a assegurar a funcionalidade da instituição nacional (Itamaraty).
- O Ministério das Relações Exteriores (MRE) é um órgão do Governo, cuja atuação é condicionada pelos Objetivos Nacionais e pelos Objetivos de Governo.

No bojo das inovações implantadas na administração federal, a seleção dos candidatos à carreira passou a obedecer aos mecanismos dos concursos públicos, organizados e realizados pelo DASP. Porém, em 1945, foi criado o Instituto Rio Branco, que requeria para ingresso a aprovação em severíssimos exames intelectuais, exames médicos e — em uma substituição engenhosa da avaliação pessoal que fazia o Barão — uma entrevista por uma banca de três primeiros secretários. Estes eram adrede escolhidos anualmente pelo secretário-geral (o “Chefe da Casa”) e nomeados formalmente por Portaria do Ministro de Estado, a quem submetiam diretamente seus pareceres. Da decisão deste (em geral após ouvir o secretário-geral) não cabia recurso. Essa “banca” foi extinta em 1984, em consequência de liminar concedida pelo STF, da qual o MRE não recorreu!

O curso do Instituto Rio Branco²⁶ se estendia por dois anos letivos, em re-

25 Coloquialmente, pode-se usar a expressão Serviço Diplomático do Brasil. Às vezes, emprega-se erroneamente, nesse sentido, o termo “Corpo Diplomático”, que na verdade serve para designar o conjunto dos diplomatas de outros países que residem na nossa capital federal.

26 Oficialmente era denominado Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

gime de tempo integral, exigindo muita dedicação aos estudos para lograr aprovação. Entretanto, tal como nos tempos do Barão, os jovens diplomatas egressos do Instituto passavam por um verdadeiro aprendizado informal, conduzido de forma não estruturada nas salas e corredores do velho palácio e seus anexos, bem como nos pequenos restaurantes do Centro do Rio. Os ensinamentos eram transmitidos pelos mais antigos, em relatos de suas experiências profissionais, às vezes jocosos, e na descrição de episódios da “história diplomática que não se pode escrever”. Pode-se dizer que ali se iniciava de fato o processo de formação e aperfeiçoamento dos diplomatas brasileiros, que, como em todas as formas de arte, só encerra com o fim da vida.

Paralelamente à introdução das grandes mudanças concebidas pelo DASP, a disciplinada eficiência implantada pelo Visconde de Cabo Frio foi sendo atualizada com novos métodos administrativos próprios da Chancelaria brasileira. Nesse particular merece destaque o trabalho excepcional realizado pelo Embaixador Maurício Nabuco quando secretário-geral, que empreendeu uma padronização de procedimentos e de equipamentos única no Brasil e quicá no mundo. Essa uniformização abrangeu desde as formas

de tramitação dos papéis, passando pelos modelos de expedientes, até todo o mobiliário das repartições na Secretaria de Estado e nas Embaixadas e Consulados pelo mundo afora.

Entretanto, com o traslado do Itamaraty para Brasília, muitas dessas peculiaridades iriam — involuntariamente — desaparecer, como veremos a seguir.

Início auspicioso ...

Ao aceitar, em outubro de 1969, o convite do presidente Médici para ser ministro das Relações Exteriores, o embaixador Mario Gibson Barboza²⁷ se comprometeu a transferi-lo para Brasília no mais curto prazo possível. Assim, em março de 1970, o Chanceler efetivou — com impecável eficiência — o traslado integral e definitivo do Itamaraty para Brasília.

É preciso esclarecer que, independentemente da vontade ou da relutância dos servidores do MRE em mudar-se do Rio de Janeiro para a nova capital, a forma pela qual funcionavam suas unidades operacionais impedia que essa transferência fosse sendo realizada por partes, como havia sido feito com outros Ministérios, inclusive os militares.

Foi feito meticuloso e complexo planejamento logístico, cuja eficácia ficou de-

27 Olinda, 13 de março de 1918 — † Rio de Janeiro, 26 de novembro de 2007. Diplomata de carreira, foi ministro das Relações Exteriores de 31/Out/1969 a 15/Mar/1974. Entre outros grandes serviços ao Brasil, em 1966, como embaixador em Assunção, começou as negociações que iria concluir, já como chanceler, ao assinar no Palácio Itamaraty em Brasília, o Tratado com o Paraguai para a construção da imensa hidrelétrica de Itaipu. Deixou um excelente livro de memórias, *Na diplomacia, o traço todo da vida*, cuja 2ª edição foi publicada pela Editora Francisco Alves em 1992.

monstrada pelo fato de que o expediente foi encerrado no Rio de Janeiro às 17h de uma sexta-feira e reaberto em Brasília às 9h da seguinte segunda-feira.

Outro aspecto emblemático das dificuldades que tiveram de ser superadas foi o transporte dos arquivos, inclusive o de documentos sigilosos. Cogitou-se de empregar um Hércules C-130 da FAB, mas, por maior precaução, optou-se pela rodovia, em comboio com proteção armada do Exército Brasileiro. Finalmente, em uma decisão que, sem dúvida, agradaria ao Barão, foi solicitado à Marinha do Brasil que provesse os efetivos necessários de Fuzileiros Navais para a guarda externa do novo Palácio Itamaraty.

Em uma Casa onde a tradição e a inovação sempre foram características, paradoxalmente, de igual relevância, o chanceler Gibson Barboza intuiu que se devia marcar com grande simbolismo essa transferência histórica. Com essa intenção, obteve a aprovação do presidente Médici para três iniciativas.

A primeira foi a criação do Dia do Diplomata, instituído no dia 20 de abril — data do nascimento do Barão do Rio Branco — pelo Decreto Nº 66.217, de 17/02/1970.

A segunda foi a primeira comemoração dessa data naquele mesmo ano de 1970, com a inauguração solene do novo Palácio Itamaraty em Brasília pelo Chefe

de Estado.²⁸

Finalmente, a terceira foi a cerimônia, nesse mesmo dia, da primeira formatura de egressos do Instituto Rio Branco na nova sede do nosso Serviço Diplomático, ocasião em que o Presidente fez um longo pronunciamento sobre as diretrizes da Política Externa do Brasil.

... e fatores nocivos imprevisíveis

Quase imperceptivelmente, embora os valores éticos e diplomáticos não se alterassem com a mudança para Brasília, começou um processo de gradual inviabilização ou erosão de muitos aspectos, que até então haviam assegurado a eficácia da seleção de candidatos, da qualidade do aprendizado informal e da exatidão na avaliação subjetiva do merecimento para promoções e lotação dos funcionários diplomáticos e administrativos. Apenas a título de exemplo, podem-se citar dois aspectos físicos. O primeiro surgia do fato de as novas instalações serem muito espaçosas, ficando muito além das necessidades imediatas, em uma sensata previsão do crescimento do pessoal do MRE. O segundo decorria da circunstância de que não havia então na cidade, ainda pequena, o ambiente dos antigos restaurantes do Centro do Rio de Janeiro. Com esses dois óbices, foi logo desaparecendo o ambiente em que, na velha capital, se desen-

²⁸ Com o argumento de que havia um Palácio Itamaraty no Rio de Janeiro, havia quem aventasse a idéia de batizar de “Palácio dos Arcos” o edifício em Brasília; felizmente, porém, prevaleceu a designação que preservava o nome pelo qual a Chancelaria do Brasil é mundialmente conhecida, inclusive com sua grafia antiga.

volvia o aprendizado informal dos jovens herdeiros de Rio Branco.

Em suma, por esses e vários outros motivos, muitas das peculiaridades do nosso serviço diplomático não se coadunavam com certas características de Brasília, eram incompatíveis com o semiárido do Planalto Central.

Conclusão

Fora do Serviço Diplomático, quase ninguém se dá conta de uma notável realidade histórica: durante todo o século XX, no âmbito mundial, a região com a menor ocorrência de conflitos armados entre lindeiros foi a América do Sul. A explicação para esse fenômeno não está no domínio misterioso de forças esotéricas. Na realidade, a atuação profissionalmente silenciosa dos diplomatas brasileiros — acompanhando diuturnamente a conjuntura, desativando conflitos em potencial, promovendo entendimentos e convergências — foi o principal fator da paz regional nesse último século.

Em todo esse período, sobressaem dois gigantes — o Barão do Rio Branco e o embaixador Mario Gibson Barboza — os dois maiores chanceleres que o Brasil teve até hoje!

Os que conhecem e estudam objetivamente o que ambos fizeram pelo Brasil e pela convivência pacífica entre as nações os reverenciam como numes tutelares da nossa Diplomacia. De outra parte, as inverdades e deturpações que um tendencioso revisionismo histórico procura difundir apenas confirmam a antiga máxima: “Há serviços tão grandes que só a ingratidão os pode pagar”.

Não obstante, subsiste a esperança nos jovens que ainda buscam a carreira diplomática e as carreiras militares movidos pela nobre vocação de servir à Pátria — acima de governos — seguindo o rumo legado por Caxias e Rio Branco.

A eles será dada a ventura de ver nossas Forças Armadas elevadas ao patamar de capacidade adequado para respaldar uma Diplomacia profissional na busca e na manutenção dos Objetivos Nacionais!



A geopolítica da América do Sul

O papel determinante da defesa na integração do setor elétrico

Francisco Nixon Lopes Frota¹

Nivalde J. de Castro²

PALAVRAS-CHAVE: Integração da América do Sul. Defesa. Setor elétrico.

Introdução

A integração econômica regional vem se consolidando como um importante fenômeno internacional desde a segunda metade do século XX. Nesse sentido, a convergência de objetivos políticos e econômicos entre países vizinhos possibilita superar, em melhores condições, os desafios de um mundo cada vez mais globalizado.

No período Pós-Guerra Fria, o sistema global de segurança foi alterado de forma destacada em consequência de profundas transformações no cenário internacional. Os EUA firmaram-se como potência hegemônica, criando uma assimetria nas relações internacionais, inclusive em relação às ditas grandes potências (União Europeia, Japão, China e Rússia). A emergência de potências regionais, tais como o Brasil e a Índia, entre outras, somada ao fim da disputa ideológica da

Guerra Fria, permitiu o surgimento de laços de confiança na área de defesa e segurança, favorecendo o desenvolvimento da integração regional em vários campos do poder nacional.

Na América do Sul, essas transformações vêm influenciando de maneira bastante visível nas áreas política e econômica, entre outras. Os primeiros acordos bilaterais intensificaram-se e expandiram-se, fazendo surgir os primeiros organismos multilaterais sub-regionais, a exemplo da Comunidade Andina de Nações (CAN), do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), e da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). Outras iniciativas também têm contribuído positivamente para o processo de integração do subcontinente, tais como a Iniciativa para a Integração das Infraestruturas Regionais Sul-Americanas (IIRSA).

¹ Major – ECEME.

² Doutor – GESEL/UFRJ.

Nesse contexto, no ano de 2007, durante uma reunião de chefes de Estado do subcontinente na Ilha Margarita, na Venezuela, foi assinada a Declaração de Margarita, com a qual foi criado o Conselho Energético da América do Sul, composto pelos ministros da Energia dos países envolvidos. Com a atribuição de elaborar uma estratégia energética sul-americana, esse Conselho desempenha um papel catalisador para a integração regional, buscando atender as demandas energéticas exigidas pelo crescimento econômico da América do Sul.

Ressalta-se, também, que o choque de interesses e os antagonismos ainda existentes entre determinados países têm gerado alguns focos de tensão, ocasionando a interrupção do fornecimento de energia, tal como ocorreu com a Bolívia — em 2004, quando se negou a fornecer gás natural para o Chile, através da Argentina, pela reivindicação boliviana não resolvida de acesso ao mar, vedado desde o século XIX, quando o Chile anexou a província costeira boliviana.

De forma semelhante a este caso exemplificado, existem na América do Sul outras situações conflituosas, nas quais se identifica a necessidade do desenvolvimento das conexões internacionais relacionadas com a defesa estratégica como garantia do fornecimento de energia elétrica, quesito fundamental para a deseja-

da integração regional.

Diante dessa constatação, o mencionado processo de integração regional induziu à criação do Conselho Sul-Americano de Defesa, em 2008, com o objetivo de fomentar o entrosamento em assuntos de defesa dos países que integram a UNASUL. Entre outras atribuições, esse

Conselho visa à elaboração de políticas de defesa conjunta nos assuntos de segurança regional, intercâmbio de informações e de pessoal entre as respectivas Forças Armadas, troca de análises sobre

os cenários mundiais de defesa e integração das indústrias de material de defesa.

Do exposto, surge nossa problemática: **Como estabelecer vínculos entre o setor elétrico e as questões de defesa da América do Sul, a fim de contribuir para o processo de integração regional?**

Assim sendo, a pesquisa científica ora realizada teve como objetivo analisar a função da defesa e do setor elétrico na integração do subcontinente, buscando identificar as implicações entre ambos. Pretendeu-se, ainda, identificar o papel do Brasil como líder catalisador nesse processo.

A energia elétrica na integração da América do Sul

A energia é insumo indispensável ao desenvolvimento econômico, impulsio-

O choque de interesses e os antagonismos ainda existentes entre determinados países têm gerado alguns focos de tensão, ocasionando a interrupção do fornecimento de energia

nando a indústria, a agricultura e o comércio, desenvolvendo transportes e as comunicações, entre outros setores, e permitindo melhoria na qualidade de vida da sociedade.

No atual cenário mundial, cada vez mais globalizado e multipolar, evidencia-se o afloramento de uma crise energética global, resultante de vários componentes, tais como o aquecimento global, as mudanças climáticas e a inquietante necessidade de preservação do meio ambiente; o fortalecimento de países emergentes com a economia em plena expansão, como China e Índia; a crescente dependência das maiores economias de países e regiões politicamente instáveis; a escassez na oferta de energia, com previsões do possível esgotamento dos combustíveis fósseis para meados deste século; a instabilidade crescente em regiões detentoras de relevantes fontes energéticas, a exemplo do Oriente Médio e Ásia Central, dentre outros.

Na América do Sul, em comparação com outras regiões, a questão energética encontra-se em situação privilegiada, caracterizando-se pela relativa estabilidade política e econômica e, principalmente, pela existência de fontes energéticas suficientes para atender às necessidades da região. O subcontinente pode ser autosuficiente em insumos energéticos, sen-

do detentor de substanciais reservas de petróleo, gás natural e recursos hídricos, tais como as bacias Amazônica e Platina. Ademais, em razão de sua posição geográfica, apresenta promissora capacidade de geração de energia eólica, solar e biomassa (CASTRO, 2009).

Acrescenta-se a essa abundância de insumos, a possibilidade de levar a efeito a integração energética entre os países da região pela vantajosa característica da complementaridade, viável pela forma como essas fontes encontram-se distribuídas na região. Verifica-se que a heterogeneidade das fontes permite a diversificação das matrizes energéticas, o equilíbrio da oferta e da demanda de cada país,

devido aos ciclos hidrológicos e aos fatores climáticos, dentre outros aspectos (CASTRO, 2009).

Nesse sentido, o setor elétrico se sobressai no cenário sul-americano,

no qual a hidrelétrica binacional de Itaipu, entre Brasil e Paraguai, é o principal e mais imponente projeto de integração (CASTRO, 2010). Esse setor está assentado em sistemas elétricos independentes, os quais se estruturam em quatro segmentos: geração, transmissão, distribuição e comercialização. Como os dois últimos estão inteiramente relacionados com o espaço interno de cada país e têm pouca (ou mínima) influência sobre o processo

*Na América do Sul, em comparação
com outras regiões, a questão
energética encontra-se em situação
privilegiada, caracterizando-se
pela relativa estabilidade política e
econômica*

de integração regional, estão excluídos desta pesquisa. Na geração de energia elétrica, as principais fontes energéticas utilizadas são a hidrológica, o gás natural, a biomassa e o petróleo, havendo ainda o emprego, embora em menor escala, da fonte nuclear e de outras fontes alternativas (CASTRO, 2009).

Considerada uma matriz limpa, pela baixa emissão de gás carbônico na atmosfera, a matriz elétrica sul-americana é predominantemente hídrica, destacando-se o Brasil pelo efetivo aproveitamento e por possuir o maior potencial de expansão. Ademais, as possibilidades de acelerar o processo de integração energética estão assentadas no grande potencial hidrelétrico ainda não explorado que permitiria a desejável autossuficiência de energia para o subcontinente de forma sustentável (CASTRO, 2010).

O gás natural também assume relevante e progressivo valor na região e é a base da matriz energética da Argentina, Bolívia e Chi-

le. No Brasil, ele constitui o insumo das usinas térmicas, que têm um papel complementar na matriz, contribuindo para a segurança energética. O gasoduto que transporta o gás natural da Bolívia para o Brasil, chamado de Gasbol, é o mais proeminente projeto integrador na região (CASTRO, 2009) e permitiu acelerar o processo de diversificação da matriz ener-

gética e elétrica brasileira e, ao mesmo tempo, gerar benefícios econômicos para a Bolívia (COSTA, 2011).

Outras estruturas integradoras, relacionadas à transmissão de energia, como as interligações elétricas entre Venezuela-Brasil, Argentina-Brasil, Argentina-Uruguai, Paraguai-Argentina, Argentina-Chile, Colômbia-Venezuela, Colômbia-Ecuador, dentre outros, demonstram que a integração energética está na vanguarda desse processo regional. Analisando a localização geográfica dessas interligações, percebe-se existirem duas porções de concentração. Uma no Cone Sul, região base do Mercosul, onde a integração está mais avançada, e outra porção à noroeste do subcontinente, onde se apresentam em número mais reduzido.

Nestes termos, a interligação do setor elétrico da América do Sul, se confirmada, permitirá mais eficiência e maior segurança energética, despondo como projeto essencial para a efe-

tiva integração regional, requisito primordial para o fortalecimento político, econômico e social do subcontinente diante dos desafios internacionais.

Com a implementação de Itaipu, marcante projeto binacional e de extrema importância para ambos os países, o Brasil demonstrou iniciativa na integração energética em âmbito regional, o que lhe

Considerada uma matriz limpa, pela baixa emissão de gás carbônico na atmosfera, a matriz elétrica sul-americana é predominantemente hídrica, destacando-se o Brasil pelo efetivo aproveitamento

garantiu assumir a vanguarda na integração energética no Cone Sul. Essa vanguarda é mantida pela estatal Eletrobrás, por meio da implementação de seu plano estratégico, que prevê, dentre outras ações, a compra de ativos e novos projetos em países sul-americanos (GAMA, 2011).

Os substanciais aportes financeiros disponibilizados pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a expressiva participação de empreiteiras brasileiras

no desenvolvimento do setor energético em países sul-americanos, a exemplo da Odebrecht, ratificam esse protagonismo à dianteira (NOGUEIRA, 2011). A Petrobrás e a Cemig

também investem em energia nos países vizinhos e, atualmente, o projeto do polo de gás natural e petroquímica, no Peru, é o maior investimento brasileiro no exterior (SANTORO, 2011).

Embora a partir de 2005, Itaipu e o Gasbol tenham sido alvos de reivindicações de dirigentes políticos nos países parceiros, exigindo alterações contratuais a fim de obterem maiores benefícios econômicos, o Brasil conseguiu gerenciar diplomaticamente essas crises, fazendo concessões que permitiram evitar possíveis cortes no suprimento de energia elétrica e gás natural para o mercado nacional.

Projetos como esses exemplificados, demonstram claramente as intenções bra-

sileiras de garantir um processo integrador baseado no “ganha-ganha”, completamente oposto ao esquema de exploração imposto ao subcontinente no período colonial (COSTA, 2011).

Importante destacar que o setor mencionado enfrentou inúmeras contingências a partir dos anos 90, quando foram realizadas equivocadas reformas nas estruturas (privatizações) em todos os países, tendo como um elemento comum a

perda da capacidade de planejamento do setor elétrico. A fim de reverter essa situação crítica, entre 2003 e 2004, o Brasil manteve sua iniciativa ao implementar um novo modelo, baseado em investi-

mentos privados complementados por investimentos públicos, considerado sólido, consistente e dinâmico, o qual tem permitido o equilíbrio entre oferta e demanda de energia elétrica (CASTRO, 2010).

Isso posto, comprova-se a capacidade técnica do Brasil para planejar e executar projetos energéticos efetivamente integradores, aliada à vital capacidade de atrair recursos de toda ordem necessários à viabilidade desses projetos e, ainda, à tradicional capacidade para resolução pacífica de conflitos com países da região.

Além disso, são inegáveis as influências diretas das dimensões do próprio setor elétrico brasileiro (considerando seus níveis de produção e consumo), bem como

Com a implementação de Itaipu, o Brasil demonstrou iniciativa na integração energética em âmbito regional, o que lhe garantiu assumir a vanguarda

da demografia; da economia e do território nacional em comparação com os demais integrantes da América do Sul. Isso, somado à emergência crescente do Brasil no cenário político e econômico internacional, evidencia o protagonismo do país no subcontinente, induzindo-o a assumir o papel de catalisador na integração do setor elétrico como parte do processo de integração regional.

De fato, o setor elétrico da América do Sul tem um papel especial no processo de integração regional, o que o transforma em estrutura estratégica, pois a sua interrupção ou destruição, seja parcial ou total, afeta diretamente setores econômicos, sociais, políticos, militares, ou seja, causando uma infinidade de prejuízos e reflexos negativos.

Ademais, além da ameaça externa à integridade e à soberania nacional, esse setor pode ser alvo de outras agressões. As ameaças internas à ordem constitucional e à paz interna de um ou vários Estados, juntamente com as ameaças sociais à segurança pública e, ainda, as ameaças da natureza, são realidades que devem ser consideradas durante um diagnóstico (SAINT-PIERRE, 2007).

Na América do Sul, têm sido uma constante as manifestações hostis sobre questões de caráter ambiental, fundiário, étnico, social, ideológico e outros mais, que, somados aos inúmeros desastres naturais, tais como terremotos, enchentes,

secas e descargas elétricas, apresentam-se como ameaças ao setor elétrico e de interesse da defesa. Os atuais projetos em andamento das hidrelétricas brasileiras na Amazônia de Santo Antônio, Jirau e Belo Monte ratificam essa necessidade de planejamento.

Deste modo, percebe-se a necessidade de aproximação mais efetiva entre o setor elétrico e o da defesa do subcontinente, a fim de criar sinergias e garantir uma efetiva segurança energética regional, por meio da cooperação, da formulação de parcerias de interesse mútuo, como o desenvolvimento de tecnologia dual³.

As questões de defesa na América do Sul

Desde a retirada do poder colonial, a partir do século XIX, quando teve início o processo de emancipação política da América Latina, o subcontinente sul-americano tem sofrido com as alternâncias entre projetos de integração e processos conflitivos, o que tem sido extremamente desfavorável ao seu fortalecimento político e econômico. Aparentemente, essa alternância foi uma herança enervante do dualismo colonial, iniciado com a Bula Inter Coetera e o Tratado de Tordesilhas, em 1493 e 1494, respectivamente.

A partir desse período, a região que compunha o antigo império espanhol enveredou por um processo de fragmentação política, que ocasionou inúmeras

³ Tecnologia dual: com finalidades civil e militar

disputas fronteiriças originárias de definições de limites ineficazes ou inexistentes. Essas disputas territoriais, somadas às descobertas de abundantes reservas de recursos naturais, algumas em áreas em litígio, tornaram-se ponto central de inúmeros focos de tensão na região até a contemporaneidade. Nesse contexto, se inserem as principais guerras entre países da América do Sul: Guerra do Paraguai e as duas guerras do Pacífico, no século XIX, e a Guerra do Chaco, no século XX.

Na atual conjuntura, o panorama político-estratégico na América do Sul passa por uma série de profundas e surpreendentes mudanças. Como resultado do fim da Guerra Fria, evidencia-se uma interdependência multilateral cada vez maior entre os Estados Nação.

Nesse contexto, a questão de defesa regional na América do Sul se encontra em um momento chave neste início do século XXI, com a emergência de novas ameaças, de novos problemas e de novas proposições de solução que são estrategicamente sensíveis às formações históricas, aos padrões de relacionamento interestatal e às combinações de recursos políticos, econômicos e militares (SENHORAS, 2009).

Dessas transformações, emergem situações que favorecem a eclosão de con-

flitos desestabilizadores de Estados, das quais se destacam as seguintes: (1) ameaças externas – à integridade territorial e à soberania; (2) ameaças internas – à ordem constitucional e à paz interior; (3) ameaças sociais – à segurança pública; e (4) ameaças da natureza.

A ruína de um Estado pode ser conseguida por outros meios que não os militares

Por conseguinte, a situação atual dos países da América do Sul ainda inspira avaliações cautelosas quanto ao seu desenvolvimento, podendo ser dividida em duas porções, de acordo com sua

tendência para a emersão de conflitos. A primeira porção, chamada por SAINT-PIERRE (2007) de “Arco de Estabilidade”, abrangeria os países pertencentes ao Cone Sul e o seu processo de integração, e o Mercosul, que se apresenta mais desenvolvido e menos propenso a uma regressão para processos conflitivos. A segunda porção, chamada por SAINT-PIERRE (2007) de “Arco de Instabilidade”, representa a área que inclui os países com maior probabilidade de se envolverem em conflitos, como Colômbia e Venezuela e Bolívia e Chile.

Além do exposto, é importante destacar que . A fim de debilitar um país, é possível destruir sua economia e seu sistema político, assim como sua coesão interna e sua identidade cultural, sem necessidade de empregar força militar. Enfim, os ataques à segurança de um Estado podem

partir de outros Estados, mas também de conglomerados multinacionais, organizações terroristas ou cartéis de narcotraficantes (GLENNY apud FGV, 2011).

Nesse contexto, merece destaque o crescimento da ocorrência de ciberameaças e ciberguerras em âmbito internacional. A preocupação com a ciberguerra tem levado à criação de departamentos especializados nesse assunto, como o Cibercomando das Forças Armadas dos Estados Unidos — que se junta às unidades existentes para Terra, Mar, Ar e Espaço sideral. O potencial dessa nova forma de combater é imenso, como mostra o uso do vírus stuxnet, que contaminou os computadores do programa nuclear do Irã e pode tê-lo atrasado em anos. Torna-se evidente a necessidade de maior cooperação entre os governos para enfrentar essas ameaças, mas observando que se trata de um grande desafio; em razão das rápidas transformações tecnológicas, é difícil estabelecer um marco regulatório.

Logo, conscientizado dessas premissas (expansão interna, integração regional, projeção externa), o Brasil adota atitudes integradoras e cooperativas, que ocasionam uma nova postura do campo de defesa. O mais relevante exemplo é a implementação da Estratégia Nacional de Defesa (END), que está focada em ações

estratégicas de médio e longo prazo e objetiva modernizar a estrutura nacional de defesa, atuando em três eixos estruturantes: reorganização das Forças Armadas, reestruturação da indústria brasileira de material de defesa e política de composição dos efetivos das Forças Armadas. Enfatiza ainda o papel de três setores decisivos para a defesa nacional: o cibernético, o espacial e o nuclear.

O primeiro aspecto a ser destacado é que a END é qualificada como inseparável da estratégia nacional de desenvolvimento. Enquanto uma motiva, a outra fornece escudo à primeira, ou seja, cada uma reforça as razões da outra. Em sua definição, Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas (BRASIL, 2008).

O segundo aspecto reside na intenção de estimular a integração da América do Sul, pois se considera que ela não somente contribuirá para a defesa do Brasil, como também possibilitará fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa. Logo, pretende-se que o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) crie mecanismo consultivo que permita prevenir conflitos

A Estratégia Nacional de Defesa está focada em ações estratégicas de médio e longo prazo e objetiva modernizar a estrutura nacional de defesa

e fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa, sem que dele participe país alheio à região (BRASIL, 2008).

Um terceiro aspecto a ser lembrado e que serve de modelo ao subcontinente sul-americano, diz respeito à intenção de capacitar a indústria nacional de material de defesa para que conquiste autonomia em tecnologias indispensáveis à defesa. Para essa capacitação, a END menciona a proteção de empresas por meio de regime jurídico, regulatório e tributário especiais contra os riscos do imediatismo mercantil, assegurando continuidade nas compras públicas. Enfim, pretende-se incentivá-la a competir em mercados externos para aumentar a sua escala de produção (BRASIL, 2008).

A quarta ideia levantada na END refere-se às capacidades cibernéticas, que se destinarão ao mais amplo espectro de usos industriais, educativos e militares. Nesse sentido, em meados de 2010, foi criado o Centro de Defesa Cibernética (CDCiber) do Exército Brasileiro, com sede em Brasília, com o objetivo de coordenar ações de defesa cibernética e a proteção das redes militares e governamentais, além de possibilitar uma contribuição na proteção às infraestruturas de informação (BRASIL, 2008).

Além de outros, a END tem como

objetivos fundamentais o desenvolvimento de um maior engajamento da sociedade brasileira nos assuntos de defesa; o estreitamento da cooperação entre os países da América do Sul e, por extensão, com os do entorno estratégico brasileiro; e definir e desenvolver pesquisas de uso dual.

Com a END, o Brasil procura explorar sua experiência já adquirida com projetos estratégicos relacionados à segurança e à defesa nacional, tais como os projetos de Sistema de Vigilância e Proteção

da Amazônia (SIVAM/SIPAM), o Sistema de Monitoramento Integrado das Fronteiras Terrestres (SISFRON), o Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTE-

GER), além de inúmeras parcerias e acordos de cooperação binacional em defesa com praticamente todos integrantes da UNASUL.

O Sistema PROTEGER, criado em abril de 2012, visa capacitar o Exército Brasileiro a atuar na proteção das Estruturas Estratégicas Terrestres (EETer) do país, implementando medidas de prevenção e/ou atuação em caso de contingência, quando determinado pelo Governo Federal (BRASIL, 2012b), e o SISFRON visa fortalecer a presença do Estado na faixa de fronteira, incrementando a capacidade do Exército de monitorar as áreas de interesse, de tomar decisões confiáveis e

O Sistema PROTEGER, criado em abril de 2012, visa capacitar o Exército Brasileiro a atuar na proteção das Estruturas Estratégicas Terrestres (EETer)

oportunas e atuar prontamente no cumprimento de suas missões constitucionais (BRASIL, 2012b).

Para exemplificar, um projeto piloto do SISFRON, que contempla a inclusão do parque linear de Itaipu, será implantado na região da Tríplice Fronteira (Brasil-Paraguai-Argentina), a fim de garantir a segurança das fronteiras.

Outra ação brasileira executada, que serve de modelo para a UNASUL, é a criação do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), do Ministério da Integração Nacional, com a responsabilidade das ações de defesa civil em todo o território nacional e que prevê, em seus planos, o apoio das Forças Armadas tendo em vista sua estrutura, meios e pessoal presentes em todos os Estados da federação.

Considerações finais

A fim de cooperar com a implementação e o desenvolvimento de políticas de integração regional, este trabalho visou a estabelecer vínculos entre a defesa e o setor elétrico da América do Sul. Para isso, foi feita uma análise em que se identifica a relevância desses setores no processo de integração ora em curso e se destacam as implicações entre ambos.

Em síntese, o papel das Forças Armadas dos membros da UNASUL surge como determinante para garantir a segurança e a estabilidade da região, pois a segurança energética representa um elemento prioritário na agenda política e estratégica do subcontinente.

Esse aspecto ganha proeminência ao se levarem em conta as características dos conflitos atuais, entre elas, a de que uma guerra também pode ser vencida com o emprego de métodos não convencionais. Novos cenários, novas tecnologias, novos processos, novos adversários — por vezes não identificados ou manipulados — e novas formas de reduzir ou eliminar a capacidade de lutar do oponente deixam clara a substancial mudança na natureza dos conflitos.

Seguindo a tendência mundial, a cooperação multilateral deve ser privilegiada, não em detrimento da cooperação bilateral, mas como um mecanismo mais ágil para a formação de redes de colaboração entre pesquisadores, estudantes, técnicos, executores, planejadores, estrategistas e decisores. Enfim, em todos os níveis e escalões possíveis e necessários.

Assim sendo, conclui-se que tais operações, se implementadas de maneira complementar e não substitutiva, possibilitariam a criação de sinergias extremamente transparentes e benéficas, o que permitiria a troca de pontos de vista e de experiências entre setores civis e militares, contribuindo para o desenvolvimento democrático. Seus esforços somados estariam maximizando o desenvolvimento de pesquisas, a gestão do conhecimento, a execução de atividades e o emprego de recursos de toda ordem. Sua efetivação, por si só, significaria a implementação de uma política de integração regional, como ação integradora, beneficiando a integração dos setores e das infraestruturas envolvidas.

Além do mais, permitiria a avaliação e a identificação dos riscos a fim de produzir pareceres conjuntos, incentivando o conhecimento das capacidades e limitações de cada setor, o que facilitaria a identificação de contribuição recíproca. Isso, certamente, garantiria a estabilidade no setor elétrico, tornando-o mais atraente para investidores, fator essencial para seu desenvolvimento.

Por fim, ressalta-se que a inclusão do setor elétrico nas questões de seguran-

ça e defesa da América do Sul, por meio da cooperação interagências interestatais, é uma alternativa viável, oportuna, relevante e exequível, desde que exista a conscientização de sua necessidade e, consequentemente, a imprescindível vontade política. De fato, seus resultados fortaleceriam a segurança energética sul-americana, permitindo o desenvolvimento político, econômico, social e militar, aspectos basilares para a desejada autonomia de uma América do Sul integrada.

Referências

BRASIL. Ministério da Defesa. Estratégia Nacional de Defesa. Brasília. 2008. Aprovada pelo Decreto n. 6.703, de 18/dez/2008. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br>>. Acesso em: 23 Jun 2009.

BRASIL. Exército Brasileiro. Portaria n. 044 – EME, de 15 de abril de 2012. Cria o Projeto Estratégico SISFRON e constituição da equipe do projeto. Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 16, p.35, 20 abr. 2012a.

_____. Exército Brasileiro. Portaria n. 045 – EME, de 17 de abril de 2012. Cria o Projeto Estratégico PROTEGER e constitui a equipe inicial do projeto. Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 16, p.36, 20 abril 2012b.

CASTRO, Nivalde J. de. O papel do Brasil no processo de integração do setor elétrico da América do Sul. Rio de Janeiro: GESEL, UFRJ, ago. / 2010. Disponível em: <http://www.nuca.ie.ufrj.br/gesel/tdse/TDSE23.pdf>.

_____. ROSENTAL, Rubens; GOMES, Victor José Ferreira. A integração do setor elétrico na América do Sul: características e benefícios. Rio de Janeiro: GESEL, UFRJ, 2009. Disponível em: <<http://www.nuca.ie.ufrj.br/gesel/tdse/TDSE10>>.

_____. Ciberameaças e Relações Internacionais. CPDOC. FGV. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/relacoesinternacionais/reportagens/30112011>>.

COSTA, Darc. Consultor, ex-vice presidente do BNDS e professor da ESG. [5 de outubro, 2011]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida ao autor na sede de seu escritório.

GAMA, Sinval Zaidan. Superintendente de Operações no Exterior da Eletrobrás. [14 de outubro, 2011]. Rio de Janeiro: Eletrobrás. Entrevista concedida ao autor.

NOGUEIRA, Manoel Antônio. Desenvolvimento de Negócios da Odebrecht – Defesa e Tecnologia. Entrevista concedida ao autor em 2 de dezembro de 2011 na sede da Odebrecht no Rio de Janeiro.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. As “novas ameaças” às democracias latino-americanas: uma abordagem Teórico Conceitual. 2007. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (Org.). Segurança e defesa nacional: da competição à cooperação regional. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2007.

SANTORO, Maurício. Jornalista, doutor em Ciência Política e professor universitário. 9 de dezembro, 2011. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Entrevista concedida ao autor por ocasião da Conferência da IASIA para a América Latina e Caribe.

SENHORAS, Elói Martins. O Conselho sul-americano de defesa e as percepções da construção da segurança cooperativa no complexo regional da América do Sul. Centro de Estudos Hemisférico de Defesa. Conferência Subregional. Retos a la Seguridad y Defensa en un Ambiente Político Complejo: Cooperación y Divergencia en Suramérica. Cartagena de Indias. Colômbia, 2009. Disponível em: <<http://www.ndu.edu/chds/SRC-Colombia09/Papers/Senhoras%20BRAI.pdf>>.



Cerimônia de fundação da Biblioteca do Exército, no Quartel-General do Exército, atual Palácio Duque de Caxias.

Da esquerda para a direita: Princesa Isabel, D. Pedro II, Imperatriz Teresa Cristina, Conde d'Eu, Conselheiro Franklin Dória, Capitão Tito França.

Arte sobre óleo de Álvaro Alves Martins (1986)





Biblioteca do Exército

**Cada vez mais a serviço dos ideais,
dos valores e das necessidades da
cultura militar brasileira.**

www.bibliex.ensino.eb.br

ISSN 00117641

